



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE GESTÃO

Mestrado em Relações Interculturais

***REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ANGOLANOS SOBRE OS
IMIGRANTES CUBANOS: O CASO DO SUMBE***

Jacob Lussento Cupata

Lisboa, Julho de 2014

Mestrado em Relações Interculturais

***REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ANGOLANOS
SOBRE OS IMIGRANTES CUBANOS: O CASO DO
SUMBE***

Jacob Lussento Cupata

Dissertação apresentada para obtenção de Grau de Mestre em Relações
Interculturais

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima Goulão

Lisboa, Julho de 2014

RESUMO

Em Angola, desde 2002, com o alcance da paz, tem-se verificado o aumento de fluxos migratórios, o que por sua vez, tem provocado certas transformações no modo de vida das pessoas e da própria sociedade, proporcionando assim uma “nova realidade” e um novo contexto sociocultural. As causas da entrada de imigrantes são várias desde as económicas, políticas e sociais. Á elas associa-se a crescente necessidade da reconstrução nacional e de desenvolvimento do país, neste período do pós guerra, o que leva o governo e estabelecer vários contratos de cooperação com os técnicos estrangeiros.

Este trabalho pretende chamar a tenção para existência de um fluxo migratório muito específico: a imigração cubana para Angola. Várias têm sido as vagas de chegada de cubanos à Angola ao abrigo de vários acordos de cooperação nos vários domínios, entre os governos da República de Angola e de Cuba. Os imigrantes cubanos não têm sido objecto de pesquisa, para se perceber o impacto dos mesmos na vida, no comportamento e na percepção dos angolanos, ou seja, as representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos.

A questão de partida que orientou a nossa investigação foi a seguinte: **Quais são as representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos?**

O objectivo deste trabalho é de analisar as representações sociais que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos.

Para a concretização do objectivo do trabalho foram utilizados dois instrumentos de recolha de informações: os questionários aplicados a 108 pessoas das duas instituições seleccionadas (Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe e Hospital Geral 17 de Setembro) e as entrevistas feitas a 15 pessoas das mesmas instituições.

Os resultados obtidos sobre esta temática, revelaram que os angolanos, em particular os sumbenses (habitantes do município do Sumbe) têm uma imagem positiva sobre os imigrantes cubanos. Os dados revelaram também que a presença e a interacção com os cubanos exercem boas influências sobre os angolanos no âmbito da compreensão e a vivência em sociedades multiculturais.

Palavras-chave: **Imigração, representação social, multiculturalidade e interculturalidade.**

ABSTRACT

In Angola, since 2002 due to the peace achievement, it has been seen a big increase of the immigration flux, which generates a "new reality", resulting in a creation of multicultural societies of the inhabitants. It is true that the immigration process brings in several causes namely economicals, political and social, which are associated with the national reconstruction and development need; this implies the necessity of a highly qualified manpower, and so on.

This work aims at calling attention to the existence of a migratory flux, more specifically, of our Cuban brothers to Angola based on the mutual agreement of cooperation between the two countries governments in different areas. The Cuban immigrants are not subject to investigation, and for better understanding of the impact on the Angolans behaviour and perception, or better said, the social representation of the Angolans on the Cuban immigrants.

The point of departure of this investigation is the following: What representations do the Angolans have about the Cuban immigrants?

So the objective of this work is to analyse the social representation which the Angolan people have about the Cuban immigrants.

To attain the objective of this work, two tools for data collection have been used; they include a questionnaire administered to 108 people from the two selected institutions, which are the Instituto Superior de Ciencias da Educacao do Sumbe and the Hospital Geral 17 de Setembro, respectively, and an interview applied to 15 people from the aforementioned institutions.

The obtained results of this paper, revealed that, the Angolans, more specifically from Sumbe have a positive view about the Cuban immigrants, because they play good influences for better understanding on how to live in multicultural societies.

Key words: Immigration, social representation, multiculturalism and interculturality.

AGRADECIMENTOS

- ❖ À minha orientadora, Prof. Doutora Maria de Fátima Goulão, pela disponibilidade, profissionalismo, incentivo, eficácia e paciência ao longo do percurso.
- ❖ À todos os professores do Mestrado em Relações Interculturais, da Universidade Aberta, pelo contributo prestado ao longo da formação, o meu obrigado.
- ❖ O meu obrigado ao Pe. Dr. Casimiro António, Me. Publio Xavier Ansanza Rubio e Jorge G. Ribeiro, pelo apoio prestado.
- ❖ Às Direcções do Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe e do Hospital Geral 17 de Setembro, por permitirem a realização da pesquisa nas referidas instituições, bem como aos funcionários e estudantes que responderam aos instrumentos, o meu obrigado.
- ❖ Aos meus colegas do 19º curso de Mestrado em Relações Interculturais e de forma específica ao Oswaldino W. Mw. António, que juntos enfrentamos este desafio, o meu obrigado.
- ❖ À minha esposa pela, compreensão, carinho e afecto que sempre me prestou e ao meu filho, que na sua inocência brindou-me sempre com o seu sorriso.
- ❖ Aos meus pais e irmãos pelo apoio moral prestado.

**A todos quanto directa ou indirectamente prestaram o seu contributo o
meu muito obrigado**

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
ACP	África Caraíbas e Pacífico
CIA	Agência Central de Inteligência
DAC	Departamento dos Assuntos Académicos
DACRE	Direcção de Atenção de Cubanos Residentes no Exterior
DIE	Direcção de Imigração e Estrangeiro
EUA	Estados Unidos da América
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação
MININT	Ministério do Interior
MPLA	Movimento popular de Libertação de Angola
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
SAMP	Projecto de Migrações de África Austral
SME	Serviços de Migração Estrangeiro
UAN	Universidade Agostinho Neto
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

QUADROS E TABELAS

Quadros

Quadro nº 1 Composição racial da população angolana (1777-1970)	54
Quadro nº 2 Estimativa dos migrantes internacionais em Angola 2000, 2005 e 2010 em meados dos anos referidos.....	61
Quadro nº3 Cronologia da chegada e participação cubana na defesa, preservação da independência e reconstrução nacional de Angola de 1965 a 1991	
Quadro nº 4 Imigrantes cubanos no Kwanza Sul por categorias.....	127
Quadro nº 5 Imigrantes cubanos no Sumbe por categorias.....	128

Tabelas

Tabela nº 1 Faixa Etária.....	140
Tabela nº 2 Sexo.....	140
Tabela nº 3 Habilitações literárias.....	141
Tabela nº 4 Cultura.....	142
Tabela nº 5 Médias sobre o nível de conhecimentos.....	Anexo XI
Tabela nº 6 Tradições.....	143
Tabela nº 7 Religião.....	144
Tabela nº 8 Normas Familiares.....	144
Tabela nº 9 Causas da imigração.....	145
Tabela nº 10 Política	145
Tabela nº 11 Modo de vida.....	146
Tabela nº 12 Atitudes dos angolanos face a influência dos valores dos imigrantes cubanos.....	146
Tabela nº 13 Médias sobre a atitude, nível de aceitação e conteúdos..	Anexo X
Tabela nº 14 Nível de aceitação dos imigrantes cubanos	147
Tabela nº 15 Conteúdos das relações.....	147
Tabela nº 16 Dificuldades nos contactos.....	148
Tabela nº 17 Áreas de actividades onde estão inseridos	148
Tabela nº 18 Inserção na área de saúde.....	Anexo XI
Tabela nº 19 Inserção na área de educação.....	Anexo XI
Tabela nº 20 Inserção na área de construção.....	Anexo XI
Tabela nº 21 Inserção na área empresarial	Anexo XI
Tabela nº 22 Inserção na área de hotelaria	Anexo XI

Tabela nº 23 Conflituosos	Anexo XII
Tabela nº 24 Brancos.....	Anexo XII
Tabela nº 25 Racistas.....	Anexo XII
Tabela nº 26 Mulatos.....	Anexo XII
Tabela nº 27 Acolhedore.....	Anexo XII
Tabela nº 28 Unidos.....	Anexo XII
Tabela nº 29 Negros.....	Anexo XII
Tabela nº 30 Religiosos.....	Anexo XII
Tabela nº 31 Solidários.....	Anexo XII
Tabela nº 32 Respeito à cultura angolana.....	Anexo XII
Tabela nº 33 Não compartilham seus bens.....	Anexo XII
Tabela nº 34 Inserção dos emigrantes cubanos.....	151
Tabela nº 35 Relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos.....	151
Tabela nº 36 Média sobre a inserção, relações, influencia e contributo.	Anexo XIII
Tabela nº 37 Influência dos imigrantes cubanos.....	152
Tabela nº 38 Contributo dos imigrantes cubanos.....	152
Tabela nº 39 Comportamento dos imigrantes cubanos.....	153
Tabela nº 40 Faixa etária.....	154
Tabela nº 41 Sexo.....	154
Tabela nº 42 Habilitações literárias.....	155

ÍNDICE GERAL

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
AGRADECIMENTOS	v
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
QUADROS E TABELAS	vii
INTRODUÇÃO.....	12

Parte I Enquadramento Teórico

Capítulo I- As Migrações

1.1 O fenómeno migratório – conceitos e tipologias.....	15
1.2 Teorias migratórias.....	19
1.2.1 As Teorias micro-sociológicas.....	25
1.2.1.1 Escola Neoclássica e a <i>Push-Pull</i>	25
1.2.1.2 Teoria do Capital Humano.....	29
1.2.2 As Teorias Macro ou Histórico-estrutural.....	34
1.2.2.1 Teoria dualista do mercado de trabalho, economia informal e enclaves étnicos.....	35
1.2.2.2 Teorias estruturais do capitalismo, dos sistemas-mundo e a tese da globalização.....	39
1.2.2.3 Teoria dos sistemas migratórios, as redes sociais e o transnacionalismo	43

Capítulo II – A migração cubana para Angola

2. 1. Contexto da política migratória em Angola.....	47
2.1.1 Resenha histórica sobre os movimentos migratórios em Angola.....	48
2.1.2 Legislação migratória em Angola.....	64
2.2- Contexto da política migratória em Cuba.....	71
2.3 Esboço Histórico da Imigração Cubana para Angola	80

Capítulo III - Cultural e Comportamento Social

3.1. O Conceito de Cultura	88
3.2 Cultura e Sociedade	94
3.3. Cultura e Comportamento Social.....	101

Capítulo IV – As Representações Sociais

4.1- As teorias das representações sociais	106
4. 2- A Construção das representações sociais.....	114
4.3. Representações sociais sobre imigrantes.....	121

Parte II Estudo Empírico

Capítulo V- Breve caracterização do campo de pesquisa

5.1 Contexto geográfico, sócio - demográfico do Sumbe.....	124
5.1.1 A Multiculturalidade	126
5.2 Caracterização do ISCED-Sumbe	129
5.3 Caracterização do Hospital 17 de Setembro.....	130

Capítulo VI Metodologia

6. 1 Objecto de investigação	132
6. 2 Justificação do estudo	132
6.3 Tipo de estudo	134
6.4 Questão de partida e objectivos.....	134
6.5 População e amostra.....	135
6.6 Instrumentos de recolha de dados.....	136
6.7 Análise de dados.....	138
6.7.1 Análise quantitativa.....	139
6.7.2 Análise qualitativa.....	139

Capítulo VII Apresentação dos Resultados

7.1 Resultados do questionário.....	140
7.2 Resultado da entrevista.....	153

Capítulo VIII Discussão de resultados158

CONCLUSÕES171

BIBLIOGRAFIA175

ANEXOS

Anexo nº I Migrações bantu em Angola

Anexo nº II Principais grupos etnolinguístico bantu em Angola

Anexo nº III Quadro nº 3

Anexo nº IV Dados estatísticos do SME K. Sul - 2013

Anexo nº V Questionário

Anexo nº VI Guião de entrevista

Anexo nº VII Solicitação de autorização (ISCED/Sumbe, Hospital Geral 17 de Setembro e SME)

Anexo nº VIII Autorização (ISCED/Sumbe, Hospital Geral 17 de Setembro e SME)

Anexo nº IX Tabela nº 5

Anexo nº X Tabela nº 13

Anexo nº XI Tabelas nº 18, 19, 20, 21 e 22

Anexo nº XII Indicadores que identificam os imigrantes cubanos (Tabelas nº 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33)

Anexo nº XIII Tabela nº 36

Anexo nº XIV Transcrição das entrevistas

Introdução

Em Angola são hoje cada vez mais visíveis os fluxos de imigração, depois de algum tempo se ter caracterizado por um movimento contrário, o da saída em “massa” de população, isto é, emigrar para outros países devido essencialmente ao factor guerra. Uma vez terminada, Angola é um país de destino de grande número de migrantes que aqui procuram colmatar as dificuldades económicas, políticas e sociais com que vivem nos seus países de origem.

Neste contexto assiste-se de forma geral à chegada de um grande número de imigrantes de diversos países de África, com principal realce nos países com instabilidade política, económica e social, da Europa, com principal destaque para Portugal, da Ásia, com principal destaque para a China e da América com principal destaque para o Brasil e Cuba. Este último constituiu o foco da nossa investigação.

A realidade acima descrita, provoca nas sociedades receptoras o multiculturalismo, em que as culturas influenciam-se e cada vez mais existe uma clara necessidade de se compreender a diversidade e a pluralidade das sociedades, bem como as representações sociais.

As representações sociais, segundo Jodelet (1985), orientam-nos para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação e a convivência multicultural. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam. A teoria das Representações Sociais, pode ser apropriada na forma de fazer a subjectividade individual e social inteligível. Para percebermos a temática, fizemos uma abordagem das representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos no Sumbe. Para tal partimos da seguinte pergunta de partida: **Quais são as representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos?**

Assim, para responder a pergunta de partida traçou-se como objectivo geral do trabalho, analisar as representações sociais que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos.

As motivações da escolha do tema têm a ver com a necessidade de perceber como os contactos entre os imigrantes cubanos e os angolanos melhoram as relações entre eles e ajudam os angolanos a viverem em ambientes multiculturais, perceber qual é a influencia que exercem os imigrantes cubanos nos valores e atitudes dos munícipes do Sumbe, bem como nas mudanças de opiniões e de pensamento destes sobre os imigrantes e analisar as representações sociais que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos.

O trabalho está dividido em duas partes, a primeira parte I, referentes teóricos com quatro capítulos, fizemos uma abordagem teórica, com base na leitura de diversos autores, sobre os temas que considerámos fundamentais para o desenvolvimento da nossa investigação e a segunda parte, parte empírica com dois capítulos, antecedido e sucedido de uma introdução, conclusão, bibliografia e anexos.

O Primeiro capítulo intitulado “as migrações”, começamos por definir o conceito de migração, onde constatamos que ele é multifacetado e engloba as dimensões espacial, temporal e social, abordou-se também as principais teorias migratórias, tanto as micro-sociológicas como as macro ou histórico-estrutural, nelas apresentamos as concepções sobre a composição, causas e consequências das migrações, bem como as fontes e destino dos imigrantes e formas de integração.

O segundo capítulo intitulado “a migração cubana para Angola”, abordamos duas partes distintas a primeira referente Contexto da política migratória em Angola, onde tratamos os movimentos migratórios em Angola, fazendo uma breve resenha histórica e apresentamos as principais políticas que o governo angolano tem tomado ao longo dos tempos para controlar e normalizar os fluxos migratórios, respondendo as necessidades e exigências das dinâmicas sociais e uma segunda parte o contexto da política migratória cubana.

O terceiro capítulo intitulado “cultural e comportamento social”, iniciamos por abordar o conceito de culturas nas suas múltiplas acepções que o mesmo foi

conhecendo, analisamos também a cultura e sociedade, onde apresentamos a relação entre cultura e sociedade e cultura e comportamento social.

O quarto capítulo intitulado “as representações sociais”, iniciamos por apresentar uma evolução histórica em torno do surgimento das representações sociais, com grande destaque as teorias de Serge Moscovici, debruçamo-nos também sobre as representações sociais e o comportamento e como são construídas as representações sociais por determinados grupos, que condições estão na origem da construção das representações, as funções das representações sociais, os processos formativos das representações bem como a representação e o comportamento social.

O quinto capítulo intitulado, “breve caracterização do campo de pesquisa”, começamos por apresentar a situação geográfica do município do Sumbe, a descrição do contexto sócio demográfico e a caracterização das duas instituições (Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED - e o Hospital Geral 17 de Setembro) onde realizamos a pesquisa.

O sexto capítulo, “metodologia”, apresentamos a mesma que utilizámos no nosso estudo e que basicamente se confinou na recolha de dados, através de questionários e entrevistas aos funcionários e estudantes do ISCED, assim como aos funcionários do Hospital Geral 17 de Setembro. Foi efectuado o tratamento dos resultados através de técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo e por último fez-se a discussão dos resultados.

De ressaltar que, não encontramos trabalhos que abordam de forma específica sobre os imigrantes cubanos em Angola em geral e em particular no Sumbe, o que constituiu uma dificuldade para o nosso estudo. Assim, apesar do nosso contributo ser modesto, esperamos que este possa ser um primeiro passo para que novas abordagens sobre estas temáticas sejam realizadas, em Angola, de modo a obtermos uma melhor compreensão das atitudes, comportamentos e expectativas dos angolanos face aos imigrantes.

Parte I Enquadramento Teórico

Capítulo I As Migrações

1.1 O fenómeno migratório – conceitos e tipologias

Torna-se difícil encontrar uma definição em torno do conceito de migração, o que se pode notar ao fazermos uma breve revisão a literatura sobre o mesmo, visto que não se reduz a uma única dimensão, devendo a sua conceitualização respeitar a incorporação de diversos elementos que tornarão o termo universal.

O conceito de migração é multifacetado e relativamente complexo, pois abarca um conjunto de factores estruturais, tanto restritivos como permissivos, tanto na origem como no destino, bem como motivações pessoais que determinam a migração dos intervenientes. Uma vez que o movimento migratório se encontra intimamente ligado com os movimentos demográficos e com os processos de transformação socioeconómica, tem recebido atenção multidisciplinar nas últimas décadas, em que as análises têm abordado a composição, causas e consequências das migrações, bem como as fontes e destino dos imigrantes, sistemas de redes e formas de integração. Apesar desta dificuldade é possível encontrar na literatura algumas definições relativas ao conceito de migração. Vamos em seguida apresentar algumas dessas definições.

Segundo o dicionário Porto Editora (2008), migrar corresponde a “mudar de uma região para outra ou de um país para outro”(p. 1094). Nela encontramos um elemento transversal a todas as teorias e definições subjacentes às migrações, a denominada *mudança espacial*.

Na mesma perspectiva as migrações são descritas como a “deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente” (INE, 2003 como citado em Fontes, 2010, p. 10). Na definição encontramos um novo elemento, que tem a ver com a *dimensão temporal* que determina a duração da migração. Nas duas definições apresentadas encontramos claramente as duas principais dimensões (espacial e temporal) em torno das quais grande parte dos teóricos e especialistas em questões migratórias elaboram as suas definições. Portanto, por tratar-se de um termo de múltiplas dimensões, as duas apontadas não satisfazem na totalidade a abordagem do fenómeno migratório, aparecendo outras dimensões, como a que encontramos na definição de Jackson (1991) em que as migrações, incorporam igualmente uma *dimensão social* que se encontra relacionada com uma possível mudança de estatuto social originada por alterações nos relacionamentos espaciais. Eisenstadt (1954) partilha desta opinião afirmando que as migrações englobam uma transição entre sociedades, onde os indivíduos acabam por abandonar o quadro social que ocupavam no seu país de origem entrando numa nova estrutura social no momento de chegada a um país de acolhimento. Por seu turno, Graciela de Marco (1989) apresentou uma classificação das migrações que incluía uma *dimensão formal*, destacando a forma como a migração é perpetuada.

Podemos depreender a existência de quatro dimensões que articuladas constituem o epicentro segundo o qual se movimentam os fluxos migratórios

contemporâneos, relativos ao; *espaço, tempo, forma e estatuto social* em torno das quais se apresentam a magnitude das dinâmicas migratórias.

Fazendo uma análise em cada uma das dimensões acima evidenciadas, constatamos que: a dimensão espacial do fenómeno migratório refere-se essencialmente às migrações internas e às migrações externas. Sem uma grande complexidade nas suas distinções, Malheiros (1996) afirma que a migração interna é a migração compreendida dentro de um território nacional onde um indivíduo perpetua movimentações entre regiões. Quanto à migração externa, é realizada num outro tipo de contexto, contemplando uma deslocação entre territórios nacionais.

Na dimensão temporal as migrações podem ser analisadas segundo um prisma temporário ou permanente. Castro (2008), afirma que usualmente este tipo de migração respeita uma durabilidade temporal relativa, onde um imigrante pretende única e exclusivamente obter um maior rendimento económico, retornando ao seu país de origem assim que esse objectivo seja concretizado.

Por sua vez, as migrações permanentes são caracterizadas pela presença contínua do indivíduo migrante no país de acolhimento, onde irá desenvolver a sua vida profissional, familiar e social.

Quanto à dimensão formal, Jackson (1991) fala sobre migrações voluntárias e migrações forçadas. Como os próprios nomes indicam, num primeiro caso o acto de migrar é tomado de livre e espontânea vontade por parte do migrante,

ao passo que, as migrações forçadas baseiam-se na coacção individual que força o migrante a abandonar o seu país de origem.

Em relação a dimensão social, Jackson (1991) afirma que a migração “terá de envolver necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social” (p. 6). A afirmação remete-nos para a análise da questão em volta do estatuto social de um indivíduo. Como afirma Cabral (2002), o estatuto social de um indivíduo representa o seu posicionamento na sociedade em que está inserido.

Podemos identificar na dimensão social preconizada por Jackson (1991) dois tipos de migrações distintos; as migrações qualificadas e as migrações não qualificadas, caracterizadas por uma forte vertente laboral, onde as necessidades do mercado de trabalho interferem na valorização ou desvalorização das capacidades dos migrantes, as migrações qualificadas e não qualificadas apresentam uma hipótese razoável para verificar o impacto social que a migração pode ter num migrante.

No entanto, para além de compreender o conceito e dimensões da migração, torna-se necessário entender as causas pelas quais se dá o processo migratório. A causa mais evidente das migrações é a disparidade inter-regional quanto aos níveis de rendimento, de emprego e de bem-estar social (Castles, 2005, p. 22).

Para outros autores as “condições do mercado de trabalho, as leis e políticas [...] a informação e os fluxos de informação, [...] os efeitos das cadeias migratórias, as restrições orçamentais (que podem influenciar a capacidade dos potenciais migrantes em pagar os custos de transporte), e quase tudo aquilo que afecta o desejo de viver/trabalhar no destino, por oposição ao país de origem, desde a etnia ou a violência política ao clima”(cf. Glover et al., 2001, p. 3). Estes são apenas alguns dos elementos a ter em consideração no estudo das causas dos fluxos migratórios.

Portanto, devemos salientar que não se esgotam por aqui as reflexões em torno do conceito, tipologia e causas das migrações, o que retomaremos ao tratarmos das teorias migratórias, uma vez que em cada uma das correntes na sua abordagem procuram explicar o fenómeno migratório tendo em conta as causas e as dimensões.

1.2 Teorias migratórias

Ao longo da História, sempre existiram, com maior ou menor intensidade, os “movimentos populacionais, em resposta ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às necessidades económicas” (cf. Castles, 2000, p. 273). Na tentativa da compreensão deste fenómeno social, têm concorrido vários ramos do saber (disciplinas), para buscar uma explicação conjunta e melhor percepção do fenómeno.

Várias foram as teorias que procuraram explicar as migrações, porém, nenhuma teoria completa ainda foi validada. Ravenstein (1889) já observava

essa complexidade ao enunciar que as leis da população, e as leis económicas não têm em geral o rigor das leis físicas.

Patarra (2006) salienta que as novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação de paradigmas, para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, bem como a própria definição do fenómeno migratório devem ser revistos.

Brettel & Hollifield (2000) também destacam as várias formas como o tema migração tem sido tratado na literatura científica por antropólogos, historiadores, demógrafos, sociólogos, economistas, cientistas políticos e especialistas em direito. Os autores ressaltam a necessidade de se desenvolverem trabalhos com maior interdisciplinaridade e destacam pontos nos quais as questões e abordagens propostas por cada um destes ramos do conhecimento se aproximam uns dos outros.

Percebemos, do acima exposto, que existe uma interdisciplinaridade na abordagem das migrações, em que cada uma procura identificar-se com o seu objecto, tal como Jansen (1969), ao referir-se sobre a problemática da migração, destacou que:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com

que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (p. 60).

Na mesma linha de pensamento encontramos Rocha-Trindade (1995) ao referir-se que, os economistas procuram estabelecer relações entre os recursos e as população e analisam a mobilidade do factor trabalho no âmbito das trocas de mercado; os historiadores procuram, sobretudo nos movimentos de população, as consequências das transformações económicas e sociais, ligando-se aos conceitos de migração, ao êxodo rural e aos processos de industrialização e de urbanização. Os geógrafos preocuparam-se sobretudo com a distribuição dos homens no espaço, com o povoamento e com as deslocções populacionais. A demografia observou a estrutura e a distribuição da população, quase sempre mais atenta ao crescimento em si mesmo, do que ao ritmo do seu desenvolvimento.

O mesmo autor aponta exemplos de comunidade científica, centrada em torno da problemática das migrações, como são os casos de Brinley Thomas (1973), na área da história económica; o de Georges Tapinos (1974, p. 1992), na demografia económica; o de W. Clark (1982) e John Salt (1976), no âmbito da geografia; Douglas Massey (1987, p. 1992); Alexandro Portres (1978, p. 1981), na economia; Aristide Zolberg (1989) e Anthony Richmond (1988), na sociologia, etc., para indicar a diversidade disciplinar na abordagem da migração.

Para Massey et al, (1994) “as ciências sociais abordam o estudo da migração a partir de (...) uma variedade de pontos de vista teóricos fragmentados” (pp. 700-701).

Gonçalves (2009) apontou que as migrações, como qualquer outro fenómeno social, são temáticas cuja complexidade não pode ser explicada por uma disciplina isolada. A migração internacional envolve muitos aspectos da sociedade – a economia, a política e o social.

Portanto, o estudo do tema integra obrigatoriamente abordagens teóricas de vários campos disciplinares. Castles (1993), corrobora com o mesmo pensamento, ao sustentar que “o estudo das migrações como uma ciência social no seu próprio direito (...) é fortemente multidisciplinar na sua teoria e na sua metodologia” (p. 30).

Como podemos depreender a migração é objecto de várias ciências, o que à partida pode causar constrangimentos na análise da temática, devido, por um lado, a algumas divergências, o que dificultará os consensos, tendo em conta as especificidades. Por outro lado, vem facilitar a compreensão do fenómeno migratório – através da interdisciplinaridade - visto que as migrações não representam fenómenos sociais isolados.

Deste modo, vários são os teóricos que deram seu contributo, apresentando teorias sobre as migrações, em que as análises têm abordado a composição, causas e consequências das migrações, bem como as fontes e destino dos imigrantes, sistemas de redes e formas de integração. Tal como vimos com os

vários ângulos na análise do objecto, encontrar também, várias teorias que procuram explicar as migrações.

Apesar do grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas, tal como ressalta Massey (1990), que esta fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas:

A primeira dimensão do conflito seria se o tema deve ser estudado de forma síncrona ou em uma perspectiva histórica – diacrónica.

A segunda dimensão seria em relação ao *locus* da acção de migrar. A questão que se coloca é se a migração seria melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo.

A terceira dimensão diz respeito ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão.

A quarta dimensão diz respeito ao impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração.

O resultado desta fragmentação, segundo Massey (1990, p. 4), é que “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorrecto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. O autor ressalta a importância de se elaborar uma teoria sobre as migrações que incorporasse, simultaneamente, vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

Peixoto (1998), por seu turno, numa abordagem efectuada sob o prisma da sociologia económica, apresenta a possibilidade de estudo das migrações segundo uma perspectiva individualista ou holista. Conjugando conceitos de economia e sociologia, a primeira perspectiva apresenta abordagens como a racionalidade instrumental, os rendimentos do trabalho, o investimento em capital humano, o ciclo de vida, a carreira e a mobilidade social. A segunda, por

seu turno, na mesma óptica apresentada pelo autor, traz para o estudo das migrações as questões da segmentação do mercado de trabalho, os sistemas espaciais e sistemas-mundo, os sistemas migratórios, bem como o papel das famílias, instituições, organizações, redes migratórias e enclaves étnicos.

Segundo Brettel e Hollifield (2000a), deve também ser referenciada uma outra perspectiva, consoante o centro do estudo. Isto é, se é colocado o enfoque, por um lado, na política de imigração ou nas forças de mercado ou se, por outro lado, se privilegia, enquanto domínio de estudo, o indivíduo ou a sua família que efectua a migração.

Os estudos sobre migrações têm evoluído, e na medida destes têm surgido “novas teorias” e o readaptar de outras em virtude da realidade dos fluxos migratórios. Com base nas constatações referenciadas, o objectivo deste subtema é o de apresentar, de forma sucinta, algumas das principais abordagens teóricas que procuram se ater ao fenómeno migratório, nas vertentes micro (focando a análise no âmbito do indivíduo, da família ou do domicílio) e macro (aspectos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante) e outras tendências teóricas actuais em que o assunto tem sido tratado. Devemos referir que a sequência apresentada, visa somente fins analíticos e para melhor compreensão do fenómeno migratório.

1.2.1 As Teorias micro-sociológicas

Vamos em seguida, de uma forma sintética, apresentar as teorias micro-sociológicas, designados por alguns e, por outros mico-económicas. Contudo, ressalta-se que tanto uma designação quanto a outra, reflectem e/ou apresentam os mesmos pontos. Peixoto (2004) diz que, este grande conjunto de teorias sobre migrações apresenta como ponto comum, no fundamental, o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Por outras palavras, por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão - trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção -, é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade. Weber (1909), por atribuir relevo às capacidades individuais de acção – incluindo aquela que, no sentido weberiano, promove a compreensão do comportamento não apenas pela racionalidade de tipo instrumental ou utilitário (racionalidade em relação a um fim), mas também pela orientação normativa (racionalidade em relação aos valores), afectiva e tradicional. Assim vamos em seguida abordar os modelos da Escola Neoclássica e a *Push-Pull* e do Capital Humano.

1.2.1.1 Escola Neoclássica e a *Push-Pull*

Partindo da ciência económica como elemento de referência, a escola neoclássica apresenta um paradigma de base de estudo das migrações, oriundo da explicação dos movimentos internacionais. A mesma recai no factor produtivo e no trabalho como parte integrante do processo de desenvolvimento económico dos países. Desde o início se intui, então, que para os neoclássicos

“a análise dos fluxos de trabalho [é] um ingrediente central em qualquer discussão do equilíbrio do mercado de trabalho” (cf. Borjas, 2000, p. 1).

Os modelos neoclássicos de análise sobre migrações englobam uma estrutura de custos e benefícios contabilizados sob o ponto de vista do indivíduo nos locais de origem/destino e, em alguns casos, sob o ponto de vista da família (Wood, 1982, p. 54.).

Segundo Rocha-Trindade (1995), o modelo faz análise do comportamento economicista que ocorre num determinado contexto de mercado, referindo-se principalmente as escolhas individuais dos actores sociais (p. 76).

De acordo com os neoclássicos, um dos determinantes mais óbvios das migrações tem uma natureza económica, caracterizada pela “disparidade nos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre diferentes áreas” (cf. Castles, 2000, p. 272). Keely (2000), por sua vez sintetiza o contributo desta escola como resultado do equilíbrio entre a existência de diferenciais de salários e a probabilidade do migrante encontrar um emprego, tendo, para tal, de passar por um processo de tomada de decisão individual, após analisar os custos e benefícios inerentes.

Para Sjaastad, (1962) e Todaro, (1969), os indivíduos são seres racionais, capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e de realizar cálculos racionais relacionados a alternativas, visando maximizar a utilidade de suas escolhas. Tem-se, como pressuposto, que os indivíduos possuem informação perfeita sobre o diferencial de renda entre a sua região e outros lugares. Desta forma, o migrante é um indivíduo racional que decide migrar a partir de um

cálculo de custos e benefícios que o leva a ter uma expectativa de retorno positivo.

Harris e Todaro (1970), consideram que os movimentos migratórios são provocados não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas, também, por diferenças nas taxas de emprego.

Figueiredo (2005), apresentou alguns pressupostos de base da escola neoclássica, como a seguir os apresentamos:

no centro da análise localiza-se o indivíduo que, (...) age racionalmente, analisando os custos e benefícios da migração, de forma a maximizar o seu bem-estar e a sua utilidade individual; existe perfeita informação acerca do modo de actuação dos mercados que, por seu turno, funcionam sem qualquer ineficiência; os diversos factores produtivos existentes têm um carácter homogéneo e são perfeitamente móveis (p.25).

A mesma autora acrescenta, recorrendo ao estudo de Heckscher-Ohlin, que desta forma, do ponto de vista neoclássico, a teoria das migrações revela-se, em alguma medida, similar àquela do comércio. De facto, o trabalhador de um país onde se verifica um excesso relativo de mão-de-obra (e, consequentemente, um menor salário de equilíbrio, reflexo de uma produtividade marginal por trabalhador mais reduzida) tem um incentivo económico a migrar para o país onde, inversamente, existe uma escassez relativa de mão-de-obra, geradora de salários mais elevados. Este progressivo movimento de indivíduos atenua, no país de origem, o relativo excesso de trabalhadores e, por seu turno, contribui para que, na economia de acolhimento, a relativa escassez de trabalhadores seja colmatada.

Os fundamentos da escola neoclássica são frequentemente apelidados de teoria push-pull, segundo Lee (1966), que considera os “fluxos de trabalho

como um resultado da pobreza e do atraso nas regiões de envio” (cf. Portes e Böröcz, 1989, p. 607). Por seu turno, Castles e Miller (2003) defendem essa denominação pelo facto de serem teorias que explicam as causas dos movimentos migratórios como uma combinação heterogénea de factores *push*, que empurram os indivíduos para fora das suas regiões de origem (de origem económica, social, política: crescimento demográfico mais ou menos acelerado, baixos padrões de vida, falta de oportunidades económicas, repressão política, entre outros), e de factores *pull* (um conjunto de vantagens comparativas nos países desenvolvidos que atraem essas mesmas pessoas, combinando vários factores como a procura de mão-de-obra, disponibilidade de terras, boas oportunidades económicas, liberdade política, e outros). Petersen (1958) considera que é necessário ter em conta a distinção entre as motivações dos migrantes e as causas sociais da migração em si, aquando da análise dos factores *pull*.

Portes e Böröcz (1989) referem que estes factores, *push* e *pull*, se elaboram basicamente sobre dois argumentos: o primeiro, segundo o qual são os trabalhadores dos sectores com menor grau de desenvolvimento, das sociedades mais pobres, aqueles que apresentam um maior incentivo a emigrar; um segundo argumento (base da teoria neoclássica) refere que a simples existência de disparidades económicas entre países deveria ser suficiente para gerar migrações internacionais. “No longo prazo, esses fluxos deveriam contribuir para igualizar os salários quer nas regiões subdesenvolvidas, quer nas desenvolvidas, levando ao equilíbrio económico”

(cf. Castles & Miller, 2003, p. 23), caracterizado pela eficiência na alocação dos recursos, na medida em que ocorre a maximização da produtividade dos factores na sua utilização.

O modelo neoclássico ora apresentado, mereceu a posterior algumas críticas de especialistas que se dedicam ao estudo da teoria das migrações, como são os casos de Portes e Boorocz (1989), sustentando que, iniciados os fluxos migratórios, a sua continuação é independente das flutuações dos ciclos económicos existentes e não se podem portanto explicar por ajustamentos aos diferenciais de rendimentos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Na mesma linha encontramos Ramos (1990) que afirmou que “este modelo neoclássico não tem, no entanto, em conta a dinâmica do processo histórico”(p. 36), e, “nem esclarece quanto aos factores estruturais subjacentes aos padrões migratórios observados a longo prazo” (Gonçalves, 2009, p. 26).

Neste ponto, Keely (2000) refere que todo e qualquer movimento migratório inclui não só elementos de escolha, mas também de pressão. Os primeiros, mesmo que se considere serem de índole exclusivamente individual (raciocínio coerente com a escola neoclássica), estão indubitavelmente em interacção com os segundos, de pressão, de origem externa, endógenos ao contexto social envolvente. (Keely, in Figueiredo, 2005, p. 29).

1.2.1.2 Teoria do Capital Humano

O modelo do capital humano começa a ser desenvolvido por volta dos anos 60 do século XX, que tem Gary Becker (1993) como um dos seus principais expoentes, quando afirmou que, os indivíduos avaliam racionalmente os custos

e os benefícios de suas várias actividades e hábitos. Desta forma, os investimentos feitos pelo indivíduo na sua educação formal, na sua formação e treinamento profissional e na aquisição de outros conhecimentos serão determinados pela relação entre os benefícios futuros que espera receber por estes investimentos e os custos associados aos mesmos (Becker, 1993).

Para Rocha-Trindade (1995), a teoria do capital humano procura responder à questão fundamental de saber porque é que alguns indivíduos emigram para outros países enquanto outros o não fazem. Borjas (2000) considera os fluxos migratórios de trabalhadores como um investimento em capital humano, surgido em consequência dos diferenciais de salários existentes entre as economias e considerados como a causa principal das migrações. No âmbito, mais restrito, algumas teorias do capital humano consideram o factor educação como o fundamental na selecção dos trabalhadores e na capacidade de adaptação económica ao país de destino.

Quanto ao capital humano, este pode ser definido como uma “actividade que inicia o rendimento real futuro pela incorporação de recursos nos indivíduos” (cf. Becker, 1962, p. 9). Considerando as migrações como uma forma de investimento em capital humano e que os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento, então “os jovens têm maior incentivo a investir porque poderão usufruir do retorno durante mais anos” (cf. Becker, 1962, p. 38). Na sequência dos movimentos migratórios e do investimento em capital humano, é de esperar que a própria dotação deste que

cada indivíduo dispõe não só se desenvolva, mas também se altere, na medida em que podem ser feitos novos investimentos em capital humano, no país de acolhimento, segundo a tipologia de Becker.

Em relação a faixa etária mais propensa a emigrar segundo a linha de pensamento desta teoria, Keely (2000), conclui que serão os jovens aqueles com maior incentivo a migrar, o que se vem a verificar, em termos empíricos, posteriormente.

Evidentemente, tais são os casos em situações normais, não abrangendo momentos particulares como “guerras, leis de imigração restritivas, depressões económicas” (cf. Keely, 2000, p. 50) ou outras justificações que contribuam para o abrandamento dos fluxos migratórios.

O retorno do investimento em capital humano será maior nos jovens, já que provavelmente permanecerão mais tempo como migrantes, sendo de esperar que estes façam novos investimentos em capital humano no país de acolhimento (Becker, 1983).

Bach e Schraml (1989) referem um grande contributo da teoria do capital humano no estudo dos fluxos migratórios, ao defenderem que esta abordagem teórica “reintroduziu a teoria da assimilação, abandonada há muito tempo para explicar o «progresso» [em termos de rendimento] de trabalhadores migrantes de baixos salários” (p. 322). A teoria da assimilação, referem estes autores, é, pois, relevante na medida em que traz, novamente, para o estudo das migrações a importância de valores e motivações. Desta forma, se verificar, então, a progressão salarial, faz sentido considerar os fluxos migratórios como

um investimento em capital humano, de acordo com o defendido por Becker (1983).

A perspectiva da teoria do capital humano é também enquadrada num mapa de custos/benefícios – embora, neste caso, diferidos no tempo. Como afirmou Sjaastad (1962), a migração pode ser tratada “ (...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, investimento esse que possui custos, mas também envolverá retornos” (p. 83).

Chiswick (2000), defendeu que um nível superior de qualificações ou de investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, de inserção e de contribuição activa para a sociedade de acolhimento.

A este respeito Castles e Miller (2003), aludem à possibilidade de existência do fenómeno de fuga de cérebros nos países de emigração, já identificado e estudado desde os anos 60, usualmente denominado de *brain drain*, traduzido pela “transferência internacional de recursos sob a forma de capital humano, isto é, a migração de indivíduos com qualificações relativamente elevadas dos países em desenvolvimento para aqueles desenvolvidos” (cf. Beine, Docquier e Rapoport, 2002, p. 2).

Borjas (1999 e 2000), sobre o mesmo assunto, analisou a possível selectividade dos migrantes pondo ênfase no tipo de regiões que atrairiam pessoas mais qualificadas e naquelas que atrairiam migrantes com baixa escolaridade. Conclui que as áreas onde a taxa de retorno de capital humano é superior tendem a atrair pessoas mais qualificadas, enquanto regiões onde a taxa de retorno é menor atraem pessoas menos escolarizadas.

Deste modo se justifica que os movimentos populacionais se verifiquem dos países de baixo rendimento para os mais desenvolvidos e sejam tanto mais acentuados quanto maior o diferencial de rendimento entre as economias. Chiswick (2000) referiu que o investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de integração e de intervenção na sociedade de acolhimento.

Rocha-Trindade (1995), apontou que “o argumento final da teoria do capital humano é que o perfil dos rendimentos por níveis de idades dos imigrantes tende a ser mais marcado que a relação observada para os nativos” (p. 77). O autor acrescenta que este aumento relativo, mas progressivo, do desempenho dos imigrantes demonstra a sua adaptação ao mercado de trabalho e a sua assimilação à economia do país de destino (pp. 77-78).

Por outro lado o mesmo autor afirmou que:

As migrações temporárias de trabalhadores migrantes constitui um processo capaz de gerar o desenvolvimento, entre os países menos e mais desenvolvidos, entre os quais se processa a transferência de recursos humanos. As remessas dos trabalhadores são consideradas instrumentais ao restaurarem a balança de pagamentos e ao estimularem as poupanças e ao investimento no país de origem e, por outro lado, os emigrantes regressados constituem-se como agentes de mudança ao aplicarem as ideias e experiência profissional adquirida no país de emigração (p. 78).

Figueira (2005) considerou o capital humano como uma forma específica do factor produtivo capital. Desta forma, segundo esta abordagem teórica, mantém-se a coerência da lógica de actuação, isto é, o capital humano move-se dos países onde existe relativamente em maior quantidade (mais desenvolvidos), tendo conseqüentemente uma produtividade marginal mais

reduzida, para aqueles onde existe em menor quantidade, de modo que terá uma produtividade, por unidade produzida, superior.

Num contexto micro, os investimentos em educação e formação são vistos como investimentos em capital humano e visam essencialmente a ascensão social e a melhoria das condições de vida do migrante (Sjaastad, 1962; Becker, 1964; Schaeffer, 1985). O conceito de capital humano é polémico e Perroux (1958) citado por Ramos, (1990, p. 51) afirma que: “o homem não é um capital, um bem material submetido a um plano de emprego. O homem é “sujeito” e, neste sentido, toda a economia deve dirigir-se para ele e não contra ele”.

1.2.2 As Teorias macro ou histórico-estrutural

De acordo com Figueira (2005), baseando-se em Portes, diz que, são diversos os novos contributos teóricos recentes, de vertente macro, que também pode ser chamada de histórico-estrutural, muitos deles representando um corte com as teorias ditas clássicas e apresentando uma orientação para disciplinas como a sociologia económica, o que se traduz na tomada em consideração não só de pressupostos de restrições individuais (de cariz micro), nomeadamente em termos da racionalidade dos indivíduos na tomada de decisões, mas também dos constrangimentos criados pelo ambiente social em que os indivíduos se inserem, na medida em que este “modifica o comportamento de maximização dos indivíduos, levando a previsões diferentes daquelas dos modelos económicos convencionais” (cf. Portes, 1995: 3).

Os autores da abordagem histórico-estrutural, entre eles: Singer (1973), Piore

(1979), Wood (1982), explicam os movimentos migratórios dentro de uma perspectiva ampla. O contexto económico-social, no qual estão inseridos os potenciais migrantes, é mais importante para a análise das causas da migração do que a simples análise de custos/benefícios sugerida pela abordagem micro. De acordo com a abordagem histórico-estrutural proposta em modelos macro (muitas vezes ligada a autores marxistas), a migração é uma consequência da desigualdade económica entre as regiões (Gonçalves, 2009, p. 31).

É neste contexto de interacção entre o indivíduo, o contexto que o rodeia e os relacionamentos entre os vários actores sociais, que surgem novos contributos, que no dizer de Rocha-Trindade (1995), torna-se difícil de resumir por se encontrar presente uma série de modelos acerca das migrações. Nesta perspectiva trataremos de modelos como; a teoria dualista do mercado de trabalho, economia informal e enclaves étnicos, as teorias dos sistemas-mundo e a tese da globalização, a teoria dos sistemas migratórios e as redes sociais e o transnacionalismo.

1.2.2.1 Teoria dualista do mercado de trabalho, economia informal e enclaves étnicos

As situações ligadas às migrações entre países subdesenvolvidos e áreas desenvolvidas constituiriam o objecto de trabalho para Michael Piore (1979), um dos pioneiros das teorias do mercado de trabalho dualista. Gonçalves (2009), na abordagem da questão, começa por uma pergunta: quais os factores que contribuem para explicar a procura de imigrantes por parte das empresas ou, em termos generalizados, por parte do mercado como um todo nos países de acolhimento? O autor ao responder a questão recorre a Massey

et al. (1993) que consideram a procura do factor trabalho por parte da sociedade em geral (afastando-se do prisma de decisão dos indivíduos como unidades singulares) é o factor de base que gera as migrações.

Para Piore (1979) é na resposta a esta pergunta que encontramos a génese da dualização do mercado de trabalho em diversas economias. Este autor sugere três explicações plausíveis, uma de carácter optimista (considera os fluxos migratórios em resposta à escassez do factor trabalho no país de acolhimento), outra de cariz pessimista (vê a procura de migrantes como a resposta à necessidade de preencher a posição de base na pirâmide da hierarquia social) e uma de perfil intermédio, denominada de teoria do mercado de trabalho dual.

Vamos nos ater a última visto que nela encontramos o argumento central que justifica a teoria dual de trabalho, de acordo com Piore (1979), referenciado por Rocha-Trindade (1995), que o argumento central da sua obra sustenta que as migrações internacionais devem ser entendidas em função das estruturas de oportunidades de trabalho e das motivações dos trabalhadores imigrantes, relativamente às motivações dos trabalhadores das áreas para as quais os imigrantes se deslocam. Ao analisar as migrações laborais, o autor conceptualiza as migrações como um processo circular que se desenvolve em torno do sector secundário de um mercado de trabalho dual. Defende ainda que as economias industrializadas dão origem a dois segmentos distintos do mercado de trabalho: o segmento primário (mais favorável) e especialmente dedicado aos trabalhadores nacionais; o segmento secundário posto a

disposição da mão-de-obra importada, porque menos apetecido e mais desfavorável.

Gonçalves (2009), argumenta que estes dois grupos de trabalhadores responderiam a diferentes oportunidades de emprego de um mercado de trabalho que é segmentado a dois níveis: o mercado de trabalho primário e o mercado de trabalho secundário. Estes segmentos têm escassos canais de comunicação, formais e/ou informais, entre eles, existindo entre ambos pouca mobilidade social e profissional. O mercado primário é mais favorável e caracteriza-se por requerer elevadas qualificações, melhores ordenados e possibilidades de ascensão hierárquica. O segmento secundário, posto à disposição de mão-de-obra importada, caracteriza-se por empregos associados a baixa remuneração, geralmente mais desqualificados, de alta rotatividade (desemprego fácil), menos propícios à mobilidade profissional e com estatuto jurídico precário.

Esta teoria é de grande relevância na análise do processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho do país de acolhimento. Frequentemente (com maior incidência no caso de imigrantes ilegais) os trabalhadores estrangeiros são inseridos no mercado secundário, frequentemente associado ao sector informal como conjunto de “actividades não regulamentadas por códigos legais num ambiente onde actividades semelhantes são reguladas” (cf. Portes, 1995, p. 29). Este autor defende que a sobre representação dos imigrantes em actividades informais se relaciona fortemente com a sua também

representação, acima da média, no empreendedorismo de pequenos negócios, de modo particular se estes estão de alguma forma articulados com enclaves étnicos, permitindo ainda conciliar as necessidades materiais em si com outras, de índole familiar e cultural.

Quanto a teoria dos enclaves económicos ou étnicos, e de acordo a certos autores como Rocha-Trindade (1995), o termo foi inventado por Alejandro Portes (1981), para designar a concentração de grupo de imigrantes numa localização espacial distinta, grupos esses capazes de organizar uma série de empresas que servem o seu próprio mercado étnico ou a população em geral. Portes (1995) e Heisler (2000) estudam o modelo económico dos enclaves étnicos com referências à teoria do mercado de trabalho dual. Segundo estes autores, os enclaves étnicos constituem-se, para diversos grupos de imigrantes, como uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, caracterizando-se por um modo muito específico de integração de alguns imigrantes na sociedade do país de acolhimento, que pode ser visto, segundo Portes (1995), como um modelo de incorporação dos imigrantes.

Este modelo considera que o modo de recepção de trabalhadores estrangeiros é condicionado pelas políticas públicas existentes, pela atitude de recepção da sociedade, pelas características do sistema de coesão da própria comunidade étnica e ainda pelas qualificações que o próprio imigrante detém, sendo que a combinação de diferentes atitudes se revela preponderante para posteriormente compreender a formação (ou não) de enclaves étnicos.

Os enclaves fornecem, entre outros benefícios, alguma protecção ao imigrante face à precariedade do mercado secundário, para além das vantagens inerentes à língua (regra geral, comum), bem como a constituição de redes sociais dentro do mesmo grupo. Heisler (2000) defende que, existe uma concentração espacial e sectorial destes enclaves, que vão desenvolvendo formas de interação social, quer dentro da comunidade de imigrantes, quer com a sociedade como um todo.

1.2.2.2 Teorias estruturais do capitalismo, dos sistemas-mundo e a tese da globalização

De acordo com Figueira (2005), as teorias estruturais do capitalismo, de índole histórico-estruturalista, opõem-se à análise individualista dos fluxos migratórios como estes são vistos pelos neoclássicos. Estas teorias estudam as transformações em larga escala, de vertente macro, que modelam e sustentam os movimentos populacionais, apontando para as graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial. Keely (2000) explica como as teorias estruturais do capitalismo propõem a divisão do mundo entre as economias capitalistas (desenvolvidas) e os países pobres, ou subdesenvolvidos, com relacionamentos de dependência, económica e ideológica, dos últimos face aos primeiros.

Para Shrestha (1987), as migrações são consideradas como parte de “um processo de transformação estrutural e de desenvolvimento da sociedade,

incluindo as relações sociais de produção, todas elas reguladas por várias políticas institucionais” (p. 330).

Para Nikolinakos (1975) é importante, ao nível das teorias estruturais do capitalismo, abordar o mercado de trabalho pela oferta, na medida em que também por este aspecto (e não só ao nível da procura) se pode atingir o equilíbrio no mercado, nomeadamente através do controlo do crescimento demográfico e do desenvolvimento harmonioso do capitalismo. Desta forma, refere o autor, a regulação dos fluxos migratórios passa não tanto pelo equilíbrio no mercado entre oferta e procura, mas sobretudo por um processo de evolução do capitalismo que tenha em consideração os relacionamentos previamente existentes entre os países da periferia e do centro.

Castles e Miller (2003), referem que os movimentos migratórios são vistos como uma forma de recrutamento de mão-de-obra barata das antigas colónias para as suas anteriores metrópoles, o que acentua ou até perpetua o desenvolvimento desigual das economias, tornando os países da periferia subdesenvolvida cada vez mais pobres, e as economias capitalistas cada vez mais ricas. Resumindo, são as forças económicas, pelo lado da procura, refere Nikolinakos, citado por Keely (2000, p. 53), que explicam os fluxos migratórios “independentemente das fronteiras, leis ou restrições”.

Quanto ao sistema-mundo, segundo Petras, referenciado por Gonçalves (2009), um dos traços principais do actual sistema-mundo – o capitalismo moderno – é, de facto, a criação de um mercado de trabalho global. A

mundialização das economias e a internacionalização crescente de trocas estiveram na origem de um sistema mundial que se tem tornado cada vez mais complexo. A implantação de empresas liberta-se das fronteiras políticas. O planeta sem fronteiras, no sentido do movimento global de capital e de mercadorias, está relacionado com importantes fluxos de trabalho que constituem as migrações internacionais. Com efeito, o cruzamento das relações de “dependência” com relações de “denominação” entre a “perifericidade” (subdesenvolvimento) com a “centralidade” (desenvolvimento) levou à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias do sistema mundial, acompanhados de uma situação de baixos salários e uma necessidade de recursos humanos versus os altos salários dos países desenvolvidos, por se apelativos e “transportadores” dos migrantes (cf. Gonçalves, 2009, p. 35).

A crescente complexidade dos fluxos mundiais levou à formação de um sistema-mundo único e multipolar constituído por realidades culturais, políticas e económicas interligadas por múltiplas relações em estado de recomposição permanente (Gonçalves, 2009, p. 35).

Apesar de os argumentos da globalização, que se apoiam na teoria de sistemas mundiais, terem orientações neo-Marxistas e estruturalistas, partilham, contudo, muitas posições das teorias de migração convencionais e neoclássicas, na medida em que sustentam que a migração causada por dualidades da economia internacional continuará a exercer pressões sobre os

indivíduos para emigrarem na procura de melhores condições de vida. No entanto, a tese da globalização, e em ligação com argumentos marxistas como, por exemplo, o de que o capitalismo necessita de uma “reserva industrial de trabalhadores” para superar as crises periódicas no processo de acumulação, tem levado muitos teóricos da globalização, nomeadamente Portes e Sassen, referenciado por Gonçalves (2009) a considerar a migração como adicional dualidade exacerbada tanto nos mercados de trabalho nacional como na economia internacional. Cornelius (1998) acrescenta que a procura de trabalho estrangeiro está estruturalmente implementada nas sociedades mais avançadas industrialmente, as quais não podem funcionar sem acesso a uma força trabalhadora estrangeira barata.

Segundo a tese da globalização, os Estados têm sido desterritorializados, Ruggie (1998), referenciado por Gonçalves (2009, p. 36) as empresas, os indivíduos e as comunidades transnacionais têm descoberto diversas formas de iludir a autoridade e a soberania reguladora dos Estados. A nação-estado não é mais o actor legítimo das relações internacionais. Pelo contrário, tem sido argumentado pelos teóricos da globalização (com forte ênfase no transnacionalismo) que o Estado é incapaz de controlar quer os migrantes que circulam na procura de oportunidade de emprego quer as corporações internacionais especialmente os bancos que movem vastas somas de capital à volta do globo.

Gonçalves (2009), diz que a maior crítica que se faz à tese da globalização é a fraqueza e, em alguns casos, a ausência de qualquer explicação política da

migração, estando o motor do poder e da mudança na sociedade e na economia (p. 36).

1.2.2.3 Teoria dos sistemas migratórios, as redes sociais e o transnacionalismo

A teoria dos sistemas migratórios engloba “a interacção das estruturas micro (papel das relações sociais informais, da informação, do capital cultural das famílias e das comunidades) com as estruturas macro (economia, política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermédias, ou meso, que actuam como intermediárias entre os migrantes e as instituições políticas ou económicas” (Castles & Miller, 2003, p. 28).

Segundo Keely (2000), a teoria dos sistemas migratórios defende que os padrões de fluxos migratórios entre países (e/ou grupos de países) são relativamente estáveis e tendem a crescer com o decorrer do tempo, sendo necessário estudar, segundo Castles (2000), ambos os extremos dos fluxos, bem como os relacionamentos existentes entre eles.

A literatura considera que estes movimentos se associam, regra geral, a laços previamente existentes entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, não implicando, necessariamente, uma proximidade geográfica entre eles. Tais laços podem ser, segundo Castles (2000), de índole colonial, política, militar, comercial, de investimento, cultural ou outros. O autor considera que os fluxos iniciais tendem a despoletar de acordo com um factor exógeno, como o serviço militar, ou por movimentos pioneiros (normalmente associados a

jovens). Posteriormente, os padrões de deslocação repetem-se, com a ajuda de quem já se encontra nos países de destino (papel das redes sociais, que seguidamente apresentamos).

Em relação a teoria das redes sociais, Portes e Böröcz (1989) referem que as migrações devem ser vistas segundo a teoria das redes sociais: um fenómeno de construção de associações entre “pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos” (p. 8), incluindo a comunidade que recebe o migrante. Estas redes, diferentes entre si no tamanho (número de membros da rede) e dimensão (número de relacionamentos entre eles), “reduzem os custos e os riscos da migração” (cf. Keely, 2000, p. 53) e são uma fonte de informações importante para a tomada de decisão, tornando o processo mais seguro e contribuindo para que as migrações, uma vez iniciadas, se auto-sustentem, alimentadas por *lobbies* de apoio aos fluxos migratórios.

Para Massey et al. (1993), as redes são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países emissores e receptores. O estado da arte revela que é difícil para o estado de acolhimento restringir os fluxos migratórios quando existe uma estrutura de redes sociais que os suportam e até os promovem.

O que se defende, neste caso, é que os migrantes não actuam isoladamente, nem no acto de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração

(como os “engajadores”), que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva. Como escreveram Portes e Böröcz 1989:

Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios (p. 612).

Massey et al. citado por Figueiredo (2005, p. 48), por sua vez, consideram ainda que as redes sociais contribuem para aumentar a probabilidade de migração, com um progressivo declínio do carácter selectivo dos migrantes.

Consideram, porém, que esta probabilidade aumenta apenas até um certo ponto, altura em que a propensão ao fluxo migratório começa a decrescer, a partir de um certo limiar de desenvolvimento do país de origem.

Brettel e Hollifield (2000a) consideram decisivo o contributo da teoria das redes sociais para, através da dinâmica do agregado familiar, combinar perspectivas micro e macro de estudo das migrações, criando sinergias entre o processo micro de decisão por parte do indivíduo e, ao nível macro, a panóplia de variáveis com as quais este interage no seu contexto de actuação.

Para Massey et al. (1993), as redes são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países emissores e receptores. O estado da arte revela que é difícil para o estado de acolhimento restringir os fluxos migratórios quando existe uma estrutura de redes sociais que os suportam e até os promovem.

Quanto ao transnacionalismo, é definido segundo alguns autores como um processo social por onde os migrantes operam em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais (Schiller, Basch & Szanton, 1992, como citado em Gonçalves, 2009, p. 39). Os migrantes passam a ser apelidados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações (familiares, sociais, económicas, organizacionais, políticas e religiosas) que ampliam as fronteiras colocando, em inter-relação, o local e o global (Szanton et al., 1992). Assim, o transnacionalismo emergiu da constatação de que os migrantes mantêm laços de ligação com a sua terra natal. “A perspectiva baseada na nacionalidade única deixou de ser apropriada num mundo em que os fluxos substituem os lugares” (Castles, 1999, p. 90).

Dado o desenvolvimento dos meios de transporte e das novas tecnologias de informação, os migrantes não são mais “enraizados”; em vez disso, movem-se num espaço interfronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais (Glick & Schiller, 1997; Levit, 1998), adoptando estratégias de vida (bi e ou multi-nacionais e bi e ou multi-culturais), como reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades.

Estes migrantes incorporam não só as remessas económicas mas também as remessas sociais para as suas terras de origem, impulsionando estas à mudança. Os migrantes no mundo transnacional e global estão envolvidos na construção da nação de mais do que um Estado. As entidades nacionais não são só ofuscadas mas também negociadas ou construídas (cf. Gonçalves, 2005, p. 40).

Capítulo II – A migração cubana para Angola

2. 1. Contexto da política migratória em Angola

Pretendemos de uma forma resumida apresentar as principais políticas que o governo angolano tem tomado ao longo dos tempos para controlar e normalizar os fluxos migratórios, respondendo as necessidades e exigências das dinâmicas sociais. De ressaltar que antes de fazermos a referida descrição, vamos nos ater, de forma resumida, aos fluxos migratórios desde àqueles que estiveram na base da constituição da população angolana, passando pelas flutuações do referido processo durante o período colonial, guerra de libertação nacional, guerra civil e o período de 2002 à actualidade.

Baseando no relatório de África Caraíbe e Pacífico (ACP) (2010), em Angola, as décadas de conflito civil deixaram o país escasso de dados, afectando a capacidade das agências governamentais de produzir indicadores sociais, económicos e demográficos actuais (OIM, 2010). A maioria dos dados disponíveis giram em torno de estatísticas sobre refugiados recolhidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), informação sobre migração legal e sobre remessas recolhidas pelo Banco Mundial. Existe também um número limitado de estudos recentes, a maioria dos quais conduzido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) ou pelo Projecto de Migração da África Austral (SAMP). Enquanto não é fácil encontrar dados precisos e oficiais sobre migração, os dados existentes estão muitas vezes incompletos, ou seja, não espelham certas particularidades como s por

sexo, idade ou nível de qualificação, por exemplo. Apresentam-nos de uma forma geral o limita e dificulta a compreensão das tendências e dos fluxos de migração nacionais.

2.1.1 Resenha histórica sobre os movimentos migratórios em Angola

A história da humanidade mostra que as formações humanas (clãs, tribos, reinos impérios e estados modernos) foram resultado de migração de povos. Assim torna-se impossível encontrar povo, país ou região cuja população não tenha recebido influência de outras comunidades ou sociedades. Este facto foi realidade em Angola onde se encontram povos de diversas origens.

Em Angola tem-se registado diferentes fluxos e movimentos de população na sua mobilidade e deslocação, em que devemos considerar e/ou caracteriza-la como migração interna e externa. A migração interna é caracterizada pelo êxodo rural, foi acelerado pela situação de guerra que empurrou a população nas grandes cidades principalmente na capital Luanda. As migrações a nível externo, de dentro para fora como de fora para dentro. De uma forma genérica e resumida, podemos encarar as principais correntes externas de migrações em Angola com diferentes vertentes.

Em Angola encontramos testemunhas muito antigo da população que aqui vivem, que fazem parte do fundo antigo do povoamento angolano, que é composto por; Pigmeus na parte noroeste de Angola (Cabinda), como referem alguns antropólogos e missionários. O sul do país habitado por Khoisan (bosquimanos e hotentotes), vivem ao longo do rio Cunene, no município do

Quipungo (Huíla), são conhecidos aqui por Ovan-Mukuancela ou Kamussequele.

Além destes grupos temos a assinalar a existência dos Strand-Lopes, que ocupam uma estreita faixa do deserto do Namibe, são também conhecidos por Vadios do Deserto.

Os Vátuas (grupo pré-bantu), cuja origem é ainda obscura, habitam contudo, desde longa data as margens do rio Curoca e uma estreita faixa do deserto do Namibe. Este grupo étnico é constituído por Cuepe e Cuissi.

A este respeito Serrano (2008), afirma que, os primeiros povos que habitaram Angola teriam sido os Khoi-san e, provavelmente, também os pigmeus ao norte que impelidos pelas migrações bantu teriam se refugiado na floresta equatorial que coincide hoje com a República do Gabão. Os Khoi-san compreendem os subgrupos “hotentotes” e “bosquimanos”, os quais existem ainda hoje no Sul de Angola e que constituem no seu conjunto um grupo de caçadores e recolectores, que habita uma estreita faixa costeira no deserto do Namibe. A quase maioria da população angolana é constituída por povos de origem bantu (Serrano, 2008).

Segundo Theophile Obenga 1985) e, depois, Elikia M'bokolo (2003), citados por Keita (2009), declaram o seguinte: “as migrações de povos que, mas tarde, foram conhecidos como bantu iniciaram nos princípios da nossa era tendo tido como ponto de partida o médio vale do afluente do Níger, o Benue, ou algures na fronteira entre a Nigéria e os Camarões” (pp. 76-77).

As migrações em referência foram provocadas por factores económicos, políticos ou rivalidades étnicas, explosões demográficas e até mesmo por exigências climáticas. Serrano (2008), acrescenta que, os diferentes fluxos

migratórios dos grupos bantu (Anexo I), que chegaram a Angola em vagas sucessivas vieram, uns do norte, outros do leste ou, ainda, do sul do continente africano. Destas diferentes correntes migratórias e da sua adaptação às condições ambientais resultaram diferentes formações sociais, com vocações económicas distintas.

Entre as múltiplas movimentações migratórias étnicas que do exterior atingiram o actual território angolano, podemos assinalar: os Bakongo, os Ambundu, os Cokwé, os Nhanneka-Khumbi, os Helelo ou Herero, os Ambó ou Ovambo, os Ovakwangali ou Kwangares, os Ovimbundu, os Nganguela e os Oshindonga (cf. Anexo II).

O tráfico de escravos foi outro factor que provocou um fluxo migratório, verificando-se uma saída em massa de angolanos para a Europa, América e também para algumas ilhas de África, deslocações internas devido a “caça” de escravos ao mesmo tempo que se verificou a presença de europeus, em particular portugueses, à medida que iam marcando a sua presença, ocupação e participação activa no tráfico de escravos. Vamos em seguida apresentar alguns factos que demonstram a influência do mesmo no processo migratório em Angola nesta época.

Com a chegada do navegador Diogo Cão e a sua comitiva em 1482, na foz do rio Zaire, onde de regresso colocou o padrão de São Jorge e o padrão de Santo Agostinho, no cabo de Santa Maria. Na sua segunda viagem em 1485, o navegador atracou no porto de Mpinda, tendo enviado a embala do Rei do Congo seus emissários. Nota-se nesta altura algumas relações de amizade, de

cooperação e de certa empatia entre os dois povos que, rapidamente caminharam para relações de subalternidade e de tráfico de escravos.

O principal comércio praticado pelos portugueses no reino do Congo, do século XV ao XVI, foi o tráfico de escravos. Com efeito, todos os portugueses residentes naquele território, desde alfaiates, carpinteiros, pedreiros, professores e até missionários, participavam neste negócio e solicitavam que os seus salários fossem pagos em escravos (Grande enciclopédia Luso-brasileira, s/d).

Observa-se que neste período o escravo torna-se na principal mercadoria, iniciando desta forma a saída compulsiva de angolanos para o exterior, que numa primeira fase para além de Portugal, direccionou-se também para São Tomé para trabalharem no cultivo da cana.

Na segunda metade do século XVI, quando os europeus começaram a colonizar a América, os escravos saídos do reino Congo, passaram a ser levados para o Novo Mundo. Por volta de 1540 saíam anualmente do Porto de Mpinda, no Congo, cerca de 1000 escravos. Em 1548 W.G.L. Randls calcula que neste ano a exportação anual do Congo devem ter sido da ordem dos 6000 à 7000 (Almeida, 1978, p. 30).

Já em 1550, os portugueses transportavam cerca de 10.000 escravos para as plantações de São Tomé e Brasil, sendo uma boa parte originária das regiões limítrofes do Reino do Congo.

Segundo Jofre Amaral Nogueira (1955), citado por Almeida (1978), com a fundação da capitania de Luanda são exportados a partir desta zona cerca de

9000 a 12000 escravos por ano. Frederic Mauro (1989) referenciado por Almeida (1978), estimou que um ano após a fundação dessa capitania eram exportados 14000 escravos anualmente.

Os números apontam para uma subida vertiginosa ano após anos, o que pressupõem que o negócio do tráfico de escravos estava a dar lucros exorbitantes àqueles que o praticavam. O aumento da quantidade implicava também a extensão do espaço, ou seja, implicou que os traficantes se embrenhassem para o interior do país para obter escravos, obrigando mesmo o uso da força (guerra), ficando mesmo conhecida pela guerra de kuata kuata. Thorton (1998), deu a conhecer que “o impacto deste conflito foi tão profundo que no final da campanha muitas aldeias encontravam-se despovoadas” (p. 33).

Calcula-se que de 1680 até ao ano de 1836 cerca de dois milhões de escravos tenham sido embarcados nos portos de Luanda e Benguela. Os números apontados não representam a realidade do hediondo processo do tráfico de escravos uma vez que tomamos apenas alguns anos e limitamo-nos apenas ao tráfico “legal” deixando de parte os números do tráfico “ilegal”.

Apesar da limitação podemos concluir que nesta fase, fruto do tráfico de escravos, notou-se um fluxo migratório que tendeu mais para a “imigração forçada” e a deslocações internas para escapar do tráfico de escravos.

Depois das campanhas de ocupação e pacificação, Portugal inicia o período colonial central, com a consolidação da administração colonial que se caracterizou essencialmente com a política assimilacionista, que favorecia os colonos em detrimento dos colonizados.

É preciso mencionar, ainda, que a partir da fundação da capitania de Luanda por Paulo Dias de Novais, em 1575, se intensificou a presença portuguesa em Angola, dando origem o surgimento de grupos de origem europeia que, devido a colonização, descendem sobretudo de portugueses de várias gerações e constituem uma população mais ou menos dispersa em toda Angola concentrando-se nos centros urbanos.

Em Angola, o número de indivíduos brancos nunca chegou sequer a 1% da população, entre 1920-1930 e nunca constituíram mais do que 5% dos habitantes (Zau, 2005).

Os portugueses mostraram-se relutantes em abrir as portas de Angola a imigrantes não portugueses. Os maiores grupos estrangeiros, que se estabeleceram em Angola, foram os Bóers e os Alemães. Mas, a maior parte deles, já tinha saído de Angola no final da década de 30. Em 1928, quando começaram a regressar à África do Sul, correspondiam a 2 mil (Wheeler & Pelissier, 1971). Depois da partida dos Bóers, os colonos brancos, não portugueses, nunca foram além de 2% da população branca total (Bender, 1976).

A população branca era sobretudo urbana e Portugal começa a incentivar esta imigração branca com o intuito de reforçar o controlo político, aumentar a produção económica colonial e expandir o mercado angolano. O nível de vida relativamente baixo em Portugal e a alta taxa de desemprego eram factores suplementares para esse incentivo (Wrigth, 2001).

Para o povoamento branco da colónia de Angola, os portugueses recorreram aos degredados, cujo número foi alterando-se a medida das necessidades colonias. De 1866 a 1874, Angola recebia anualmente 130 degredados. Ao longo do povoamento branco em Angola, verificou-se a chegada de um número ínfimo de mulheres, o que levou a miscigenação, resultando na existência de mestiços. No quadro abaixo podemos ver a composição racial da população angolana no período de 1777 à 1970.

Quadro nº 1 – Composição racial da população angolana (1777-1970)

COMPOSIÇÃO RACIAL DA POPULAÇÃO ANGOLANA (1777-1970) ANO	BRANCOS		MESTIÇOS		NEGROS		TOTAL	
	Número	%	Número	%	%	Número	Número	%
1777	1.581	--	4.043	--	--	--	--	--
1845	1.832	0,03	5.770	0,10	99,9	5.386.525	5.386.525	100
1900	9.198	0,20	3.112	0,06	99,7	4.789.946	4.789.946	100
1920	20.700	0,48	7.500	0,18	99,3	4.278.200	4.278.200	100
1940	44.083	1,20	28.035	0,75	98,1	3.738.010	3.738.010	100
1950	78.826	1,90	29.648	0,72	97,4	4.145.266	4.145.266	100
1960	172.529	3,60	53.392	1,10	95,3	4.830.449	4.830.449	100
1970	(290.000)	(5,10)	--	--	--	5.673.046	5.673.046	100

FONTE: Bender, 1976.

Como se pode verificar no quadro as políticas de imigração dos colonos brancos para Angola não tiveram os resultados esperados, de acordo com os esquemas criados para atrair cada vez mais portugueses para a colónia, daí o reduzido número de população branca.

Fruto da situação vigente na então colónia portuguesa de Angola, caracterizada essencialmente pela exploração da mão-de-obra angolana, associada a expropriação de terras e à política de exclusão, a regulamentação do trabalho indígena em 1899, que estipulava que “os indígenas das províncias do ultramar estão sujeitos à obrigação moral e legal de obter os meios de subsistência e de melhorar a sua condição social pelo trabalho”, e que os indígenas têm toda a liberdade de escolher os meios apropriados para atingir esses fins”, no entanto, as autoridades públicas podem obrigá-los a cumprir essa obrigação quando eles não o façam” (cf. Art.º 1 do código do trabalho indígena). E mais adiante nos artigos 31.º e 32º, estipulam que “o indígena que recuse a trabalhar pode ser condenado ao trabalho penal”. Em 1928 é introduzida uma nova disposição legal que estipulava que, o trabalho forçado só poderia ser feito pelas empresas do Estado.

Constata-se que a alegada promoção social dos indígenas pelo trabalho estava longe de acontecer, o que levou a muitos angolanos a emigração.

Face às agruras do trabalho forçado, muitos dos cerca de 700 mil trabalhadores assalariados “indígenas”, que, na década de 1950, eram anualmente obrigados a trabalhar para administração portuguesa; ou para as grandes e médias empresas privadas portuguesas ou estrangeiras; ou então para particulares; começaram a emigrar para fora das fronteiras de Angola. As rusgas eram cada vez mais frequentes, quer nos musseques, como nas

sanxalas e, até mesmo, nas escolas, com o intuito de arranjar homens para o contrato (Messiant, 1983).

Tal facto, associado ao sistemático despovoamento das terras, criava nas populações um permanente sentimento de insegurança e de medo. Corroborava ainda para a desestruturação das comunidades rurais angolanas, a redução das taxas de natalidade e a falta de braços para o trabalho, que, por seu turno, davam origem a um rápido empobrecimento das famílias tradicionais por falta de meios de subsistência.

Como resultado do reconhecimento de uma maior consciencialização da injustiça praticada, cresceu nestas populações um profundo sentimento de revolta (Messiant, 1983).

Para escapar do contrato e fugir à miséria, observam-se desde os anos quarenta fortes correntes migratórias, com carácter temporário ou permanente, para as minas do Sudoeste Africano (Namíbia), para a Rodésia do Norte (Zâmbia), e mesmo para as minas de África do Sul, mas sobretudo para o Congo Belga (Catanga e Leopoldo Ville) (Rocha, 2002). Quanto aos números o mesmo autor adianta que, calcula-se que cerca de 5% da população angolana – 100 a 200.000 – teria emigrado antes de 1961. Embora a emigração de Bakongo para o Congo Belga tenha sido tradicional e massiva, também os Ovimbundu emigraram para o Sudoeste Africano (Namíbia) ou para a África do Sul, os Cokue e Lwena (Luvala) para o Catanga e Rodésia, os Cabindas para o Congo Francês.

A emigração permanente constitui quase sempre, por um lado, um factor de esvaziamento das forças vivas angolanas e de desestruturação tribal mas, por outro, um factor de promoção económica, social e cultural, sobretudo para a emigração Bakongo no Congo Belga. Com efeito, as oportunidades de trabalho eram aí melhor remuneradas e em melhores condições, podendo mesmo prosperar como comerciantes e pequenos industriais, ter acesso às escolas e à possibilidade de adquirir uma qualificação profissional (Messiant, 1983 in Rocha, 2002).

Com o desencadeamento da luta armada, em 4 de Fevereiro de 1961, foram realizadas campanhas diplomáticas, não só junto dos países africanos independentes, mas também junto dos países socialistas, dos países asiáticos e dos países escandinavos, quer no sentido de ser obtido apoio internacional para a independência de Angola, como também para condenarem Portugal, na Organização das Nações Unidas. Apesar da conjuntura internacional lhe ser totalmente adversa, o regime colonial português persistiu em manter-se fechado a qualquer solução pacífica direccionada para a independência das suas colónias. Bem pelo contrário. Aumentou a repressão e o número de presos políticos foi crescendo (cf. Zau, 2005).

O período que vai de 1961 a 1975, foi caracterizado por um fluxo migratório próprio, devido ao início da guerra contra o colonialismo, que contribuiu para a insegurança, tanto para os colonos portugueses quanto para os angolanos. Para os primeiros as constantes revoltas dos nacionalistas africanos constituíam um perigo enorme, levando-os a fazer deslocações e até mesmo

emigração, principalmente das mulheres e crianças, para os segundos, constata-se um aumento da repressão colonial, elevando de igual modo as deslocações e a emigração para os países vizinhos.

Os portugueses responderam brutalmente aos levantamentos dos angolanos, como afirma Wright (2001): “os militares e colonos portugueses responderam a este levantamento com uma repressão violenta que fez dezenas de milhares de mortos, um número semelhante de fugitivos e cerca de 200.000 refugiados no Congo Leopoldville, até ao fim de 1961” (p. 32).

Durante o conflito armado (guerra civil), as tendências de migração em Angola podiam ser principalmente caracterizadas por migração interna rural-urbana (em especial para a capital Luanda, considerada mais segura), deslocamento interno de pessoas, fluxos transfronteiriços de refugiados e migração económica de trabalhadores qualificados e não-qualificados (interna e extra-regional).

A partir de 1975 após a queda do regime fascista português com o golpe de estado de 25 de Abril, denominada a revolução dos cravos, e os acordos de Alvor abriram-se novas perspectivas no sentido do movimento de regresso dos angolanos à sua terra. Convém salientar que estes movimentos eram efectuados de forma espontânea e voluntária; de maneira que muitos que voltavam não levavam nenhum documento que comprovasse a sua nacionalidade angolana, nem sequer isto foi uma exigência na altura da apresentação dos imigrantes nos postos fronteiriços da parte das autoridades angolanas da época (Zau, 2005).

A guerra acabou por se generalizar a todo o território e o país tornou-se ingovernável. Mais de 350.000 cidadãos, na sua maioria portugueses, mas também alguns milhares de angolanos, saíram de Angola. Com isto, o país perdeu aproximadamente 30.000 técnicos superiores e médios.

A 10 de Novembro de 1975, sem que se procedesse à transferência formal de poderes, o alto-comissário e as demais autoridades portuguesas em Angola abandonaram o país. O processo de descolonização, iniciado com o Governo de Transição havia assim chegado ao seu final. Foi nesta conjuntura política e militar que, às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, o Presidente do MPLA, Dr. António Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola, que adoptou a denominação de República Popular de Angola (Zau, 2005). As outras forças políticas como era de esperar opuseram-se e, com a ajuda do estrangeiro agudizaram-se as rivalidades e os confrontos que ao longo do conflito consubstanciou-se em um grande saldo de emigrantes, refugiados e deslocados internos.

A Angola que se seguiu ao 11 de Novembro de 1975 foi uma vítima de todos os receios políticos de ambos os lados: os restos da sociedade colonial – os “pequenos colonos” e a burguesia colonial – e os nacionalistas africanos. Disso resultaram conflitos, e uma das suas principais consequências foi o êxodo em massa de mais de 90% dos brancos para a antiga metrópole ou para outras paragens, como a África do Sul (Heimer, 1976 in Tali, 2001, p. 169).

Wright (2001), diz que, os deslocados e refugiados aumentaram dramaticamente em resultado da guerra. Em 1987, havia um milhão de

deslocados, representando 12% da população. Muitos fogem para a segurança relativa das capitais provinciais e centros urbanos, provocando um aumento desmesurado da população urbana. Luanda passa de 500 000 habitantes em 1975 para 1,2 milhões em 1987. Por sua vez T.O. Breman (1987), ao afirmar que, “centenas de pequenas comunidades que, na altura da independência, tinham população de apenas algumas centenas, em 1987 chegavam a albergar 25 000” (pp. 22-23). Em consequência do estado de guerra, em meados de 1987, 438 000 pessoas tinha fugido de Angola (Wright, 2001).

Em 1991, calculava-se que houvesse:

- Cerca de 760.000 deslocados, dos quais, 45%, eram crianças dos 0 aos 14 anos;
- Cerca de 400.000 refugiados em países vizinhos, incluindo muitas crianças que não frequentavam a escola, devido à incompatibilidade entre a língua materna e a língua de escolaridade nesses países (Zau, 2005).

Quanto ao número de refugiados angolanos, provocados pela guerra civil pós-independência em Angola, o ACNUR, aponta para cerca de 500 mil refugiados que fugiram para a República do Congo, RDC, Namíbia e Zâmbia (ACNUR, 2010a).

Com o fim da guerra, em 2002, num contexto de paz e de crescimento económico, as novas dinâmicas podem ser caracterizadas por fluxos crescentes de trabalhadores migrantes, requerentes de asilo, imigrantes - irregulares, tráfico de pessoas para Angola (OIM, 2010) e um número significativo de refugiados e deslocados internos que retornam voluntariamente ao país. Especialmente em relação aos últimos, o regresso, reinstalação e

reintegração são fundamentais para alcançar paz e estabilidade duradouras e para promover a reconciliação nacional (OIM, 2005).

O fluxo de imigrantes em Angola ganha dia após dia, contornos insustentáveis. Dados dos Serviços de Migração Estrangeiro (SME), referem que entram diariamente, só em Cabinda, entre 70 a 100 estrangeiros de ambos os sexos, entre adolescentes, jovens e adultos. Este movimento migratório ocorre com certa naturalidade, devido à procura de melhores condições de vida, por parte destes imigrantes e também as debilidades existentes no controlo das fronteiras por parte dos países vizinhos. Estas fragilidades são aproveitadas por imigrantes de origem oeste-africana, malianos, senegaleses, burkinabes, mauritanianos e costa-marfinenses (Vigário, 2009).

Os migrantes internacionais representam 0,3 por cento da população de Angola como mostra o quadro nº 2 a seguir. Esta percentagem nacional é muito inferior à percentagem de população mundial migrante que é (3,1%). Por outro lado, desagregado por sexo, 53 por cento dos migrantes internacionais em Angola são do sexo feminino, em oposição à percentagem global de 49 por cento. Este é um fenómeno importante que merece mais atenção em termos de investigação e formulação de políticas (ACP, 2010).

Quadro nº 2 : Estimativa dos migrantes internacionais em Angola 2000, 2005 e 2010 em meados dos anos referidos

Estimativa dos Migrantes Internacionais em Angola 2000-2010	2000	2005	2010
Estimativa do número de migrantes internacionais em meados do ano	46.108	56.055	65.387
Estimativa do número de refugiados em meados do ano	12.579	13.977	12.580

População em meados do ano (milhares)	14.280	16.618	18.993
Estimativa do número de mulheres migrantes em meados do ano	22.741	28.667	34.674
Estimativa do número de migrantes do sexo masculino em meados do ano	23.367	27.388	30.713
Migrantes internacionais como percentagem da população	0,3%	0,3%	0,3%
As mulheres migrantes como percentagem do total de migrantes internacionais	49.3%	51.1%	53.0%

Fonte: ONU DP, 2009

A imigração para Angola é, em alguns casos, motivada pela enorme riqueza de minerais preciosos, atraindo pessoas para trabalhar nas minas. Segundo Migration DRC (2007), em 2005, a maioria dos imigrantes residentes em Angola era oriunda de países vizinhos ou de países da região, como Moçambique (ligação linguística e cultural com outra ex-colónia Portuguesa) 8,004, a República Democrática do Congo (RDC) 5,609, África do Sul 4,561, Zimbabué 3,617, Zambia 2,079, outros 22, 236. (cf. ACP, 2010).

Além dos motivos acima anunciados, também tem aumentado a chegada de imigrantes qualificados, para suprir as dificuldades que o país enfrenta em certos sectores de actividade. Para o efeito Estado tem celebrado acordos bilaterais de cooperação com países parceiros, como afirma Rocha-Trindade (1995), ao dizer que os cooperantes cujo estatuto jurídico pode ser regido não só por convecção bilateral entre o Estado que envia o seu pessoal técnico e o Estado que o recebe, mas também por normativos específicos editados pelo Estado de origem e ou pelo Estado de acolhimento.

Nesta perspectiva o Estado angolano tem assinado acordos bilaterais com alguns Estados, para suprir a escassez de trabalhadores altamente qualificados. Angola concluiu acordos bilaterais com vários países, tais como a

Rússia, Bulgária, Vietname, Coreia do Norte, Egipto e Cuba, com o intuito de atrair médicos estrangeiros para trabalhar nas províncias (OIM, 2005).

No que diz respeito a refugiados e requerentes de asilo em Angola, segundo dados do ACNUR de 2010, há cerca de 14.500 refugiados e 4.000 pedidos de asilo. O país tem-se esforçado para fornecer uma resposta atempada a todos os pedidos, mas debate-se com falta de guardas de fronteira qualificados que, devido a insuficiente formação ou meios, muitas vezes não fazem a distinção entre migrantes irregulares e requerentes de asilo (ANG ACNUR, 2010).

A imigração irregular e/ou ilegal, tem vindo aumentar em virtude da estabilidade política em Angola e o seu crescimento económico, proporcionando um ambiente favorável para o aumento do comércio transfronteiriço e da migração entre Angola e países vizinhos nos últimos anos. Desde o início do processo de paz, em 2002, a imigração irregular experienciou um aumento, especialmente através das fronteiras do norte do país (OIM, 2006). Um elevado nível de imigrantes irregulares provenientes de países do Leste Europeu é também reportado (MASR ANG, 2010). Por exemplo em 2004, existiam 300 mil imigrantes irregulares, principalmente nas áreas de exploração mineira de diamantes (OIM, 2005).

Também tem-se verificado o regresso refugiados angolanos, por exemplo entre Janeiro e Agosto de 2010, cerca de 3.500 refugiados angolanos voltaram para casa a partir de Zâmbia e com a estabilidade que se vive em Angola os refugiados angolanos perderam o estatuto de refugiado nos países vizinhos (Botswana, Congo, Namíbia, RD Congo e Zâmbia).

2.1.2 Legislação migratória em Angola

Apoiando-se em Baganha (2005), diz que, qualquer política migratória tem que começar por resolver duas questões de natureza totalmente diversa, uma vez que uma é de ordem quantitativa, isto é, quantos imigrantes deve o país receber, e a outra é de carácter qualitativo, ou seja, qual deve ser o perfil dessas pessoas. Como afirma G. Borjas (1996), a política a ser implementada depende da forma como se tentar resolver estas duas questões, ou seja, depende do bem-estar que se pretende promover – o dos nacionais, o dos imigrantes, o do resto do mundo, ou uma das possíveis combinações destes três.

Não admira, assim, que a esmagadora maioria das forças políticas não defenda políticas migratórias de porta aberta. De facto, os Estados, no exercício dos seus direitos de soberania, definem políticas migratórias, mais ou menos restritivas, ao estabelecerem e controlarem quem pode entrar e permanecer no seu território e, subsequentemente, pertencer ao todo nacional. No exercício destes direitos, os Estados promulgam e implementam legislação que visa regulamentar os seguintes aspectos da relação *cidadão estrangeiro/Estado nacional*: entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional (Baganha, 2005).

Nesta conformidade em Angola, as legislações adaptadas, procuraram também preservar a integridade nacional e respeitar os direitos fundamentais e de proteção aos imigrantes. Na lei constitucional de 1992, no seu artigo 2º pode ler-se:

A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados.

No título II Direitos e Deveres Fundamentais, no seu Artigo 26º, *garante a todo o cidadão estrangeiro ou apátrida o direito de, pedir asilo em caso de perseguição por motivos políticos, de acordo com as leis em vigor e os instrumentos internacionais. E no artigo 27º, ponto 2 - Não é permitida a extradição de cidadãos estrangeiros por motivos políticos ou por factos passíveis de condenação em pena de morte, segundo o direito do Estado requisitante.* (cf. Lei constitucional de 1992).

Como podemos depreender a lei constitucional de 1992, prevê a protecção dos imigrantes e, em especial dos refugiados dando-lhes asilo, bem como a não recusa dos refugiados que chegam. Na constituição de 2010, também estão patentes o direito aos estrangeiros e aos refugiados, como pode-se ler no título II, direitos e deveres fundamentais no artigo 25.º, ponto 1, *os estrangeiros e apátridas gozam dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como da protecção do Estado* (cf. constituição de 2010).

Angola tem recentemente vindo a reconhecer a importância do crescimento económico como um factor de atracção de migrantes internacionais e da necessidade de gerir fluxos migratórios mistos de e a partir de Angola. Neste

sentido, uma nova Lei de Imigração, que regula a situação jurídica de estrangeiros em Angola, foi adoptada pelo Parlamento.

Par responder de forma específica a situação migratória em Angola, foram-se criando vários diplomas legais, para regulamentar os fluxos migratórios, nomeadamente:

Lei nº 8/90 de 26 de Maio sobre o Estatuto de Refugiado em Angola;

Lei 2/94, de 14 de Janeiro sobre a impugnação dos actos migratórios;

Decreto nº 5/95, sobre o emprego de trabalhadores estrangeiros não residentes e de força de trabalho nacional qualificada no sector empresarial;

Decreto 3/00 de 14 de Janeiro da emissão de passaporte;

Decreto executivo nº 10/00, de 16 de Maio, da orgânica do Serviço de Migração e Estrangeiros;

Decreto nº 06/01, de 19 de Janeiro sobre o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente;

Lei nº 02/07 de 31 de Agosto que regula o regime jurídico de estrangeiros em Angola;

Decreto Presidencial n.º 108/11 de 25 de Maio, Regulamento sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros;

Angola pela Lei nº. 8/90, de 26 de Maio, aderiu à Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, ao Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e à Convenção da OUA de 1969 sobre os Refugiados. Assim no seu Capítulo I, estatuto do refugiado, verifica-se que adoptam a definição da

convenção de 1951 e o protocolo de Nova York e a constante na convenção da OUA. (Estatuto de Refugiado em Angola; 1990). Desta forma o estatuto procura responder às demandas em torno dos refugiados que chegam aopaís a fim de os acolher e de os “integrar” de forma condigna.

A República de Angola desde a sua criação prestou uma especial atenção ao refugiado, no concernente ao seu acolhimento, assistência e educação, albergando um número avultado de refugiados não fazendo discriminação em relação aos seus nacionais. O estrangeiro que reúna a condição de refugiado, conforme o artigo 1º da Lei n.º 8/90, Lei sobre o Estatuto de Refugiado, que reclama protecção na fronteira da República de Angola, não pode ser rejeitado, devolvido ou expulso nem objecto de outras medidas que obriguem a permanecer ou regressar ao território de onde tenha tido lugar a ameaça contra a sua segurança, desde que respeite a constituição e as Leis Angolanas, não se envolva na vida política angolana e nem realize actividades que poderão fazer perigar ou prejudicar a segurança nacional ou as relações de Angola com outros.

A medida que se vão aplicando os diplomas vigentes referentes a imigração ou de qualquer outro diploma, dá-se conta que as regras de interpretação e aplicação das leis, sempre que chamamos, têm permitido deficientemente responder às questões que são colocadas, posto que o anterior diploma (Lei n.º 3/94), que regulava o regime jurídico dos estrangeiros, se apresentava inadequado à actual situação política, social e económica.

Assim apresentamos alguns aspectos inovadores do novo diploma Lei n.º 2/07, sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros em Angola, como abaixo se enumeram:

- i) Promoção da imigração legal em conformidade com as possibilidades e as necessidades reais do país;
- ii) Integração efectiva dos imigrantes na sociedade;
- iii) Combate firme à imigração ilegal, sendo um quadro inovador. Neste sentido, a Lei n.º 2/07 surge, fruto da adaptação à realidade imanente a evolução do fenómeno migratório, porquanto, contem matérias inovadoras, desde logo o alargamento da tipologia de vistos de entrada, pois, criaram-se novos tipos (turismo, estudo, tratamento médico, privilegiado, permanência temporária). A consagração legal dos vistos a serem concedidos em território nacional e a possibilidade da transformação dos vistos consulares, bem como o alargamento dos direitos e garantias a que os estrangeiros estão sujeitos, restringindo-se ao máximo as disposições relativas as expulsões administrativas e privilegiando-se as judiciais.
- iv) Estabelece um regime sancionatório criminal adequado a prevenir e a reprimir os actos ilícitos relacionados, por um lado, com a imigração clandestina e por outro, com a exploração de mão-de-obra ilegal. Neste sentido, tipificou-se todo um conjunto de condutas como criminosas, tais

como, promoção e auxílio à entrada ilegal, utilização de mão-de-obra ilegal, emprego de estrangeiro ilegal e a punição à participação.

v) O agravamento das multas no sentido de desencorajar a imigração ilegal (cf. Vigário, 2009).

O artigo 3.º da Lei que regula o regime jurídico dos estrangeiros na república de Angola, na sua actual versão, subordinado a epígrafe “Princípios gerais”, dispõe, no seu n.º 1, o seguinte:

O cidadão estrangeiro que reside ou se encontre na República de Angola goza dos mesmos direitos e garantias, estando sujeito aos mesmos deveres que os cidadãos angolanos, com excepção dos direitos políticos e dos demais direitos e deveres expressamente reservados por lei aos cidadãos angolanos.

A entrada do estrangeiro em Angola deve ser efectuada, de acordo com a Lei n.º 2/07, pelos postos de fronteira qualificados para o efeito, salvo algumas excepções estabelecidas em acordos sobre a livre circulação de pessoas e bens de que Angola seja parte. Para que o estrangeiro entre em Angola em condições legais, deverá ser portador de passaporte ou qualquer outro documento internacional de viagem permitido em Angola e com validade superior a seis meses, possuir visto de entrada vigente e adequado à finalidade da deslocação, possuir meios de subsistência de um montante de USD 200,00 ou o valor equivalente em outra moeda conversível, por cada dia de permanência em Angola, salvo se o estrangeiro provar, por meios idóneos, ter alimentação e alojamento assegurado mediante declaração de responsabilidade assinada por um cidadão angolano ou cidadão estrangeiro

residente ou ainda, caso seja uma empresa a assumir a sua permanência, a declaração de responsabilidade deverá ser assinada pela entidade máxima da empresa ou instituição que convida. O cidadão estrangeiro deverá também ser titular do certificado internacional de vacina e não deverá estar sujeito à proibição de entrada no território nacional, nomeadamente: a) ter sido expulso do país há menos de cinco anos; b) ter sido condenado em pena acessória de expulsão com trânsito em julgado; c) apresentar forte indício de constituir uma ameaça para a ordem interna ou segurança nacional.

Para dar sustentabilidade a Lei n.º 2/07, foi aprovado o Decreto Presidencial n.º 108/11 de 25 de Maio, Regulamento sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros em substituição do Decreto n.º 48/94, de 25 de Novembro, que se apresentava inadequado ao actual Regime Jurídico dos Estrangeiros na República de Angola, contendo disposições que, eventualmente, já não se coadunavam com os princípios migratórios e os interesses nacionais patentes na Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto e considerando a conjugação e clarificação dos princípios consagrados na referida Lei sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros e o alargamento da tipologia dos vistos de entrada, a consagração legal dos vistos a serem concedidos em território nacional e a possibilidade da transformação dos vistos consulares.

2.2- Contexto da política migratória em Cuba

A formação e o crescimento da população estão ligados aos movimentos migratórios e históricos. Verificou-se na América os movimentos de tribos, povos, no caso as civilizações incas, maias e aztecas, que com o seu desenvolvimento criaram movimentos activos que confirmam a sua mobilidade no espaço. A colonização e a escravidão atraíram para as costas do continente Americano um grande número de imigrantes, que junto com os nativos foram moldando a população dos países nesta área. É neste contexto de dinâmicas migratórias que se constituiu a população cubana.

Até os primeiros anos do século passado, Cuba podia-se definir em função do seu crescimento demográfico, como um país de imigrantes, tendo em conta o seu povoamento na era colonial caracterizado pela imigração contínua, com a chegada de africanos e asiáticos (em menor grau), que formaram os principais contingentes de imigrantes nesta fase da História (Barroso, 1995).

A mesma autora afirma que, as três primeiras décadas do século XX, correspondem ao período republicano, caracterizado por uma forte imigração, especialmente de espanhóis e antilhanos, com uma base fundamentalmente económica. Esta situação sofre alteração considerável em meados dos anos de 1930 em diante, relacionada com as condições de instabilidade política e económica do país.

No entanto, a emigração cubana não é um fenómeno do século XX. Já no século XIX, grupos de cubanos foram obrigados a emigrar tanto para os

Estados Unidos como para alguns países da América Latina e do Caribe. Os factores que provocaram estas migrações, que apresentavam condições diversas, tinham como elemento generalizador as condições de ordem política e a situação económica que atravessava a ilha, que se agudizou a partir da década de 60 em que o factor político desempenhou um papel importante na partida de cubanos para o exterior, como resultado da deterioração das relações com a metrópole Espanhola.

Desde então, os factores económicos, políticos e sociais, em geral, têm influenciado os fluxos migratórios em Cuba, realçando-se o factor económico, que nos tempos de crise económica, tem estado na base da emigração. Por razões geográficas e históricas, os países de destino têm sido os EUA, a Espanha e algumas regiões do Caribe (cf. Rodriguez, 1992).

A partir da Revolução de Janeiro de 1959, verifica-se novos movimentos migratórios, reflectindo predominantemente conteúdos políticos ou económicos. As políticas migratórias influenciam a modelação dos fluxos migratórios mundiais. Através dos seus regulamentos – sistemas para entrada e permanência, vistos e permissão de saída – classificam cada caso particular o emigrante ou o imigrante, em que forma legal pode abandonar o lugar de origem ou entrar no país de destino.

Para o caso cubano o surgimento das políticas de controlo migratório encontram-se intimamente relacionadas com a emergência de um processo que sacudiu todas as esferas da vida cubana; a revolução. Ela não só implicou

a transformação da ordem política vigente em termos de novas regras, actores e interesses, como também uma profunda transformação entre os que viviam o facto revolucionário: em suas expectativas, cosmovisão, normas e valores (Brismat, s/d).

Estamos em presença de uma revolução em que sobressaem a definição de um marco institucional que se sustenta em mecanismos de coordenação social por excelência de um novo País, com o sistema socialista.

A materialização do processo revolucionário provocou transformações profundas na estrutura sócio-política do país, nas expectativas dos diversos grupos sociais que a viveram e, inclusive nas relações geopolíticas insulares. A conjugação destes factores propiciou uma série de situações internas e externas, desde os finais do primeiro ano da revolução e que se agudizaram nos anos posteriores: as acções de sabotagem contra a revolução; a emigração massiva e o incremento da intensidade do conflito com os EUA. A articulação destes três processos teve consequências sobre a forma como foi entendido o fenómeno migratório e o marco institucional que o regularia por cinco décadas (Brismat, s/d).

Liliana (1992), apontou alguns factos que marcaram este clima tenso tanto interno como externo: conspiração de 1959 “*Rosa Blanca*”, o atentado de 1960 no vapor *La Coubre*, a crise dos mísseis ou crise de Outubro de 1962,

associado a agudização dos conflitos com os EUA, que levou a ruptura das relações bilaterais.

A mesma autora, salientou que, no início de 1959, os primeiros emigrantes foram pessoas extremamente vinculadas a ditadura de Fulgêncio Baptista, cuja saída do país teve por objectivo escapar da justiça revolucionária. A este grupo foram-se somando sectores sociais de diferentes tendências, especialmente de alta e média burguesia, com uma importante representação de profissionais e especialistas. Também participaram neste processo as classes populares. As motivações apontadas para a referida migração eram múltiplas em que se podem destacar: o medo da radicalização da revolução, o comunismo, uma iminente invasão dos EUA e a perda de propriedades.

A partir de 1961, inicia-se o controlo da emigração e a saída para o exterior em Cuba. E como atrás referimos, influenciaram as agressões externas e as acções armadas internas. Assim, a 6 de Dezembro desse ano aprovaram a Lei nº 989, que vigorou até Dezembro de 2012, que regula e define as condições de entrada e saída do país de nacionais. Em conformidade com a lei a regulação do processo migratório passa e/ou recai sobre a Direcção de Imigração e Estrangeiro (DIE), do Ministério do Interior (Minint), organização militar encarregue de garantir a integridade do Estado.

Esta lei identifica a migração com um sector social específico, a burguesia cubana, e identifica o acto de migrar como traição à pátria. A principal sanção por este delito é a perda de todas as propriedades em Cuba.

Nos seus 12 artigos define-se o destino das posições dos emigrantes do país; por outra, se especifica que as entradas e saídas serão controladas, e esta função corresponderá ao Minint. Ademais no caso de um indivíduo se manter por um longo período fora de Cuba, será responsabilidade do Ministro do Interior resolver e decidir sobre a autorização de regresso (cf. Gaceta, 1961).

Em 1965, aparece outro mecanismo estatal de controlo da emigração, denominado “válvula de escape” (Aja Díaz, 2000), que consiste na abertura de um lugar específico, o porto de Camarioca, do qual partiram 2770 pessoas para os EUA.

Apesar das medidas de regulação da emigração por parte do governo cubano, verificou-se um *boom* na emigração para os EUA devido a promoção da migração ilegal para os EUA, por parte deste, com a aprovação do “programa para refugiados cubanos” em 1961. Um ano depois Kenedy, assina “a acta de assistência a migração e assistência aos refugiados do Hemisfério Ocidental”. Em 1966 a administração Johnson aprova “*The adjustment Law*” ou “lei de ajuste cubano”. Como se pode depreender, as constantes medidas tomadas pelo governo dos EUA, catapultaram a migração tanto legal como ilegal.

Segundo Rodriguez (2003), desde o triunfo da revolução que os EUA se declararam inimigos de Cuba, apoiando os refugiados deste país, organizando projectos de ajuda e programas especiais só para imigrantes cubanos, o que se converteu em um importante incentivo para atrair a força mais qualificada do país.

Para conter o grande fluxo migratório, houve necessidade de assinatura de acordos bilaterais entre ambos países nos anos 60 e nos subsequentes, que visavam garantir uma migração ordenada (Pedraza-Bailey, 1985 e Rodrigues, 2004).

A lei de 1976, que consagra legalmente uma prática já estabelecida desde 1961, através da qual se sanciona o carácter restrito das entradas e saídas de Cuba dos seus cidadãos, as condições de acesso ao país dos emigrantes cubanos e as formas de emigração subsequentes (Lei de Migração de 1976). Posteriormente são aplicadas algumas alterações que visavam a flexibilização da lei sobre a emigração, como se verificou em 1985.

Fruto da situação predominante na década de noventa, em que se verifica, a nível da América Latina, uma crise económica, nota-se também o fortalecimento do embargo dos EUA a Cuba. Verifica-se, noutro extremo, a queda do sistema socialista, com fortes repercussões na política interna de Cuba. Face ao novo contexto geopolítico internacional e a situação económica e política reinante em Cuba e, para a salvaguarda dos valores sociais como a

igualdade e a justiça social, o governo tomou algumas medidas de reajustes na lei migratória. No dizer de Brismat (s/d), estas últimas puderam responder ao imperativo de sobrevivência estatal através dos mecanismos complementares com lógicas diferentes: da segurança e da flexibilidade. O primeiro com certas restrições migratórias, para salvaguardar a soberania do estado cubano e a segunda, pretende dar soluções a determinadas problemáticas de contexto do isolamento e conflito internacional e a necessidade de responder a complexa dinâmica social que suscitava a crise interna.

A mesma autora acrescenta que, a partir de 11 de Agosto de 1994, se inicia uma política de tolerância com as pessoas que abandonam o país. O que levou a uma saída significativa de emigrantes em condições de risco (em embarcações artesanais com tripulantes sem o mínimo de conhecimentos), o que levou a assinatura de acordos bilaterais, como foram os de Setembro de 1994 e de Maio de 1995, que permitiram a definição do marco regulatório do processo migratório.

Em 1994, verificou-se uma “grande” flexibilização à lei da política migratória cubana após um encontro das autoridades com a emigração histórica no evento “A Nação e a Emigração”. Os acordos resultantes desta reunião mostram a flexibilidade da regulamentação migratória, em que se aprovaram as seguintes medidas:

Melhorar a informação aos cubanos no exterior sobre questões migratórias através dos consulados e embaixadas cubanas.

Criação de uma direcção para atender questões relacionadas com a emigração: a Direcção de Atenção de Cubanos Residentes no Exterior (DACRE), do Ministério das relações Exteriores.

Flexibilização de uso obrigatório de hotéis por parte dos emigrantes.

Multiplicação de contactos e intercâmbios entre cubanos residentes em Cuba e no exterior.

Aprovação de mecanismo “vigência de viaje”, através do qual não se requer solicitar permissão de entrada.

Início do retorno definitivo de emigrados cubanos para residir em Cuba.

Possibilidade para aqueles que saíram legalmente do país, de viajar à Cuba sem esperar 5 anos depois de ter realizado o acto de emigrar.

Deu-se poderes aos consulados para permitir a entrada a Cuba aos emigrantes anteriores a 1959 e aos que têm permissão de residência no exterior, assim como para expedir passaportes Brismat (s/d).

Pode notar-se a existência de uma certa flexibilidade nas condições de saída e de permanência no exterior dos cubanos. A dimensão da flexibilidade tem sido uma resposta perante as condições de isolamento e pressões internas em que passa o governo cubano desde o início da década de noventa.

Na sequência das reformas na lei de migração cubana e, para responder às novas dinâmicas nos fluxos migratórios, foi aprovada a nova lei em 16 de Outubro de 2012 e que entrou em vigor a partir de 13 de Janeiro de 2013,

constata-se algumas remodelações a fim de ajusta-la ao novo contexto. Assim pode ler-se na nova lei, na sua parte introdutória o seguinte:

Porquanto o tempo transcorrido desde a entrada em vigor da lei nº 1312 “Lei de Migração”, de 20 de Setembro de 1976, assim como a experiência adquirida em sua aplicação, aconselha a aperfeiçoar os regulamentos, com o objectivo de garantir que os movimentos migratórios continuem realizando-se de forma legal, ordenada e segura.

Porquanto o governo dos Estados Unidos de América, mantém um bloqueio ilegal económico, comercial e financeiro contra nosso país, tem utilizado historicamente sua política migratória contra Cuba com fins de hostilidade, subversão e desestabilização, contra os interesses legítimos do nosso povo e da própria emigração cubana (Gaceta, 2012).

Nesta conformidade o Conselho de Estado no exercício das suas funções, conferidas na constituição da Republica, resolve ditar o seguinte:

Decreto-lei nº 302 modifica a Lei nº 1312, “Lei de migração” de 20 de Setembro de 1976, no seu Artigo nº 1, se modificam os artigos 1, 2, 3, 9, 13, 14 e 15 da Lei nº 1312 de 1976. Em função da modificação da Lei de migração, também se alteram e se adaptam os decretos-leis referentes à migração, como se pode ver nas diversas disposições da presente Lei (cf. Gaceta, 2012).

A nova lei, como era de esperar trouxe benefícios em vários aspectos, como por exemplo no concernente a aquisição de passaporte (Decreto nº 305) ao tempo de permanência no exterior, a concessão de visto de saída e entrada (Decreto nº 302), entre outras. Pode-se notar também que permanecem algumas restrições ao pessoal médico, atletas de alta competição e especialistas (Decreto nº 306).

2.3 Esboço histórico da imigração Cubana para Angola

Falar da presença cubana em Angola, remete-nos a fazer uma breve incursão a situação política vivida na então colónia, com a formação do Governo de Transição, nas vésperas da proclamação da independência, o 25 de Abril de 1974 na metrópole (Portugal) e a situação geopolítica internacional que se vivia na altura, para melhor compreensão das raízes que levaram a chegada dos cubanos à Angola.

Na sequência da queda do regime de Marcelo Caetano, a 25 de Abril de 1974, e após o Chefe de Estado português, General António de Spínola ter proclamado o direito das colónias à auto-determinação e à independência, em 27 de Julho de 1974, foi assinado o cessar-fogo em Angola, em Outubro de 1974 (Zau, 2005, p. 384)

Posteriormente, a 15 de Janeiro de 1975, os três movimentos de libertação assinaram com Portugal os Acordos de Alvor, após terem previamente estabelecido, na Conferência de Nakuru (Quénia), uma *Plataforma de*

Entendimento, a 3 de Janeiro de 1975. Neste quadro de reconciliação nacional, para a independência, entrou em funções um Governo de Transição, a 31 de Janeiro de 1975, envolvendo o governo português, O MPLA, A FNLA e a UNITA. Porém, as diferentes correntes ideológicas e as antigas rivalidades inviabilizaram o funcionamento do mesmo. Seguiram-se acções armadas, que levaram a FNLA e a UNITA a abandonarem o Governo de Transição. Com o aproximar da data da independência, as confrontações foram-se alastrando por todo o território angolano e a 26 de Junho de 1975, a direcção do MPLA proclamou a Resistência Popular Generalizada (Zau, 2005).

Os desentendimentos atizados pela pressão externa, conduziram a internacionalização do conflito, conforme afirma Tali (2001), no Norte a FNLA recebeu reforços do exército Zairense; o MPLA acolheu os primeiros instrutores cubanos e recebeu reforços de soldados enviados pela FRELIMO, pelo PAIGC e pela Guiné-Conacry. A UNITA, retirada no Centro-sul, não tardaria a receber o auxílio sul-africano.

A transição para a independência malogra-se, definitivamente: a forma de legitimação do poder seria ditado pelas armas numa polarização em que o conflito Leste-Oeste e o confronto URSS-Estados Unidos da América tomariam, igualmente, amplo lugar (Tali, 2001).

Com a evolução dos acontecimentos políticos, depois da Segunda Guerra Mundial e o desencadear da “Guerra – Fria” a unanimidade das duas grandes potências URSS actual União Soviética e os Estados Unidos desestabiliza

provocando conflito ideológico. Estes dois grupos OTAN (EUA) e o Pacto de Varsóvia (URSS) procuravam conquistar a simpatia dos países Africanos, Asiáticos e não só. Não havendo conflito militar directo entre ambas, mas ocorreram intensas lutas económicas, diplomáticas, as corridas armamentistas, sendo usada propagandas, espionagem e apareceram os subcontratantes dessa mesma guerra em vários teatros de operações militares.

A bipolarização mundial não deixava aos movimentos de libertação grande margem de manobra e de opções a partir do momento que eles se achassem verdadeiramente empenhados na luta armada anticolonialista. Nenhuma luta anticolonial radical tinha possibilidades de vingar sem apoios externos essenciais, como o abastecimento de armamento e apoio político diplomático de países terceiros, especialmente dos mais poderosos. Concretamente, o bloco socialista no seu conjunto, e com as contradições internas que o percorriam, era o único fornecedor de armas dos movimentos de libertação do “terceiro mundo” a seguir a Segunda Guerra Mundial (Tali, 2001).

Quanto a influência da política dos EUA Angola Wright (2001) é da seguinte opinião:

A história dos Estados Unidos no que se refere a Angola começa durante a administração Truman, fazendo parte da estratégia militar de implementação da guerra-fria, concebida para manter o papel hegemónico sobre o sistema capitalista mundial assumido por este país depois da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, o único objectivo da política externa do pós-guerra era manter a hegemonia sobre uma economia global

unificada. Para o conseguir, os EUA estabelecem uma linha de acção: o compromisso de que seriam uma “porta aberta” para o capital e para o anti-comunismo. Isto significava visar a desestabilização e o controlo dos Estados que seguissem uma política externa não-alinhada (p. 51).

Borstelmann (1990), afirma que, “se os países livres da Ásia e da África caíssem sob a aliança da União Soviética, perderíamos a fonte mais vital das matérias-primas de que necessitamos, incluído o urânio que é a base do nosso poder atómico” (Borstelmann, 1990 in Wright, 2001, p. 54).

Pode-se constatar claramente o interesse dos EUA em África e em Angola em particular. Para consubstanciar a referida política em Angola, contou com o seu colaborador direito; a África do Sul, que serviu de “ponta de lança” na sua intervenção em Angola e de movimentos de libertação (FNLA e a UNITA), como anteriormente frisamos.

Portanto, a título de exemplo, Patrício (1998), afirma que:

A 29 de Julho de 1974 realiza-se o primeiro carregamento de armas norte-americano para Angola com destino á FNLA. Esse apoio posteriormente tinha sido estendido para UNITA e para África do Sul, formando o eixo Washigton – Pretória – Angola. Com efeito, durante os meses seguintes, CIA introduziu em Angola cerca de 25 milhões em material de guerra (p. 51).

Para contrapor os apoios dos EUA, constata-se que a URSS em colaboração com Cuba, ajudam o MPLA, que na justificativa de Juan F. Benemil (2003), o objectivo da dupla Moscovo Havana era apoiar os movimentos de libertação,

torna-los dependentes e catapulta-los até ao poder como forma de, “privar o Ocidente de recursos e posições vitais”(Benemil 2003).

O MPLA decidiu nos começos de 1975 pedir auxílio cubano para a formação das suas tropas e, depois, para conter as invasões estrangeiras. Segundo o jornalista angolano João Van Dunem, “o governo cubano recebeu o pedido por intermédio dos Soviéticos, tendo anuído imediatamente” (Van Dunem, in Barroso, 1994, p. 26).

Na sua biografia de Fidel Castro, o jornalista norte-americano Tad Szule, citado por Tali (2001), explica ter sido no mês de Maio de 1975 que Fidel Castro enviou discretamente um primeiro contingente de duzentos e cinquenta conselheiros cubanos, que o MPLA pedira para a instrução das suas tropas. O pedido de ajuda suplementar dataria de Julho, na sequência de um encontro secreto, em Brazzaville, de Agostinho Neto com um emissor de Fidel Castro. O primeiro dos contingentes cubanos que teriam de intervir directamente na guerra chegou a bordo de dois navios cubanos ao pequeno porto de Porto Amboim, no Kwanza Sul, na noite de 5 de Outubro de 1975. Parte desta tropa destinava-se, nessa altura, a garantir a segurança dos dirigentes máximos do Movimento (Barroso, 1994).

Tali (2001), afirma que “o envolvimento cubano em Angola ganhou amplidão com rapidez, no que os próprios cubanos baptizaram como “Operação Carlota”, a última e a maior epopeia militar alguma vez realizada por Cuba em África” (Tali, 2001, p. 130).

Para justificar a presença cubana em Angola o MPLA (no discurso de seu presidente Neto), apoiou-se no aspecto de soberania defendido na carta das Nações Unidas, no artigo 54º que diz: qualquer país independente que seja

agredido tem o direito de pedir ajuda militar a um terceiro país, e era, por isso perfeitamente legítimo que o novo Estado Angolano recorresse a um velho seu aliado (cf. Neto, 1976). Segundo Tali (2001), esta versão submete que a presença cubana datava de meia-noite de 11 de Novembro de 1975, quando as evidências dizem o contrário.

Pelos acontecimentos acima descritos, verificasse que estavam criados todos os condimentos para o intensificar da guerra civil após o 11 de Novembro de 1975, que levou o envolvimento de forças externas, nas mais diversas frentes de batalhas. Para o nosso estudo interessa-nos apresentar o envolvimento cubano neste conflito, para mostrar alguns dados sobre a presença cubana em Angola, que colocamos em anexo (Quadro nº3 em Anexo nº III).

Na senda da resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que visava a independência da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul, o primeiro presidente da República Popular de Angola, propôs a criação de uma zona desmilitarizada ao longo da fronteira comum entre Angola e a Namíbia. O objectivo era desanuviar o clima de tensão e contribuir para a resolução do problema da paz e da segurança na região. Mas a proposta não foi bem recebida pelas autoridades do regime do *apartheid*. Estas, na sequência da independência de Angola e após já terem retirado as suas tropas regulares, levaram por diante uma política de desestabilização contra o território angolano (Zau, 2005, p. 386). Nesta senda o mesmo autor acrescenta que:

“Em Agosto de 1981, o exército sul-africano voltou a invadir Angola e ocupou uma parte significativa da província do Cunene, vindo apenas a retirar,

parcialmente, 15 meses depois, após a assinatura do Compromisso de Lusaka mediado pelos EUA, a 16 de Fevereiro de 1984” (Zau, 2005, pp. 386-387).

Entretanto, os governos de Angola e Cuba, através de duas declarações assinadas, respectivamente, a 4 de Fevereiro de 1982 e 19 de Março de 1984, divulgaram o desejo de dar início à retirada das tropas cubanas do território angolano, calculadas em 50.000 efectivos, tão logo começasse a implementação da resolução 435/78 sobre a independência da Namíbia (Zau, 2005, p. 387).

Em 22 de Dezembro de 1988, na sequência de conversações quadripartidas sobre a paz na África Austral, entre os governos de Angola, África do Sul, Cuba e Estados Unidos, é assinado o Acordo Tripartido de Nova Iorque pelos três chefes da diplomacia: Afonso Van Dúnem “Mbinda”, por Angola; Isidoro Malmierca, por Cuba; e Roelof F. Botha, pela África do Sul; sendo os EUA, ao tempo da administração do presidente Ronald Reagan, mediadores deste processo (cf, Milhazes, 2009 e Tali, 2001).

Com este importante Acordo, estava aberto o caminho para a independência da Namíbia, com consequente retirada das tropas sul-africanas deste território e, também, da província angolana do Cunene. Por outro lado, as tropas cubanas passavam a retirar de forma faseada de Angola, de acordo com um calendário que decorreu entre Março de 1989 e Julho de 1991. Este Acordo surgiu na sequência das batalhas de Mavinga, Cuito Cunavale e Calueque, em 1987 e 1988, onde Angola, Cuba e África do Sul haviam chegado a uma mesma conclusão:

Todas as partes observaram os limites do que poderia ser conquistado no campo de batalha; todas as partes constataram os custos e os perigos que significariam a continuidade da guerra. Paradoxalmente, cada parte pôde também clamar por um certo grau de vitória, pelos estragos provocados ao inimigo (Patrício, 1998, p. 38).

Em virtude dos tratados e acordos firmados entre os participantes nos confrontos, levou a retirada das tropas estrangeira em que se destaca os cubanos (cf. Quadro nº 3), tanto os militares que de acordo os dados estatísticos rondam os 300.000 como também colaboradores civis que, rondam os 50.000.

Para resolver a escassez de elementos habilitados, o governo angolano assinou acordos de cooperação com os diversos “países amigos”, especialmente com Cuba e com outros países do bloco socialista. Com efeito além da cooperação militar, foram contingentes inteiros de elementos cubanos de todos os sectores civis possíveis – particularmente da saúde e da educação, mas também da agricultura e da indústria. Este espírito de cooperação foi retomado depois da saída dos cubanos no território nacional, com a assinatura de acordos de cooperação bilaterais nas áreas com forte necessidades, no âmbito da reconstrução nacional nos mais diversos sectores, com principal realce para a educação e saúde.

Capítulo III - Cultural e Comportamento Social

3.1. O Conceito de Cultura

Não é fácil definir o conceito de cultura, como veremos adiante foram necessários vários ensaios. Alguns autores apontam que, na verdade a questão da definição de cultura é tão difícil de formular que nem mesmo especialistas conseguem fazê-lo sem rodeios. Isto fica evidente quando se considera que até 1950 havia um total de 164 definições referentes ao termo “cultura” formuladas e publicadas (Kroeber & Kluckhohn 1952).

Um dos pioneiros na procura do entendimento do vocábulo cultura foi o filósofo alemão Wilhelm Wundt, na sua obra *Hultur und Geschichte*. Segundo o autor a palavra cultura deriva do termo latino *colere*, do qual *cultus*, como em *cultus deorum* e *cultus agri*. Daqui desenvolveu-se a expressão *cultura mentis*, muito utilizada na Idade Média e nos primórdios do Renascimento e que está na origem do sentido humanístico-clássico do termo quando foi introduzido nas línguas modernas (como citado em Mondin, 1982, p. 48 e Montani, 1996, p. 35).

Neste sentido, Imbamba (2003) parafraseando Chiavacci (1977), deixa o seu significado material-original de cultivo dos campos para passar a significar aquela actividade pela qual o homem *colit seipsum*, para ter acesso à plenitude da sua humanidade. Portanto, graças à cultura, “o homem desenvolve-se a si mesmo, nas suas capacidades especificamente humanas [componente espiritual] e se realiza como pessoa, colocando-se assim qual elemento de novidade e originalidade em relação ao seu próximo” (Chiavacci in Imbamba, 2003, p. 29).

É necessário salientar que, desde o final do século XVIII, o termo germânico *kultur* era utilizado para simbolizar todas as grandes conquistas do espírito humano, como a música, a literatura etc., como o termo francês *civilization* referir-se especialmente às conquistas materiais da humanidade, como a máquina a vapor etc (cf.Laria, 2005).

O Homem até então posicionado fora da natureza (ou esta à volta dele), vem a colocar-se agora no meio desta, como mais uma espécie (*espécie Homo*), ela própria produto de processos evolutivos naturais.

A diversidade observada nas sociedades humanas começou por ser explicada com recurso a construções fortemente influenciadas por ideias biológicas (mais tarde também geneticistas), mantendo-se vivo, ainda hoje, o debate sobre a influência entre o herdado e o adquirido como explicação das diferenças.

A relação entre natureza e cultura é complexa. Como explica Laria (s/d) uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana. Cultura (*colere*) na sua etimologia, reenvia-nos para a ideia de natureza. E se o Homem é resultado da natureza, só se completa como plenamente humano pela cultura e na cultura (Morin, s/d).

Em 1917, Alfred Kroeber (1876-1960) acabou de romper todos os laços entre o cultural e biológico, postulando a supremacia do primeiro em detrimento do segundo no seu artigo “O superorgânico”. Completava-se, então, o processo iniciado por Lineu. Taylor e Kroeber ampliaram, ainda mais, o distanciamento entre os domínios culturais e biológicos, pois no âmbito cultural dispõem de duas notáveis propriedades: a possibilidade da comunicação oral e a

capacidade de fabricação de instrumentos, capazes de tornar mais eficiente o seu aparato biológico (cf. in Laria, 2005, p. 331). Progressivamente, o conceito de cultura é utilizado para designar a “formação”, a “educação” do espírito. Depois passa-se de “cultura” como estado (estudo do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo “que tem cultura”). Este uso é consagrado, no fim do século XVIII, pelo Dicionário da Academia (edição de 1798) que estigmatiza “um espírito natural e sem cultura” (163) sublinhando com esta expressão a oposição conceptual entre “natureza” e “cultura”. Esta oposição é fundamental para os pensadores do iluminismo que concebem a cultura como um carácter distintivo da espécie humana. A cultura para eles é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como a totalidade, ao longo de sua história (cf. Cuche, 1996).

Na caminhada da “identidade” do conceito de cultura, vários foram os debates envolvendo estudiosos de diferentes países, como foi o que envolveu a França e a Alemanha, do século XVIII ao século XX, considerado o arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, que estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais (cf. Cuche, 1996). É caso para dizer que o conceito enfermou de ambiguidades e de implicações ideológicas, o que resultou na existência de várias escolas.

Apesar da sua diversidade, todas as sociedades se têm pautado pelo desenvolvimento de instrumentos tecnológicos ou simbólicos que lhes têm permitido extrair da natureza os meios para sobreviver. Todas têm um sistema

de normas e de organização social, paralelo à organização familiar, através do qual mantêm alguma forma de controlo social e reforçam a coesão do grupo. Todas têm um conjunto de valores que orientam a sua acção, que dão significado à vida, e que se substanciam na adopção de um culto religioso ou de uma ideologia mais ou menos formalizada. Todas são marcadas por usos, costumes, tradições, linguagens, expressões artísticas, através das quais os seus membros comunicam e expressam o seu sentido estético. Em suma, na sua diversidade há elementos culturais que são comuns a todas as sociedades e que são marcas profundas da sua identidade. Como afirma Teresa Vergani, “a personalidade está para o indivíduo assim como a originalidade cultural está para a sociedade” (Vergani, 1995, p. 24).

Como anteriormente referimos, a análise da cultura tem sido alvo de estudo de várias ciências, que procuram abordar a temática de acordo com as limitações das suas especificidade e interesse. Não é nosso interesse tratar exaustivamente as várias formulações que têm sido apresentadas do conceito de cultura, mas sim verificar as diferentes dimensões do mesmo, bem como as utilizações que deste têm sido feitas nas Ciências Sociais. Nesta vertente, Martins (2005) diz que de facto, actualmente somos confrontados com conceitos de cultura multifacetados, onde tudo se enquadra, desde que resulte da intervenção do homem, podendo afirmar-se que veio definitivamente substituir o conceito de civilização (Martins, 2005). Começemos por apresentar a clássica definição de cultura, de Edward Burnett Tylor (1871), “cultura (...) é

aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costume e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (cit. por Horton & Hunt, 1981, p. 40).

Segundo a definição, acima citada, Modin, (1982) comentou: “começa a delinear-se um novo modo de compreender a cultura, não mais como educação, instrução duma pessoa, como se referira antes Platão, mas sim, como sistema de vida próprio e característico dum grupo social humano, que inclui símbolos, costumes, linguagem, ideias, crenças, hábitos e modos de comportamento” (p. 50).

Por seu turno Denys Cuche (1996), afirmou: “a definição pretende ser puramente descritiva e objectiva e não normativa. Por outro lado, ela rompe com as definições restritivas e individualista de cultura, expressando a totalidade da vida social do homem. Ela caracteriza-se pela sua dimensão colectiva (p. 53).

Ainda o mesmo autor salientou, “o homem é essencialmente um ser de cultura” (Cuche, s/d, p. 21). É a cultura que lhe permite adaptar-se ao meio ambiente, ao mesmo tempo que permite adaptar este ao homem, transformando a natureza. É essa capacidade de intervir na natureza, através do que consensualmente, no domínio académico, se tem denominado cultura, que distingue os homens de outras espécies animais. A cultura é um mecanismo dinâmico e adaptativo que garante a sobrevivência dos membros de um grupo social, enquanto tal e enquanto indivíduos. Modela o pensamento e a acção e é

ela que na realidade estabelece laços identitários entre os homens (cf. Benedict, 2000).

Sahlins, Harris, Carneiro, Rappaport, Vayda (1948) e outros, citado por Keesing (1974), concordam que:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (p. 75).

Assim, para W. Goodenough, (1957) cultura é um sistema de conhecimento:

"consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade" (W. Goodenough in Laria 1986, 32).

Roger Keesing (1974), referenciado por Laria (2005, p. 340-341), definiu cultura de acordo com duas correntes:

1º As teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo: culturas são padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas ao seu modo de vida (tecnologias, modo de organização econômica, padrões de agrupamento social, organização política, crenças, práticas religiosas, etc.).

2º As teorias idealistas da cultura são divididas em três abordagens:

- A primeira considera cultura como sistema cognitivo: cultura é um sistema de conhecimento, "consiste de tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou

acreditar para operar de maneira aceitável dentro da sociedade" (Keesing, 1974, como citado em Laria, 2005, p. 341).

- A segunda abordagem considera cultura como sistema estrutural, define cultura como "um sistema simbólico que é a criação acumulativa da mente humana" (Levi-Strauss, 1961, como citado em Laria, 2005, p. 341).
- A terceira abordagem considera cultura como sistemas simbólicos: cultura é um sistema de símbolos e significados partilhados pelos membros dessa cultura que compreende regras sobre relações e modos de comportamento (Keesing, 1974, in Laria, 2005, p. 341).

Procurámos apresentar algumas definições do conceito cultura para mostrar a sua diversidade e multiplicidade, tal como referiu Kroeber e Kluckhohn em 1952. Praticamente todos os antropólogos importantes criaram sua própria definição que os dois autores classificaram em seis: descritiva, histórica, normativa, psicológica, estrutural e genética. No entanto, em qualquer uma destas categorias, tomaram sempre como base a definição clássica de Taylor (cf. Laria, 2005).

3.2 Cultura e sociedade

Vamos procurar apresentar a relação entre cultura e sociedade, uma vez que não pode existir cultura sem sociedade, ao mesmo tempo que esta última é um elemento fulcral para que os homens interajam uns com os outros. Gonzaga (2002) refere que, conseqüentemente, é forçoso admitir-se o carácter social da cultura. Como poderíamos pensar em hábitos, costumes, padronização de comportamento apenas a nível individual? São processos sociais. E continua

afirmando. É possível fazer uma distinção entre sociedade e cultura, entre o fenómeno social e o cultural. A propósito Davis, afirma:

“A cultura não pode existir sem pessoas a ela relacionadas e transmitindo-a a seus descendentes: sem a sociedade. Mas poderá a sociedade existir sem cultura?” (Davis, 1961: 40).

Como podemos constatar, torna-se necessário definirmos o conceito de sociedade, segundo Fichter (1972) “uma sociedade é o maior número de seres humanos que agem conjuntamente para satisfazer suas necessidades sociais e compartilham uma cultura comum” (p. 166).

A cultura mostra-nos como um determinado grupo social se adapta ao seu meio físico, social e ideológico. Por outras palavras, a cultura é a concepção de vida normalizada e estandarizada da sociedade.

A cultura e a consciência de grupo são dois elementos essenciais unificadores de qualquer sociedade humana e por eles se distingue esta de um simples agrupamento animal. Quando falamos de cultura referimo-nos efectivamente à concepção de vida de um grupo social particular.

A este respeito Mondin (1972) é da seguinte opinião:

Se bem que o homem seja o artífice principal da cultura, ele não o é enquanto indivíduo singular, mas sim enquanto membro de uma sociedade, graças a qual ele se realiza como pessoa e pode concorrer, sem graves riscos, à realização plena do projecto-homem. Desta feita, a cultura além de ser fenómeno humano, é também fenómeno social (p. 33).

Segundo Denys Cuche (s/d) as culturas não existem de forma independente, ou em «estado puro», uma vez que em contacto com o mundo exterior estão sujeitas a permeabilizações que se substanciam em processos de aculturação, mais ou menos explícitos. A cultura de um grupo é sempre um conjunto dinâmico, relativamente coerente e homogéneo, em que, “a aculturação é o conjunto de fenómenos que resultam de um contacto contínuo e directo entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que acarretam transformações dos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um dos dois grupos” (Redfield, Linton & Herskovits, in Cuche, s/d, p. 85).

Outro dos conceitos especialmente úteis, para a reflexão que aqui se pretende realizar em relação à dimensão sociológica do conceito de cultura, é o conceito de socialização, ou seja, o processo de integração dos indivíduos na sociedade ou grupo particular em que está inserido, através da interiorização dos modelos culturais próprios dessas sociedades ou grupos (Martins, 2005). Desta forma se transmite e se dá continuidade à cultura ou subculturas, através de gerações. Como refere Cuche, segundo Durkeim (1983), através da educação, cada sociedade transmite aos indivíduos que a compõem o conjunto das normas sociais e culturais que asseguram a solidariedade entre todos os membros dessa mesma sociedade e que são mais ou menos obrigados a fazer suas (Cuche, s/d).

Não indiferentes a esta posição crítica, alguns sociólogos defendem actualmente que a socialização é um processo dinâmico que se realiza durante toda a vida, com rupturas em relação a socializações anteriores, por

dissociações e ressocializações sucessivas, processo indissociável do processo de construção da identidade individual.

De um modo geral, os seres humanos são dotados de uma grande capacidade para aprender a agir de maneira socialmente responsável. A socialização é um processo sócio-psicológico bastante complexo que se inicia no momento do nascimento. O objetivo principal de tal processo é adaptar o indivíduo aos costumes, comportamentos e modos da cultura do seu ambiente social para que possa aprender a sobreviver por si mesmo e ser capaz de, gradativamente, controlar seu comportamento de acordo com as exigências da vida em sociedade.

Através do processo de socialização nos tornamos, gradualmente, pessoas auto- conscientes e capazes de lidar de forma competente com o mundo a nossa volta.

O estudo dos processos de socialização pode contribuir para uma melhor compreensão de factores que influenciam na construção das identidades pessoais (auto-identidade) e das identidades dos grupos sociais a que pertencemos como a família, o género, o grupo religioso, o grupo de convivência social, o profissional e outros.

O processo de socialização é o principal mecanismo que uma sociedade possui para a transmissão da cultura através do tempo e das gerações. A socialização, além de estar diretamente relacionada com as identidades sociais, deve ser vista como um processo que dura a vida toda na medida em que as nossas ideias e o nosso comportamento são continuamente influenciados pelos relacionamentos sociais e pelo ambiente em que vivemos.

Como acentuam Boudon e Bourricand (2000), os indivíduos não comungam da totalidade dos elementos culturais de uma sociedade, sendo que aquilo que é a cultura dominante de uma sociedade é sempre a cultura de uma elite ou a racionalização de determinada elite em relação àquilo que deve ser comum em termos culturais. Reforçando esta ideia, os autores concluem que nas sociedades mais complexas, como são as sociedades humanas contemporâneas, os únicos elementos culturais que são comuns a todos os indivíduos deverão ser os mais superficiais. Só com uma simplificação abusiva é que se poderia admitir a noção de valores comuns e aceitar que estes são transmitidos a todos através da socialização. Os indivíduos só parcialmente partilham de uma cultura, dentro daquilo que os sociólogos classificam como Subculturas, constituídas por complexos culturais partilhados pelos indivíduos que pertencem a um determinado grupo, que estão relacionados com a cultura global mas que ao mesmo tempo se distinguem dela (Boudon & Bourricand, 2000, p. 122).

Como afirma Martins (2005), nas sociedades complexas, os diferentes grupos podem ter modos de pensar e de agir característicos, embora partilhando a cultura global da sociedade que, de qualquer maneira, devido à heterogeneidade da própria sociedade, impõe aos indivíduos modelos mais flexíveis e menos coercivos que os das sociedades «primitivas» (Cuche, s/d in Martins, 2005, p. 62). Perspectiva distinta tem os chamados *interaccionistas* para quem é errada a distinção entre os conceitos de cultura e de subcultura, uma vez que a cultura global é o que resulta das relações entre indivíduos e

grupos e das suas culturas próprias (em interacção). Por outro lado, não será lícito considerar que os indivíduos comungam apenas da culturas ou das culturas dos seus grupos de pertença, ignorando o peso que têm na construção das suas identidades a adesão a grupos ou culturas de referência.

Ao mesmo tempo que as subculturas reforçam os padrões culturais predominantes (variação mas não contestação), poderíamos considerar que as contraculturas reforçam a contestação a certos padrões culturais e sociais.

De uma forma simples, para a maioria dos sociólogos, as contraculturas referem-se a padrões culturais que diferem dos padrões culturais dominantes e/ou os contestam. Todavia, Cuche assinala que; “não são, de facto, mais do que uma forma de manipulação da cultura global de referência à qual pretendem opor-se: jogam com o seu carácter problemático e heterogéneo. Longe de enfraquecerem o sistema cultural, contribuem para o renovar e para desenvolver a sua dinâmica própria” (Cuche, s/d: pp. 76-77). Para este autor, uma contracultura em última análise não é mais do que uma subcultura.

Outro conceito deveras importante nesta abordagem é o de etnocentrismo. Como afirma Augusto Santos Silva, “trata-se de uma maneira de entender a relação, decisiva a todos os níveis de acção e interacção, entre o “eu”, ou mais precisamente, o “nós” definidor da identidade de um certo grupo, classe, etnia, nação ou área civilizacional, e os “outros” – os outros grupos, classes, etnias, nações, civilizações” (Silva 1986, p. 46). Torna-se evidente que na relação com os outros, cada indivíduo ou grupo toma como certa a superioridade da sua

cultura. Dessa forma, todos os indivíduos e todas as sociedades são positivamente etnocêntricos, não no sentido depreciativo em que este conceito tem sido utilizado mas na medida em que “faz de nossa cultura um padrão de medida, com o qual medimos todas as demais culturas, que são boas ou más, altas ou baixas, certas ou esquisitas, na proporção em que se parecem com a nossa” (Horton & Hunt, 1981, p. 46).

Estes autores, no entanto, embora reconheçam que o etnocentrismo promove a estabilidade cultural e a própria coesão e sobrevivência cultural do grupo, consideram que, se redutora de relação, pode condenar ao ostracismo, ao colapso e à extinção do próprio grupo e/ou da sua cultura.

Como conclui Cuche, “não há descontinuidade entre as culturas, que gradualmente se põem em, comunicação umas com as outras, pelo menos no interior de um dado espaço social” (Cuche s/d, p. 101). Desta forma, todas as culturas são, como indica este autor, «culturas mistas».

Como já fizemos referência, as culturas nascem das relações sociais, e estas não são, por norma, relações igualitárias. Assim sendo, se existe uma hierarquia entre culturas, esta decorre da hierarquia social. A cultura dominante seria, assim, sempre a cultura da classe ou grupo dominante (conforme as teorias de Marx e Weber). Por outro lado, as culturas dominadas não seriam culturas dependentes, mas culturas em relação com a cultura dominante, tal como os grupos sociais que as sustentam. De acordo com Denys Cuche (s/d), “numerosos estudos revelaram que os sistemas de valores, os modelos de comportamento e os princípios de educação variam sensivelmente de uma

classe para outra. Estas diferenças culturais podem observar-se até mesmo nas práticas quotidianas mais comuns” (p. 113).

3.3. Cultura e Comportamento Social

Desde a antiguidade, tem-se tentado explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das diversidades genéticas ou geográficas.

O homem age de acordo com os seus padrões culturais. Ele é resultado do meio em que foi socializado.

Há muito que se estuda o comportamento dos animais, inclusive o comportamento do homem, com a finalidade de entender o que o conduz as atividades cotidianas e, as relações entre eles na formação dos grupos e na relação entre outros grupos. Confúcio (VX séc. a C.) enunciou que "a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados".

Segundo Leibniz (1980) citado por Laria (1986) a natureza nunca age por saltos, analogamente conclui-se que, a cultura também não age por saltos, ela é resultado do acúmulo das ações dos homens, que inclusive altera a própria natureza, pois é necessário compreender a época em que se viveu e consequentemente o *background* intelectual de quem ou do que se está analisando.

Comportamentos compartilhados são componentes da cultura o que nos leva inclusive a afirmar que teorias *behavioristas* (Watson - condicionamento), Cognitivista (Piaget-psicogenética) quando aplicadas, mesmo que inconscientemente por um grupo de pessoas, determinam algumas características culturais em relação ao padrão de comportamento.

Como salientou Franz Boas, nenhum traço de cultura é compreensível fora do grupo social que o desenvolveu. Só é possível a compreensão dos indivíduos dentro de um determinado quadro cultural, assim como, os elementos culturais só têm sentido no seio dos grupos em que se desenvolvem (cf. Boas 1896 in, Benedict, 2000).

A cultura é acima de tudo normativa. É através dela que apreendemos o que está certo e o que está errado e a maneira pela qual as coisas devem ser feitas, através de «padrões de conduta» que não são mais do que padrões culturais regulamentadores do comportamento social. Sendo que a parte apreendida da personalidade, a cultura dá sentido à forma como os indivíduos agem em sociedade, comportando-se de acordo com as normas e os valores, ordenados e expressos por uma linguagem simbólica, que expressam o estilo de vida dos grupos em que está inserido. Em relação aos valores, Mondin (1972), aponta que:

Cada cultura caracteriza-se por apreciações especiais de modo a determinar acções, hábitos, técnicas, coisas (animais, plantas, etc.). Trata-se de acções, hábitos, técnicas e coisas que se revestem de extraordinária importância para o grupo social, o que os assume como critérios [de juízo], normas [modelos de educação]. Todos juntos constituem a esfera dos valores.

Cada povo possui uma consciência dos valores, que forma também o que se chama “sabedoria de um povo”. Mediante tal consciência cada povo reconhece, mais ou menos intuitivamente, o valor positivo ou negativo da realidade e saber qual deve ser o comportamento diante dela (p. 72).

Podemos depreender portanto, que são os valores que orientam as principais escolhas de comportamentos a nível pessoal ou social. Assim, admitir esta verdade significa reconhecer que “existe uma cultura distinta e homogeneia quando um grupo social tem em comum o mesmo ideal de vida, as mesmas convicções sobre o fim essencial do homem e os meios para alcança-lo” (Montaini, 1970, p. 159).

Em relação a este assunto, Edgar Morin (s/d), afirma que:

Cada cultura, por meio dos seus *imprintings* precoces, dos seus tabus, dos seus imperativos, do seu sistema de educação, do seu regime alimentar, dos talentos que ela requer para as suas práticas, dos seus modelos de comportamento no ecossistema, na sociedade, entre indivíduos, etc., reprime, inibe, favorece, determina, a actualização de tal ou tal aptidão, de tal traço psicoafectivo, exerce as suas pressões multiformes sobre o conjunto do funcionamento cerebral, exerce até efeitos endócrinos próprios, e, deste modo, intervém para co-organizar e controlar o conjunto da personalidade (p. 165).

A cultura tende a reduzir a variedade individual e os efeitos sociais dessa variedade. Sendo único nas suas especificidades físicas e psicológicas, na sua história de vida e experiências sociais, o indivíduo partilha com os outros membros dos seus grupos de pertença características adquiridas comuns. Principalmente através da socialização, ou mais correctamente, das diferentes socializações, os indivíduos desenvolvem processos de adaptação à sociedade e ao meio ambiente e mecanismos de interiorização de modelos e normas. A

socialização desenvolve, deste modo, uma situação de compromisso entre o individual e o social, entre aquilo que podemos considerar os interesses e as especificidades individuais e as normas, valores, práticas e comportamentos que a sociedade lhes quer inculcar. Os modelos culturais partilhados, nos quais os indivíduos e os grupos se reveem, legitimam a concretização de todo este processo, nem sempre pacífico mas fundamental para todos os intervenientes. A cultura tende, assim, a padronizar as personalidades, canalizando o comportamento individual para padrões socialmente assumidos e aceites.

Todavia, Boudon e Bourricaud (2000) chamam a atenção para o facto das normas, valores e atitudes interiorizados pelos indivíduos, não serem forçosamente condicionantes da sua acção. Aos indivíduos restarão sempre margens de liberdade que lhes permitirão infringir essas mesmas normas e valores colectivos, com tudo o que isso acarretará, ou optar por pautar a sua acção pelos «parâmetros» definidos pela sociedade.

A diversidade cultural e as diferentes marcas de personalidade tendem a separar indivíduos, grupos ou sociedades e tornar difíceis os seus contactos e a sua interacção.

Contudo, como afirmou Franz Boas (1896), citado por Benedict (2000, pp. 9-10):

Quanto mais íntimo é o nosso conhecimento dos impulsos culturais que determinam o comportamento do indivíduo, tanto mais reconheceremos que nelas dominam certos refreamentos de emoção, certos ideais de conduta, que explicam atitudes que a nós se nos apresentam como anormais quando vistas do ponto de vista da nossa civilização.

Então, talvez seja este o maior desafio das sociedades contemporâneas: promover acções concretas destinadas a facilitar o conhecimento e a aceitação das diferentes culturas, quer sejam culturas de diferentes grupos étnicos, de populações estrangeiras, ou de subgrupos existentes nas sociedades, de forma a promover a cidadania e o desenvolvimento de relações de convivência entre todos os indivíduos, todos os grupos ou sociedades.

É em relação que o homem elabora os diferentes modelos culturais. Ao mesmo tempo, é em referência a esses modelos que essas mesmas relações têm lugar, assegurando, assim, quer a sobrevivência da espécie humana, quer o controlo e a coesão das sociedades. Como afirma Ruth Benedict (2000), “o que na realidade liga os homens é a sua cultura” (p. 28).

A cultura modela a formação da personalidade individual, mas também o comportamento social e os paradigmas organizacionais das sociedades. Nesse sentido, é no contexto em que se desenvolvem que devem ser entendidos os elementos que caracterizam as diversas culturas e só à luz dos elementos culturais partilhados pelos indivíduos e pelos grupos podem ser analisadas as sociedades.

Apesar da grande diversidade e do relativismo das diversas culturas, há elementos que são constantes em todas elas e valores que deverão ser considerados universais, tanto mais que estabelecem pontes que permitem a existência de relações e “transacções” culturais entre povos.

É com consciência destas realidades que devemos encarar os outros e tentar compreender o seu modo de vida, sendo certo que a nossa identidade se

desenvolve num permanente jogo de identificação com os outros e diferenciação em relação a eles.

Segundo Vergani, (1995), a cultura é um sistema de comportamento:

A cultura entendida como um sistema de comportamentos socialmente (e não geneticamente) transmitidos, apresenta-se sob forma de herança de valores tradicionais que não só são produtos da acção humana mas que condicionam o desencadear de novas actividades sociais sujeitas a processos de selecção ao longo da história (p. 23).

Deste modo, a cultura modela os conhecimentos e a acção, mas também os pensamentos e as emoções, assim como, condiciona a construção de representações da realidade, por parte de determinado indivíduo ou grupo. Através da herança cultural é assegurada ao indivíduo, “a sua orientação, o seu desenvolvimento de ser social” (Morin, s/d, p. 165).

Capítulo IV – As Representações Sociais

4.1- As teorias das representações sociais

As representações sociais, têm sido tema de acesos debates e intercâmbios no campo da Psicologia Social (essencialmente) e de outras ciências como a Antropologia, História, Ciências da Saúde, Geografia, entre outras. De tal modo, que abre espaço para discussão académica multidisciplinar.

Nesta perspectiva, Spink (1993), é de opinião que, sendo formas de conhecimento, as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social que faz contraponto com as demais correntes da Filosofia, da História, da Sociologia e da Psicologia Cognitiva que se debruçam sobre a

questão do conhecimento. Jodelet (1989), acrescenta, pensando primeiramente na transversalidade das representações sociais, não há dúvida de que, estando situada na interface dos fenômenos individual e coletivo, esta noção tem a vocação de interessar a todas as ciências humanas.

O conhecimento classificado como verdadeiro pode ser visto diferentemente por categorias profissionais distintas. Conhecimento e realidade deverão ser compreendidos dentro de contextos sociais específicos e suas relações analisadas a partir destes contextos. A importância dessas disciplinas, para as representações sociais, se dá pelas diferenças observadas entre as sociedades em termos daquilo que é admitido como conhecimento (cf. Alexandre, 2004).

Assim impõem-se questionar; quando? Como? Onde surge esta teoria e quais as tendências actuais do estudo? São algumas questões, cujas respostas cingirá a nossa reflexão.

Foi em 1961, que Serge Moscovici, depois de vários anos de estudos, apresentou a sua tese de Doutoramento sob o tema “*La Psychoanalyse, son image et son Publique*”, que segundo Cabecinhas (2009), inaugura um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. Esta obra lançou uma problemática específica – como é que o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo “cidadão comum” (cf. Cabecinhas, 2009).

O que motivou Moscovici (1978), referenciado por Alexandre (2004), a desenvolver o estudo das representações sociais dentro de uma metodologia científica foi sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórico-crítica (Alexandre, 2004, p. 3).

A teoria de Moscovici, teve vários antecedentes, com maior destaque as representações colectivas de Emile Durkheim. Para Moscovici (1994), o conceito de representação social tem origem na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e Lévi-Bruhl. Também contribuíram para a criação da teoria das representações sociais, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky. Vamos em seguida apresentar algumas.

Foi o Sociólogo francês Emile Durkheim (1898), quem desde a sociologia propôs o conceito de representação colectiva. Este sociólogo teorizou que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. As representações coletivas designavam um conjunto de conhecimentos e crenças (mitos, religião, ciência...), que para Jodelet (1984), trata-se de um conjunto, atualmente reconhecido pelos psicólogos sociais, para designar, fenômenos múltiplos que se observam e que se estudam aos níveis de complexidade, individuais e coletivos, psicológicos e sociais variados (Jodelet, 1984). Por sua vez Durkheim propôs, como condição essencial na elaboração do conhecimento, a formação de conceitos que são repartidos pelos membros do grupo, com origem nas características da vida na coletividade.

Para ele, a individualidade humana se constitui a partir da sociedade. A “representação coletiva”, segundo Durkheim (1970), referenciado por Chartier (1990), não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas são, mais do que isso, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Uma função primordial da “representação coletiva” seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos.

Quanto às representações coletivas, Durkheim (1970), afirma que elas:

[...] são exteriores com relação às individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Naturalmente na elaboração do resultado comum, cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, eles se transformam em outra coisa (p. 39).

Nesta conformidade Araujo (2008), comenta que esta é uma característica marcante do conceito de representação coletiva: a sua exterioridade às consciências individuais. Ela é sempre construída coletivamente, não é fruto da elaboração de cada indivíduo isolado, mas sim da união de todos em cooperação.

Outras escolas que também debruçaram-se sobre a teoria, se destacam a da Psicologia evolutiva de Jean Piaget, que as relacionou com o esquema social susceptível de actuar ante objectos reais ou simbólicos, os estádios de inteligência, a representação do mundo na criança, entre outros, são pontos de vistas de Piaget, que de algum modo têm algo com a noção de representação. Segundo Moscovici (2009), Piaget foi, se não o discípulo, ao menos esteve muito íntimo ao pensamento de Lévy-Bruhl, tanto em seu método, como em sua psicologia. Sem exagero, pode-se dizer que a psicologia das representações “primitivas” estabelecidas pelo pensador francês é repetida na psicologia das representações das crianças (por exemplo, no animismo infantil, no realismo intelectual, etc.) que devemos ao psicólogo suíço. Em outras palavras, o que um descobriu nas representações públicas das sociedades “exóticas”, o outro redescobriu, de maneira transposta, nas representações supostamente privadas das crianças suíças. Piaget, contudo, distanciou-se de Lévy-Bruhl (e se aproximou de Durkheim e Freud) quando ele imaginou uma evolução contínua estendendo-se dessas representações “pré-lógicas” da criança, para as representações mais lógicas e individuais do adolescente.

O autor citado acrescenta que, no decurso destes anos de criatividade e revolução, Vygotsky e Luria abriram caminho que lhes permitia introduzir os fenómenos sociais na psicologia e fundamentá-la sobre eles (cf. Vygotsky & Luria in Mosvici, 2009).

O estudo de Luria (1976), conforme Moscovici (2009), confirmou a conjectura de Levy-Bruhl e por isso deu a teoria de Vygotsky, do desenvolvimento cultural e histórica uma sólida fundamentação. Mas, a um nível mais profundo, Vygotsky e Luria permaneceram mais fiéis que Piaget aos cânones da psicologia individual face ao conceito de representações colectivas e fizeram um uso menos criativo da análise psicológica do pensador francês.

A obra de Sigmund Freud, também brinda aporte no acervo desta teoria. Para tal torna-se necessário citar a “Psicologia das massas” (1921) onde aborda o carácter social da Psicologia individual, como uma característica constituinte da vida humana.

Em sua teoria, Moscovici (1978) volta-se para um sentido diferente daquele conceito durkheimiano de representação coletiva, por avaliar que este é mais apropriado para a análise das relações sociais desenvolvidas nos grupos tradicionais. Moscovici propõe que, para as sociedades urbano-industriais, a análise das representações seja feita com base na teoria das representações sociais. Guarechi (1994), considera que, para Moscovici, o modelo de sociedade, objeto de análise de Durkheim, era estático e tradicional, diferente das sociedades modernas, tema das pesquisas de Moscovici (1978), que são dinâmicas e fluidas. O conceito de “coletivo” foi substituído pelo de “social” porque estava mais adequado às sociedades de dimensões mais cristalizadas e estruturadas, pois tinha “uma conotação mais cultural, estática e positivista” (cf. Guarechi, 1994).

Segundo Sá (1995), a diferença entre a representação social, criada por Moscovici, e a representação coletiva de Durkheim está em que:

[...] as representações coletivas eram vistas, na sociologia durkheimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, irredutíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que deveriam ser por eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos (p. 23).

A teoria das representações sociais pretende explicar o complexo representação/ação, isto é, uma teoria consensual criada por um grupo social e a sua ação social forma um complexo, pois todos os elementos estão associados numa teoria para compreender a realidade dada. O que vai, simultaneamente, ser uma espécie de “indicador” para as ações sociais deste grupo. Pode-se afirmar que este é um complexo cujos elementos se auto alimentam, são início e fim ao mesmo tempo (Sá, 1995).

Segundo Denise Jodelet (1989), as representações sociais constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, isto é, são teorias sociais práticas. Jodelet, sistematizou as ideias de Moscovici, nas suas abordagens ela insiste na necessidade de continuar a desenvolver a teoria desde a descrição ampla e detalhada dos fenómenos de representação estudados, enfatiza ainda os suportes que veiculam as representações: os discursos dos indivíduos e os grupos e seus comportamentos e práticas sociais, as que em um sentido amplo determinam as representações.

Outra linha de abordagem das representações situa-se na Escola de Genebra, capitaneada por Wilhem Doise (1986), que enfatiza o rol de posição ou inserção nas estruturas sociais na determinação das representações, se interessa pelas condições em que se produzem as mesmas e desde o ponto de vista metodológico privilegia os métodos estatísticos correlacionais.

A corrente liderada por Jean-Claude Abric, que desde uma dimensão cognitivo-estrutural enuncia a teoria do núcleo central, a qual propõem que uma representação está organizada em um sistema central e outro periférico; ambos com características e funções específicas e diferentes. De tal modo que os elementos cognitivos do núcleo se caracterizam por sua estabilidade, rigidez e consensualidade; o sistema periférico adopta maior dinamismo, flexibilidade e individualização. A representação se estrutura em torno do núcleo, que a adopta de significação global e organiza os elementos periféricos, que graças a sua mutabilidade permite uma relativa harmonia nas situações nas situações e práticas concretas quotidianas (Abric, 1994).

Como a teoria do núcleo central, cabe ressaltar, as escolas de pesquisa em representações sociais na perspectiva psicossociológica não se veem exatamente como antagonistas, e sim como frutos da grande teoria de Moscovici, como afirma Doise: são esforços de aplicação e aprofundamento, cujas características as tornam mais adequadas ou mais interessantes segundo o objeto e o objetivo que se tenha para pesquisar (Doise, 1986).

Quanto a definição do conceito, devemos salientar que devido a multidisciplinariedade no estudo das representações sociais, encontramos dificuldades em consenso, como se pode constatar nos estudos de Moscovici,

não apresentou uma definição acabada, tal como ele tentou explicar ao dizer que, se é fácil captar a realidade das representações sociais, não é nada fácil captar o seu conceito (Moscovici, 1976). Esta ideia pode ter oposição, e/ou ser vulnerável, no entender de Perez (1999), visto que uma teoria que pretende ser paradigmática na Psicologia Social exige uma clarificação conceptual, que valorize seu papel como ferramenta investigativa, que concederia ao mesmo tempo “identidade própria” o que facilitaria novos níveis de desenvolvimento teórico. A mesma preocupação pode ser notada em Celso Sá (1998), quando afirma que é imprescindível a necessidade de construir o objecto de investigação em representações sociais, pois nem todo objecto, facto ou fenómeno social é susceptível de fazer emergir uma representação social. É nesta conformidade que vamos apresentar algumas definições, baseando-nos essencialmente no estudo de Martins (2005).

Moscovici propôs-se, em 1961, estudar a forma como o homem apreende, utiliza e transforma uma teoria científica e como cria para si a realidade. Para esta análise propõem o conceito de representação social, já anteriormente avançado por Durkheim, no final do séc. XIX:

Por representações sociais, nós designamos um conjunto de conceitos, de enunciados e de explicações que provêm da vida quotidiana... Elas são o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e dos sistemas de crenças das sociedades tradicionais; poder-se-á mesmo considerar como a visão contemporânea do senso comum. (Moscovici, cit. por Hewstone, 1989, p. 253).

Segundo Farr (1994), Moscovici partiu do conceito de representação colectiva elaborado por Émile Durkheim para construir sua própria teoria. Desse modo, apreende daquele conceito a noção fundamental de que as representações são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da realidade.

Por seu turno, Moscovici (1978) afirma que os indivíduos, reunidos em grupos sociais, vão elaborar um conjunto de informações consensuais sobre a realidade com a qual se relacionam. Entende que o indivíduo tem um papel atuante e particular na construção das representações sociais, e afirma que:

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (p. 28).

As representações sociais são performativas, partilhadas, e definem uma dada situação social (cf. Moscovici, 1988). Funcionam como um “mapa” cognitivo, tornando a realidade social compreensível, ordenando as relações sociais e os comportamentos de cada um ante os outros e servindo para que cada um se localize, a si e aos outros, no seio da comunidade (cf. Moscovici, 1988; Rodrigues et al., 1986).

Para Jodelet (1990), “as representações sociais são um conhecimento socialmente elaborado e partilhado” (p. 360). “São determinadas pelo próprio sujeito, pelo sistema social em que está inserido, bem como pelas interações que o sujeito estabelece com esse sistema social” (cf. Abric, 1989, p. 188) e pela posição que neste ocupa (cf. Jodelet, 1990). São, antes de mais, “uma maneira de interpretar a nossa realidade quotidiana”, referente à forma como apreendemos os acontecimentos, os dados do nosso ambiente, as informações, os sujeitos com quem convivemos” (Jodelet, 1990, p. 360).

Di Giacomo (1981), diz que são modelos imaginários de categorias de avaliação, de categorização e explicação das relações entre objectos sociais, particularmente entre grupos, que conduzem as normas e decisões colectivas de acções.

As representações são produtoras de realidades. Condicionam a nossa percepção dessas realidades, assim como a forma como agimos face ao que julgamos ser a realidade. Ao mesmo tempo, procuramos encontrar/criar uma realidade que valide as nossas representações do real.

Para Vala (1996) a representação social é um “sistema de interpretação, no quadro do qual o meio envolvente se torna não estranho e coerente” (p. 365). Na mesma linha de pensamento Gilly (1989), afirma que “as representações sociais tendem a assegurar a transposição entre a ideologia e a realidade, legitimando, desse modo, o sistema de referências e as práticas dos indivíduos” (p. 368).

As representações sociais são, para Diose (1989), “princípios geradores de tomadas de posição” (p. 85) que regulam as interações sociais e “se elaboram através e nas relações de comunicação” (p. 228).

Por outro lado, para Hewstone (1989), “as representações sociais apresentam-se como uma espécie de teorias práticas do senso comum, “explicações automáticas” que fogem a qualquer pesquisa ou análise científica” (p. 261).

Por último, Santiago (1993) seguindo os estudos realizados por Fischer (1972), considera que as representações sociais são um processo dinâmico de reconstrução da realidade que transforma uma realidade social em categorias mentais. São dependentes da situação social do sujeito e das relações que estabelece com os outros. Traduzem-se em inventários de conjunto de evidências, de reduções de informação e de repertório de atitudes, que têm como objectivo simplificar a realidade.

4. 2- A Construção das representações sociais

Depois de termos falado sobre a teoria das representações sociais em que destacamos as principais teorias e o conceito, vamos neste subtema abordar como são construídas as representações sociais por determinados grupos, que condições estão na origem da construção das representações, as funções das representações sociais, os processos formativos das representações bem como a representação e o comportamento social.

É importante pensar na representação como uma forma de saber que, conforme Jodelet (2001), liga um sujeito (epistêmico, psicológico, social, coletivo) a um objeto (humano, social, ideal, material). Dessa forma, a representação social é sempre uma representação de um objeto e de um sujeito.

Para Moscovici (1978), a representação de um objeto não é simplesmente sua reprodução, pois ao ser representado o objeto é modificado. Nesse sentido, “ (...) a representação de um objeto é uma reapresentação diferente do objeto” (p. 58). Por isso, as representações são construídas, e não são meras reproduções.

Segundo Jodelet (2001) citado por Moreira (2007), na formação de representação social considera-se cinco características essenciais, como: toda a representação é sempre a representação de um objecto; a mesma possui um carácter de imagem e a propriedade de poder intercambiar o sensível e a ideia, a percepção e o conceito; possui um carácter simbólico e significante; possui um carácter construtivo e um carácter autónomo e criativo.

Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (Moscovici, 1984).

Nos seus estudos, Moscovici, interessou não apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas principalmente em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Em suas próprias palavras, interessou-se no “poder das idéias” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]” (Moscovici, como citado em Duveen, 2005, P. 8).

Desta forma ao referirmo-nos ao contexto sociocultural que determina uma representação, devemos ter em conta as condições históricas, económicas e ideológicas em que surgem, se desenrolam e desenvolvem os grupos e objectos de representação que estudamos. A este respeito Moscovici (1961), afirma que a representação é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”(p. 36). Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico.

A teoria das representações sociais tem um conjunto coeso de elementos, neste caso funções, sistematicamente organizadas para seu uso como instrumento de análise. Segundo Jodelet (2001), referenciado por Gomes (2003), as representações sociais têm três funções básicas: “função cognitiva de interação, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais” (p. 22). Por sua vez Araújo (2008), diz que essas três funções articuladas (e caracterizadas como representações sociais que são) permitem aos indivíduos, integrantes de grupos sociais específicos, terem um entendimento com a realidade que os cerca e com a qual, de algum modo, convive ou se relaciona. Com base nelas podem interpretar a realidade a partir do seu conhecimento, por permitir que eles a relacionem com fatos e situações que já avaliam, sendo capazes de conformar novas percepções e formas de agir quando depararem com novas situações e relações sociais (Araújo, 2008).

As representações sociais segundo Gomes (2008), são elaboradas nas esferas próximas da vida social, ou seja, não se constroem representações sociais sobre o que não se relaciona ou do que pouco se tem conhecimento. Por outro lado, quando se oferece uma questão que, de algum modo, faz parte do cotidiano, é possível receber dos informantes alguns dados que vão além de meras opiniões, mas que fazem parte de um conhecimento consensual.

A formação das representações sociais a partir da realidade da vida cotidiana constitui uma grande força para que estas possam ser tratadas e reconhecidas como conhecimento pela sociedade. Isto porque a realidade da vida cotidiana apresenta-se como a realidade por excelência, já que, sendo decorrente das relações que o ser humano mantém no dia-a-dia com o mundo, possui um caráter predominantemente impositivo e urgente para a consciência. Sendo assim, o indivíduo experimenta a vida diária num estado total de atenção, que lhe permite apreendê-la de forma normal e natural (Berger, P. L. & Luckmann, T. 1987).

Do exposto até ao momento, leva-nos a perceber, que existe um processo de mudança, fruto das dinâmicas sociais, como também dos processos de construção e consolidação das representações sociais são complexos e dinâmicos. A partir dos trabalhos de Moscovici, Jodelet (1990) apresenta os

dois processos através dos quais “o social transforma um conhecimento em representação e a forma como esta representação transforma o social: a objectivação e a ancoragem” (p. 367). Segundo Moscovici (1961), estes processos estão intrinsecamente ligados um ao outro e são modelados por factores sociais.

Para Moscovici (2003), citado por Catita (2008), a objectivação “une a ideia de não familiaridade com a realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (p. 47). Assim sendo, objectivação possibilita a materialização das abstracções, onde o abstracto é tornado em concreto, reflectindo acerca dos conhecimentos e acerca de um dado objecto de uma representação.

A mesma autora, citando Nóbrega (2003), afirma que “objectivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as e, desse modo, distanciar-se em relação às mesmas”(p. 65). A objectivação corresponde ao processo de organização dos elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, isto é, são vistos como uma realidade natural.

O processo de objectivação, de acordo com Cabecinhas (2009), envolve três etapas: construção selectiva, esquematização estruturante e naturalização. As mesmas são explicadas pela autora acima citada, da seguinte forma:

Na primeira etapa (construção selectiva), as informações e as crenças acerca do objecto da representação sofrem um processo de selecção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é retida. Este processo, dependendo das normas e dos valores grupais assim como do contexto cultural.

A segunda etapa da objectivação (esquematização estruturante) corresponde à organização dos elementos.

A última etapa da objectivação é a naturalização. Os conceitos retidos no nó figurativo e as respectivas relações constituem-se como categorias naturais, isto é, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstracto torna-se concreto através da sua expressão em imagens e metáforas (cf. Cabecinhas, 2009). A este respeito Moscovici (1961), citado por Neto (1998) refere que a naturalização é a “operação pela qual os conceitos se movem em verdadeiras

categorias da linguagem e entendimento – categorias sociais certamente – próprias para ordenar os acontecimentos concretos e serem abafados por eles” (p. 457).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Diose (1989) afirma que a objectivação “torna concreto o que é abstracto” (p. 224) e Vala (1996) considera que este processo “permite compreender como, no senso comum, as palavras e os conceitos são transformados em coisas, em realidades exteriores aos indivíduos” (p. 384).

O processo de ancoragem de acordo com Neto (1998), é uma fase da formação das representações que:

Permite transformar o que é estranho em algo de familiar, e incorpora o que é estranho mediante a inserção numa rede de categorias e de redes pré existentes. O processo de ancoragem não se limita ao conteúdo, mas engloba as actividades cognitivas de reconstrução e de remodelação. (p. 459).

O processo de ancoragem, por um lado, precede a objectivação e, por outro, situa-se na sua sequência. A ancoragem refere-se aos processos pelos quais o não familiar se torna familiar. Segundo Vala (1996) diz que ancoragem “refere a funcionalidade das representações, a sua constituição como um sistema de classificação, explicação e avaliação de pessoas e acontecimentos” (362). Enquanto processo que precede a objectivação, a ancoragem refere-se ao facto de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objecto da representação é pensado. Neste contexto, a ancoragem refere-se aos processos pelos quais o não familiar se torna familiar (cf. Vala, 1996).

Enquanto processo que segue a objectivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, ou seja, refere-se aos processos pelos quais uma representação, uma vez constituída, se torna um organizador das relações sociais. Isto é, a ancoragem permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (Moscovici, 1961). A ancoragem serve à instrumentalização do saber

conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (Jodelet, 1989).

A ancoragem segundo nos refere Nóbrega (1998) referenciado por Catita (2008), é organizada, tal como a objectivação em três condições estruturantes: a atribuição do sentido, a instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema de pensamento.

Na fase de atribuição do sentido, de acordo com a autora, o enraizamento de um objecto e a sua representação num grupo ou numa determinada sociedade, está inscrito numa “rede de significações”, em que são articuladas e hierarquizados valores já existentes na cultura.

Na fase de instrumentalização do saber, confere-se um valor à estrutura imageante da representação, à medida que esta se torna uma teoria de referência que permite aos indivíduos compreenderem a realidade. Assim, a relação que o indivíduo estabelece com o seu meio ambiente é mediatizado pelo sistema de interpretação do qual, um novo objecto, é transformado em saber útil que tem como função a tradução e compreensão do mundo.

A fase de enraizamento no sistema de pensamento, segundo a mesma autora, explica que o facto de que a mesma representação inscreve-se sempre sobre um sistema de ideias pré existentes, permitindo-nos a coexistência de dois fenómenos opostos no interior do processo formativo de novas representações (cf. Nóbrega, 1998, in Catita, 2008).

Vala (2000), refere que o conceito de ancoragem tem algumas afinidades com o conceito de categorização: ambos funcionam como estabilizadores do meio e como redutores de novas aprendizagens. No entanto, na opinião do autor, o processo de ancoragem é mais complexo visto que a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já constituídas, isto é, “o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (Vala, 2000: 475).

Os processos de objectivação e ancoragem servem para nos familiarizar com o “novo”, primeiro colocando-o num quadro de referência, onde pode ser comparado e interpretado, e depois reproduzindo-o e colocando-o sob controlo (Moscovici, 1981).

Em relação a representação e o comportamento social, Cabecinhas (2009), afirma que, as representações estruturam-se de acordo com as estratégias grupais e, por outro, as representações servem e justificam os comportamentos grupais, isto é, as representações sociais têm uma função de justificação antecipada e/ou retrospectiva das interações sociais (Cabecinhas, 2009).

Significa que as representações sociais ajudam na compreensão e na formação de condutas. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici (1978), diz que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar. Para ele, o ser humano é um ser pensante que formula questões e busca respostas e, ao mesmo tempo, compartilha realidades por ele representadas (Moscovici, 1978).

Na actualidade a trajetória seguida pelos estudos em representações sociais é bastante diversificada, tal como anteriormente salientamos quando falamos sobre as teorias e o conceito de representações sociais. O estudo realizado por Perez (1999), permitiu-lhe agrupar sete áreas temáticas em que se têm concentrado a atenção dos estudos, que a seguir apresentamos. Porém, devemos por um lado, destacar que as áreas temáticas apresentadas por Perez não devem ser tomadas como acabadas, tal como o próprio autor afirmou na altura do referido estudo; “muito longe da nossa modesta possibilidade de aceder a literatura internacional e justamente aqui situamos outro inconveniente” (p. 23) e acrescenta “certamente bastante parcial e incompleto” (p. 26) e por outro lado a tentativa de apresentarmos a título de exemplo algumas das linhas temáticas em que se têm direccionado os estudos em representações sociais.

1º A ciência, o saber académico/pensamento e conhecimento popular. Esta temática foi iniciada por Moscovici (1961) em seu trabalho pioneiro sobre a socialização da psicanálise. Esta perspectiva teve “seguidores”, entre eles Celso P. Sá (1993, 1996), Arrunda (1993, 1996), W. Wagner (1995) entre outros.

2º Saúde. Área temática que tem tradicionalmente aglutinado grande quantidade de trabalhos entre eles se destaca; D. Jodelet (1986), G. Duveen e W. Wagner (1997), M.J. Spink (1998) e A. Da Rosa (1987).

3º No desenvolvimento humano. Tema bastante genérico, que agrupa os estudos sobre as distintas etapas da vida do homem, vinculados as representações da infância e da adolescência, o desenvolvimento humano, a genética humana e perspectiva de género, onde ressaltam autores como: G. Duveen (1996), N. Guareschi (1993), M.J.Chombart de Lauwe (1979, 1991), L. de Barros (1994) entre outros.

4º No campo educativo. Temática de larga trajectória e amplitude com muitos estudos, como os desenvolvidos na área da inteligência por G. Mugny e F. Carugati (1985), a tecnologia e a informática de W. Diose (1984), as práticas educativas em diversos grupos: alunos, pais e docentes com destaque D. Jodelet (1992) entre outros.

5º No trabalho. Engloba o universo laboral em sentido amplo e estreito. Destacam-se entre outros os estudos de A.L.Komblit (1982), L. Borges (1995), J. C. Abric (1984).

6º Participação e exclusão social. Inclui uma variedade de objectos, determinados em boas medidas pela realidade social, económica e política. Também se incluem temas relacionados a psicologia política. Temos estudos como de; W. Diose (1995, 1998), R. Farr (1997), Rodriguez (1998) e L. de Sousa (1995).

7º A questão comunitária. Área temática que começa a ganhar espaço nas áreas de espaço urbano, H. Valério (1997), de cuidados ou comunidades específicas, L. de Barros (1997), identidade de comunidades particulares (éticas, religiosas, etc.) C. Sá. R. Bello e D. Jodelet (1997) entre outros (cf. Perez, 1999).

4.3. Representações sociais sobre imigrantes

As representações sociais permitem pois enquadrar estudos sobre as imagens que os indivíduos das sociedades receptoras têm dos imigrantes, analisando a forma como eles são pensados colectivamente.

Assim sendo aborda-se a imigração, como fenómeno fruto das interações sociais que carrega ao longo dos anos representações marcadas por crenças

configurando-se um processo subjectivo e de mudança social capaz de emergir novas representações sobre a imigração (Moreira, 2007, p. 19).

Apoiando-se em Mendes (2011), podemos apontar que, constituindo campo de análise nesta pesquisa os contatos entre culturas e grupos linguísticos diferentes, é de se notar que essas interações se efetuam em função das representações, dos estereótipos e dos preconceitos que os “indivíduos das sociedades acolhedoras” constroem sobre os imigrantes. As interações entre os grupos em análise e entre estes e a sociedade envolvente ocorrem no quadro de uma “interação socialmente estruturada”. Os agentes da “fala” entram em comunicação num campo em que as posições sociais se encontram objetivamente estruturadas (cf. Mendes, 2011).

A este respeito Pierre Bourdieu (1979), citado por Mendes (2011) refere que, “o outro” que entra em interação com “o eu” se insere numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciadores no nível da sociedade global.

Vala (2002), citado por Moreira (2007), afirma que, a representação social como resultado de representações partilhadas colectivamente, fruto das interações e fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, reflete a situação desse grupo, seus projectos, problemas e estratégias e suas relações com outros grupos cuja função é oferecer programas à comunicação e a acção frente a objectos que são interrogáveis para um grupo.

Em alguns casos a construção das representações sociais dos imigrantes é formada sob rótulo de raça, como afirma a mesma autora, “os termos raça e etnia, são considerados construções sociais do pensamento utilizadas para identificar, categorizar e rotular grupos e consequentemente pessoas” (Moreira, 2007, p. 20) Desta forma nas sociedades receptoras se forma um determinado conhecimento em volta dos imigrantes, o que poderá interferir nas relações sociais, criando por vezes preconceitos.

Para Brown (1995), citado por Vala, 1999) o preconceito é definido como: “a partilha de atitudes sociais ou crenças cognitivas derogatórias, a expressão de sentimentos negativos, ou a manifestação de comportamentos hostis ou discriminatórios contra membros de um grupo, decorrentes da sua pertença a

esse grupo” (cf. Vala, 1999 in Obercom, 2003, p. 19), apelando à multidimensionalidade do fenómeno.

Outro elemento essencial na formação e/ou construção das representações sociais sobre os imigrantes é a media. Cádima (2003), citada por Rodrigues e Ribeiro (2010), diz que, um lugar primordial de criação de representações e de veiculação de imagens são os medias. Tal facto não constitui novidade. Este espaço discursivo de reconstrução do real medeia os entendimentos recíprocos entre indivíduos no meio social e mormente entre migrantes e sociedades de acolhimento, forjando identidades, nem sempre imunes ao preconceito. Ao fazê-lo, condicionam a forma como os entendimentos recíprocos surgem, enquanto resultado de uma influência que produzem no espectador/consumidor.

Os medias produzem um campo simbólico que condiciona, determinando, as identidades ou representações colectivas, em função do modo como enunciam os acontecimentos (Moscovici, 1978).

Neste contexto de múltiplas influências e de uma dinâmica migratória, que tornam inevitáveis os contactos entre culturas, levando-se a criação de representações sociais entre os grupos em contactos numa determinada sociedade, e, no caso dos imigrantes. Concorrem para a formação das representações sociais os factores acima referenciados, que contribuem na informação e formação de conhecimento sobre o “outro” e com ele a representação deste.

Parte II Estudo Empírico

Capítulo V- Breve caracterização do campo de pesquisa.

5.1 Contexto geográfico, sócio - demográfico do Sumbe.

O município do Sumbe apresenta uma forma aproximadamente trapezoidal, com a sua maior dimensão, desenvolvendo – se ao longo da costa. Fica situado entre os paralelos 10º 52' e 11º 50' de latitude Sul e tem uma extensão geográfica de 5.100 km². É limitado a Norte pelo rio Kuvo ou Keve; a Leste pelos municípios da Conda, do Seles e do Kassongue; a Sul pelo município do Lobito e Bocoio (Benguela) e a Oeste pelo Oceano Atlântico, que modera suavemente a sua costa marítima, devido a influência das correntes frias de Benguela.

A maior parte do município situa-se na faixa litoral de praias e terras baixas, muito embora a zona do Gungo, densamente montanhosa, se possa integrar na zona sub planáltica em que a maior altitude se localiza no Monte Chamaco, que ultrapassa a costa de 1000 m. Esta zona montanhosa é o fim da cadeia iniciada na zona planáltica.

A sede da sua administração está localizada no cidade do Sumbe e o município divide-se em três comunas: Gungo, Kicombo e Gangula.

O Município tem uma população estimada em 305.802, com uma densidade populacional de 46,6 habitantes por km² (Relatório da Administração Municipal, 2013).

O município, à semelhança do que acontece ao nível da província e do país é constituído por uma população diversificada como afirma Kwononoka (2012), segundo o qual, a sociedade angolana é inequivocamente multicultural e multiétnica. Mas por causa dos cruzamentos, dos contactos e das convivências que a própria história regista, tem-se constituído uma Nação aberta numa primeira instancia, à confluência, à interferência e coopenetração cultural, ao conhecimento e à aceitação do outro e da sua historicidade (Kwononoka, in Mulemba, 2012 p, 130).

Como já nos referimos no capítulo II, Angola caracteriza-se por ser um espaço composto por grande heterogeneidade que se consubstancia na sua diversidade humana, do ponto de vista étnico, cultural, lingüístico e histórico,

situação que se fundamenta outrossim na composição da sua população, a qual compreende os vátuas, os khoisan e pigmeus, os bantu e os de origem européia.

O Kwanza Sul por sua vez, também apresenta uma grande diversidade de povos, com diferentes características etnolinguísticas, fruto da fusão de vários grupos lingüísticos de origem bantu. Alguns destes, na ânsia de atingirem outras localidades que são hoje Angola, deixaram a sua influência, na língua e nos hábitos e costumes dos povos desta região. “Tanto quanto é possível averiguar-se pela tradição e pela história, os povos emigrantes do Distrito seriam Ba-Xicongo, Gingas (ou Jagas?), Bailundos e Ganguelas” (Magalhães, 1924, p. 46).

Deste modo o Kwanza Sul está composto por dois grandes grupos etnolinguísticos: os Ambundu (Kimbundo) ao Norte e os Ovimbundu (Umbundo) ao Sul. Apesar desta distribuição (Ambundu a Norte e Ovimbundu a Sul), ambos espalharam-se pela província, o que torna difícil particularizar os traços de cada etnia. “Com efeito a miscigenação entre os Bambalas, Jingas, Bailundos e Ganguelas deu origem à formação de novas etnias, cuja classificação actual, se apoia mais em elementos lingüísticos e geográficos que propriamente nos caracteres étnicos” (Governo do Distrito do Cuanza-Sul, 1970, p. 28).

Constituem parte do agrupamento Ambundu, os Lubolos ou Libolos, os Quissamas, que podemos encontrar em Porto Amboim e parte da Kibala, os Kibalas, que habitam na região da Kibala, os Hacos, que se distribuem pelas regiões da Kibala, Libolo e Mussende e os Sendes ou Mussendes, que povoam a região do Mussende.

Constituem parte do agrupamento Ovimbundu os Mupindas ou Mussumbes, que podemos encontrar nos municípios do Porto Amboim e do Sumbe; os Amboins, localizados nos municípios do Amboim, Porto - Amboim, kilenda e Ebo e os Umbundos ou Bailundos, que estão distribuídos entre os municípios de Cassongue, Cela, Seles e Ebo (cfr. Governo do Distrito do Cuanza-Sul, 1970 e Viana, et. al. 2000).

Como vimos acima, o município do Sumbe, onde se enquadra a nossa pesquisa, é constituído pelo agrupamento Ovimbundu, concretamente os

Mupindas ou Mussumbes. Contudo, devido à várias deslocações de muitos povos ao longo dos anos, motivadas por diversos factores, encontramos o Sumbe hoje é caracterizado por uma grande diversidade étnica, composta essencialmente pelas variantes dos dois grandes grupos etnolinguísticos que constituem a província do Kwanza-Sul (Ambundu e Ovimbundu). Além destes, encontramos também pessoas de outros grupos etnolinguísticos do país, como podemos constatar dos resultados dos inquéritos efectuados ao longo deste trabalho.

5.1.1 A Multiculturalidade

Kwononoka, afirmou que, neste intenso movimento de busca de identidades originais, autênticas, reais e “definidas” encontramos outro fenómeno novo: a interculturalidade ou o chamado “hibridismo cultural”. Quer dizer que o multiculturalismo angolano já não é autêntico pois recebe, dá, empresta e compartilha entre as componentes humanas através da coopenetração, absorção, apreensão e conexão de hábitos, usos e costumes uns pelos outros (Kwononoka, in Mulemba, 2012, p. 132).

Devido a diversidade étnica e a presença de várias nacionalidades no município do Sumbe, fruto das migrações, verifica-se um contacto entre culturas. De acordo com Rocha-Trindade (1995), em todos os tempos e em muitos espaços geográficos, circunstâncias várias têm tornado possível o encontro e a convivência prolongada entre indivíduos, grupos e sociedades distintos (p. 221). Esta realidade descrita pela autora, também verifica-se no município do Sumbe, porque nele encontramos uma diversidade não só étnica, como também de várias nacionalidades, o que faz dela uma sociedade multicultural.

Como resultado das migrações de qualquer tipo, designadamente as de natureza económica e as decorrentes da deslocação de refugiados dos seus territórios de origem, devido a situação de miséria generalizada e de fome, de guerras e de perseguições, muitas sociedades (...) apresentam uma crescente diversidade cultural (Rocha-Trindade, 1995, p. 221).

A mesma autora acrescenta que as sociedades pluriculturais, são uma forma de conservação das identidades e das diversidades sócio-culturais e que

maioria e minorias encontra formas de acomodação mútuas, face as diferenças dos indivíduos e dos grupos que a constituem (Rocha-Trindade, 1995, p. 224). Depois deste percurso pelas teorias de diversos autores sobre o contexto sócio-geográfico e sobre a multiculturalidade, passamos aos dados específicos que descrevem directamente a nossa unidade de pesquisa, relevando as quantidades e as categorias migratórias dos estrangeiros na província do Kwanza Sul e mais estritamente na cidade do Sumbe, com destaque para os imigrantes cubanos.

Assim, de acordo com as informações da Direcção Provincial dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), o Kwanza-Sul controla um total de 3.183 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades e categorias distribuídos da seguinte maneira: 2.628 estrangeiros, de 59 nacionalidades com vistos de trabalho, sendo a China com maior numero, num total de 747 pessoas ou cidadãos; 154 cidadãos estrangeiros, de 23 nacionalidades com vistos de imigrantes residentes, sendo a maioria deste grupo constituída por cidadãos portugueses, com um total de 48 pessoas; 80 cidadãos estrangeiros provenientes de 15 nacionalidades na categoria migratória com visto de permanência temporária, sendo também a nacionalidade portuguesa a mais representada, com 21 pessoas; 1 estrangeiro de nacionalidade portuguesa, na categoria de privilegiado; 30 estrangeiros de nacionalidade moçambicana com vistos de estudo; controla ainda vários cidadãos estrangeiros, de 9 nacionalidades, na categoria de requerentes de asilo político com maior destaque para os mauritanianos, com 134 imigrantes; e finalmente, temos estrangeiros na categoria de refugiados, provenientes de 6 nacionalidades, cujo maior numero é também da Mauritânia com 18 pessoas.

A seguir apresentamos um quadro com o número de imigrantes cubanos na província do Kwanza-Sul, nas mais diversas categorias.

Quadro nº 4 Imigrantes cubanos no Kwanza Sul por categorias

Categoria	Quantidade
Visto de trabalho	89
Residentes	11
Visto de permanência temporária	2
Total	102

Fonte: Adaptado com base aos dados do SME K. Sul 2013

Após esta análise da presença dos estrangeiros na sua generalidade ao nível de toda a Província do Kwanza Sul passaremos à uma análise mais circunstanciada, compreendendo especificamente os dados referentes ao município do Sumbe. Assim, segundo a mesma fonte, isto é, SME - Kwanza Sul, o município do Sumbe, conta com uma grande diversidade de estrangeiros, nas mais diversas categorias migratórias, que passamos a designar.

Na categoria migratória com visto de trabalho, temos um total de 1.874 imigrantes de 27 nacionalidades (Chinesa, Mauritaneana, Russa, Usbquistã, Belarus, Coreana, Egípcia, Vietnamita, cubana, Brasileira, Portuguesa, Indiana, Bangladesh, Nepalesa, Etíope, Dinamarquesa, Ucraniana, Polaca, Maliana, Libanesa, Filipina, Italiana, Espanhola, Congolesa, Moçambicana, Sudanesa e Camaronesa). Quanto ao nosso universo de estudo, temos nesta categoria 56 imigrantes Cubanos.

Na categoria migratória de estrangeiros com visto de permanência temporária, temos 12 imigrantes, de 4 nacionalidades (Portuguesa, Cubana, Coreana e Equatoriana). Nesta categoria temos apenas 1 imigrante Cubano.

Na categoria migratória de estrangeiros residentes, temos um total de 77 imigrantes de 13 nacionalidades (Guineense, Mexicana, Vietnamita, Brasileira, Congo Brazaville, República Democrática do Congo (RDC), Cubana, Portuguesa, Cabo-Verdiana, Mauritaneana, Sul-Africana, Santomense e Canadiana). Nesta categoria encontramos 7 imigrantes Cubanos.

Na categoria migratória de estrangeiros com visto de estudante, temos um total de 30 imigrantes de nacionalidade Moçambicana.

A seguir apresentamos um quadro com número de imigrantes cubanos no município do Sumbe, nas mais diversas categorias e ocupações.

Quadro nº 5 Imigrantes cubanos no Sumbe por categorias

Categoria	Quantidade	Instituição onde trabalha	Total
	3	Hospital Municipal	
	12	Hospital 17 de Setembro	
	10	ISCED/Sumbe	
	4	Maternidade Municipal	
	1	Pousada do Wembele	
	1	Instituto Nacional de Petróleos	

Visto de trabalho	2	Instituto Médio Politécnico	56
	23	Instituto Superior Politécnico	
Residentes	1	Bar Cimianto	7
	2	Hospital 17 de Setembro	
	1	ISCED/Sumbe	
	2	T-Angola	
	1	Restaurante Bar Caimanero	
Visto de permanência temporária	1	Hospital Municipal	1
Total Geral			64

Fonte: Adaptado com base aos dados do SME K. Sul 2013 (cf. anexo nºIV)

5.2 Caracterização do ISCED-Sumbe

Vamos em seguida apresentar uma breve caracterização do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe (ISCED - Sumbe), de acordo dados colhidos da Repartição dos Recursos Humanos e Departamento Acadêmicos (DAC).

O ISCED do Sumbe, foi criado a 28 de Agosto de 2000, sob designação de Centro Universitário do Kwanza Sul, começando como Núcleo do ISCED de Luanda da Universidade Agostinho Neto (UAN). As aulas tiveram início no ano lectivo de 2001.

Inicialmente contava apenas com cinco docentes locais e, outros docentes eram maioritariamente itinerantes do ISCED de Luanda. Para melhor atendimento e acompanhamento, em 2002 iniciou-se a mobilidade docente do ISCED de Benguela, tendo em conta a sua proximidade. Neste mesmo ano a UAN, dirigida pelo Professor Doutor Engenheiro João Sebastião Teta, criou o então Centro Universitário de Benguela, coordenado pelo Professor Doutor José Domingos Calelessa e composto por duas Unidades Orgânicas, sendo o ISCED de Benguela e o Pólo Universitário do Kwanza Sul.

Para reforçar o quadro docente da Instituição, envidaram-se esforços, junto à Reitoria da UAN, que permitiram a vinda dos três primeiros docentes cubanos em 2006, chefiados pelo Professor Francisco Salcedo.

No âmbito da política de expansão universitária do Governo de Angola, em Fevereiro de 2010 foram criadas 5 novas Universidades Públicas, entre elas, a Universidade Katavala Bwila, na Região Académica nº II, compreendendo as províncias de Benguela e Kwanza Sul, com sede em Benguela. Foi neste

contexto que o então Pólo Universitário do Kwanza Sul, foi convertido em ISCED do Sumbe.

Actualmente o ISCED do Sumbe, conta com 11 professores de nacionalidade cubana e 53 professores nacionais. Estes últimos distribuídos pelas seguintes categorias: 2 Professores Associados, 6 Professores Auxiliares, 19 Assistentes e 26 Assistentes Estagiários, com os seguintes graus académicos: 4 Professores Doutores, 12 Mestres e 37 Licenciados. Estão a fazer pós-graduação no país e no estrangeiro 21 Docentes. A Instituição conta com 42 trabalhadores administrativos.

O universo estudantil é de 2.248, sendo 1.392 do sexo masculino e 856 do sexo feminino, distribuídos nos seguintes moldes:

Curso regular com 1.403 estudantes, sendo 330 do 1º ano, 292 do 2º ano, 279 do 3º ano, 194 do 4º ano e 308 finalistas. Curso pós-laboral com 845 estudantes, sendo 242 do 1º ano, 187 do 2º ano, 136 do 3º ano, 86 do 4º ano e 194 finalistas.

5.3 Caracterização do Hospital 17 de Setembro

O Hospital 17 de Setembro, foi construído no período de 1940 a 1950, segundo informações colhidas do Director Administrativo do referido Hospital, e inaugurado em 1954, no período colonial. Após a independência nacional, passou a designar-se Hospital provincial 17 de Setembro, mais concretamente em 1978, por ocasião da inauguração do Centro de consultas externas, por Aurélio Garcia Cardoso, então primeiro secretário provincial do Partido, designação que vigorou até 2009.

Por Decreto 260/2010 de 19 de Novembro, os Hospitais de segundo grau, passaram a designar-se de Hospitais Gerais. Foi nesta conformidade que o hospital do Sumbe passou a chamar-se Hospital Geral 17 de Setembro. Contudo, segundo a fonte acima referenciada, do ponto de vista pratico, isto gerou uma confusão, porque apesar da nova nomenclatura, as pessoas movidas pela força do hábito continuam a designá-lo de Hospital provincial 17 de Setembro. E como se não bastasse, a mesma confusão regista - se também nos documentos.

Os serviços prestados desde a sua inauguração têm aumentado e com eles a melhoria da qualidade dos serviços. Nesta altura, o Hospital conta com serviços nas áreas de medicina geral, Internamento, consultas externas, urgência hospitalar, laboratório de análises clínicas, farmácia e fisioterapia.

O Hospital conta com um efectivo de trabalhadores num total de 388, entre angolanos (289) e estrangeiros (19), distribuídos da seguinte forma; vietnamitas-14, russos-3, Congo Brazavile-1, Cabo Verdiano-1 e cubanos-16. Os cubanos são a maior representação, contando com 16 efectivos, entre médicos, enfermeiros especialistas, farmacêuticos e técnicos de laboratório.

Capítulo VI Metodologia

6. 1 Objecto de investigação

O nosso **objecto** de estudo foram as representações sociais que brotam do contacto sociocultural entre os angolanos e os imigrantes cubanos nos diversos âmbitos sociais, com destaque para o campo laboral na sociedade do Sumbe. O que se pretende, como ficou patente nos objectivos é estudar as representações sociais deste grupo na sociedade e na vida dos munícipes do Sumbe. Neste âmbito, trataremos de abordar a questão da inter-relação entre os cubanos e os angolanos, bem como o impacto da presença daqueles na vida destes. Para uma melhor definição do objecto e melhor delimitação do mesmo, pretendemos tratar desta problemática, nos campos da educação e saúde, como ambientes laborais de maior actuação e incidência da parte dos imigrantes cubanos. Neste quadro, interessa-nos descobrir as representações sociais a partir das relações intersubjectivas que se criam entre os dois grupos nestes ambientes de trabalho. A nossa atenção, como é óbvio e no quadro dos instrumentos metodológicos que serão utilizados, será virada para os angolanos, no sentido de sabermos a partir destes, aquilo que esta presença estrangeira representa nas suas vidas e no seu meio sociocultural. Portanto, seja a população quanto a amostra, serão escolhidas exactamente a partir dos dois grupos profissionais, isto é no campo da saúde (médicos, enfermeiros e o pessoal administrativos) e da educação (professores, estudantes e o pessoal administrativo), que trabalham directamente com o grupo imigrante alvo.

6. 2 Justificação do estudo

Actualmente estima-se que cerca de 3% da população mundial resida fora do seu país de origem. Assiste-se a um aumento generalizado das migrações, fenómeno a que não serão estranhos os processos de globalização e as facilidades de comunicação e transportes, permitidas pelas novas tecnologias, ao mesmo tempo que se diversificam as origens e os destinos dos imigrantes e emigrantes.

Em Angola, tem-se também verificado a intensidade de fluxos migratórios, tanto a saída como a entrada de migrantes de diversas nacionalidades. Este é

um fenómeno que se prende com a existência de grandes disparidades ou assimetrias entre países. O fenómeno migratório pode ser provocado por factores económicos, ecológicos ou ambientais, políticos, bélicos ou por uma conjugação de tantos factores desta natureza.

A dinâmica migratória em Angola tem verificado diversas vicissitudes, atendendo aos diferentes períodos históricos que o país conheceu, as quais estariam na base das migrações seja no que diz respeito à movimento das entradas quando àquele das saídas de pessoas no campo internacional. Isto para não falarmos dos movimentos migratórios no interior do próprio país, como foi o caso de milhões de deslocados que a história de Angola registou nos últimos do conflito civil. Actualmente, em função da estabilidade que o país vai tendo nos vários domínios, fruto do fim do conflito, marcado pelos acordos de paz em 2002, o país tem de facto conhecido um extraordinário e crescente fluxo de imigração, marcado pela de chegada de imigrantes provenientes de diversas nacionalidades.

A necessidade de desenvolvimento do país, nos diversos sectores da vida económica, social e política, nesta era pós guerra, levou o governo a encetar políticas de cooperação com vários países do mundo, o que tem estado na base da chegada de vários técnicos estrangeiros. É exactamente nesta base que se enquadram os imigrantes e técnicos de nacionalidade cubana, que têm acorrido para Angola no intuito de colaborarem e prestarem serviços em vários sectores sociais, com particular incidência para os sectores da saúde e educação. De acordo com as nossas pesquisas, a entrada de cubanos em Angola e de modo particular na cidade do Sumbe tem sido exactamente fruto da assinatura de protocolos bilaterais entre os governos dos dois países (Angola e Cuba).

A presença de imigrantes cubanos e não só, tem levado ao contacto destes com as populações das sociedades de acolhimento. Mas este contacto, se tem estreitado com maior realce nos ambientes laborais, isto é, nos sectores em que os cubanos têm actuado com maior frequência em Angola, no caso vertente, os da educação e saúde. Esta interacção que a começar nos postos

laborais se tem estendido para outras esferas da vida entre os imigrantes cubanos e os cidadãos angolanos ou seja munícipes do Sumbe, tem originado influências culturais do ponto de vista bilateral e isto aumenta ou altera inclusive o próprio nível de percepção do “outro”, pois uma coisa é ouvir falar de uma pessoa e a outra é trabalhar e conviver directamente com ela, partilhando as mesmas alegrias ou e tristezas que o quotidiano reserva. Esta situação, como é óbvio, de forma directa ou indirecta, altera a própria mentalidade, extirpa preconceitos e estereótipos, enriquece o próprio modo de vida e ajuda no próprio processo da colocação da pessoa no mundo de hoje, na era da globalização. Cada um cria sempre uma certa imagem, um conceito mais aproximado à realidade em relação ao estado anterior. Os cubanos regressam para cuba com uma ideia mais clara daquilo que Angola e o Sumbe é e os angolanos de igual modo, ficam com uma ideia mais concertada daquilo que os cubanos são na realidade. Tudo isto cria sempre uma certa representação nas pessoas que interagem deste modo.

Para a presente investigação interessou-nos analisar as representações construídas pelos angolanos a respeito dos imigrantes cubanos.

6.3 Tipo de estudo

Com o presente estudo, realizamos uma investigação básica de tipo descritivo, utilizando uma metodologia quantitativa e qualitativa que nos permitiu recolher informações sobre as representações sociais que os angolanos têm dos cubanos. Partindo da questão de investigação, pretendemos descrever variáveis e grupos de sujeitos, explorar ou examinar relações entre variáveis e verificar hipóteses de causalidade (cf. Fortin, 1999, p. 133).

Neste tipo de estudo implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação, fazendo a recolha de dados que possibilitam comprovar as hipóteses ou responder a questões que lhe digam respeito, com base nos resultados dos inquéritos (questionário e entrevista).

6.4 Questão de partida e objectivos

A questão de partida para a nossa investigação foi a seguinte:

Quais são as representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos?

Objectivo geral:

Analisar as representações sociais que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos.

Objectivos específicos:

- ♦ Analisar as relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos.
- ♦ Avaliar as relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos.
- ♦ Analisar as influências que os imigrantes cubanos exercem na mudança de pensamento dos angolanos sobre os estrangeiros ou imigrantes.
- ♦ Identificar os constrangimentos e/ou dificuldades que têm tido nas inter-relações.
- ♦ Identificar os principais conteúdos que predominam as relações com os imigrantes.

6.5 População e amostra

A população da qual extraímos a amostra é composta pelo pessoal do Hospital Geral 17 de Setembro e do Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe. A população do ISCED é composta por 568 pessoas e a população do Hospital Geral 17 de Setembro é de 289 pessoas, perfazendo um universo total de 857.

Quanto à amostra, tivemos que trabalhar com pessoas que tenham convivido ou mantido contacto com os imigrantes cubanos, num período acima dos 2 anos. Consideramos que estes estejam em condições de efectuar uma análise mais objectiva sobre o papel, o significado, o impacto, a influência, em suma a representação social que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos nas suas vidas e nos seus contextos socioculturais.

Assim, na base dos critérios acima referidos, da população do ISCED/Sumbe, foi seleccionada uma amostra de 75 pessoas e da População do Hospital Geral 17 de Setembro seleccionamos uma amostra de 33 pessoas.

A técnica de amostragem utilizada, foi a não probabilística de conveniência. Tal como referem Carmo e Ferreira (1998) “na amostragem de conveniência utiliza-se um grupo de indivíduos que esteja disponível ou um grupo de voluntários” (p. 197). Assim, a nossa amostra foi constituída, por um lado, por um grupo de indivíduos que demonstraram disponibilidade e acessibilidade em participar da pesquisa, e do outro, consideramos exactamente o critério acima exposto, sobre a experiência de trabalho com o pessoal cubano nas duas instituições.

Utilizamos duas técnicas diferenciadas na recolha de dados, tendo em conta os objectivos que nos propusemos. Estas técnicas ou instrumentos foram o questionário e as entrevistas. Os questionários foram aplicados no ISCED do Sumbe e no Hospital 17 de Setembro. Neste sentido, foram distribuídos 40 questionários no Hospital dos quais foram respondidos 33. O número de questionários distribuídos no ISCED foi de 78 dos quais tivemos de volta 75 questionários compilados. Na totalidade os questionários foram respondidos por 108 pessoas, num universo de 857 pessoas.

Por outro lado, entrevistámos 15 pessoas, sendo 5 funcionários do Hospital Geral 17 de Setembro e 10 funcionários do ISCED/Sumbe.

6.6 Instrumentos de recolha de dados

Como já nos referimos atrás, utilizamos o inquérito por questionário e por entrevista. Utilizamos estes instrumentos atendendo o objectivo e a questão de partida do nosso trabalho.

Apoiamo-nos em Fortin (1999), segundo o qual “Os instrumentos de medida servem para colectar os dados que forneceram respostas às questões de investigação ou às hipóteses” (p. 134).

Para a obtenção dos resultados pretendidos, na construção do questionário tivemos em conta diversos critérios, todos de igual importância como: “o tipo de dados pretendidos”; “a flexibilidade das respostas”, “o tempo para

preenchimento”; “as distorções potenciais das respostas”; e “a facilidade de atribuição de cotações” (cfr. Tuckman, 1994, p. 324-325).

O inquérito por questionário (anexo nº V) foi aplicado a 108 indivíduos, pertencentes as duas instituições, onde fizemos o nosso estudo. De salientar que no mesmo se destacam os seguintes elementos:

Apresentação do estudo, onde está patente o objectivo, a solicitação da colaboração dos inquiridos em preencher os questionários;

Perguntas de identificação, com destaque a idade, sexo, nível de escolaridade, grupo etnolinguístico e tempo de residência no Sumbe;

Perguntas de informação, que têm por objectivo colher dados sobre factos e opiniões dos inquiridos, com realce àquelas que poderiam dar-nos informações sobre as representações sociais dos sumbenses sobre os imigrantes cubanos, como: nível de aceitação dos imigrantes cubanos; conteúdos predominantes nos contactos entre os dois grupos; principais áreas de actividade; inserção dos imigrantes cubanos na cultura angolana; contributo dos imigrantes cubanos e principais dificuldades nas relações entre os mesmos;

Zona muda, em que se busca informações aos inquiridos para saber deles o que as outras pessoas pensam sobre os imigrantes cubanos, ou seja, que representações os outros têm.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a entrevista é “ utilizada para recolher dados descritivos do próprio sujeito” (p. 134). Os mesmos autores acrescentam que o seu carácter flexível “permite aos sujeitos responderem de acordo com a sua perspectiva pessoal” (p. 134), e tomar a direcção que quiserem para representarem o que têm para dizer.

Utilizou-se uma entrevista semi-directiva, que segundo Quivy e Campenhoudt (1989), citado por Rocha-Trindade (1995), que reúne algumas características das entrevistas estruturadas e não estruturadas. Na entrevista semi-directiva, o investigador estabelece previamente um guião com perguntas abertas e flexíveis que submete ao entrevistado durante uma conversa amigável e tanto quanto possível informal (p. 119).

O inquérito por entrevista, foi igualmente aplicado aos dois grupos de estudo. Para tal elaborou-se um guião de entrevista (anexo nº VI), onde se espelham os objectivos do mesmo, conta com uma parte da legitimação onde se faz um

esclarecimento, sensibilização para a participação e garantir o anonimato; dados sociodemográficos, conhecimento e conteúdos, comportamento, integração, dificuldades e uma zona muda. De referir que no guião de entrevista se indicam os blocos, os objectivos e as respectivas questões.

Depois da construção do guião da entrevista, no sentido de proceder à sua validação, optou-se por proceder a um pré-teste com duas entrevistas exploratórias, a pessoas com características iguais ou aproximadas ao grupo alvo, para garantir que o instrumento de colheita de dados se ajustasse, ao que se pretendia estudar. Com os resultados do pré-teste, fizeram-se algumas alterações. De forma geral considerou-se que as perguntas constantes no guião respondiam aos objectivos traçados.

As entrevistas foram realizadas de 15 a 21 de Novembro de 2013, com uma duração entre 23 a 30 minutos.

Na aplicação dos dois instrumentos, foram consideradas e respeitadas, as normas éticas e deontológicas que necessariamente fazem parte da elaboração de um estudo de investigação. Assim, fez-se uma solicitação por escrito as instituições onde foram realizadas a pesquisa (cf. anexo nº VII), de onde obtivemos respostas de autorização de realização da mesma (cf. anexo nº VIII).

Todos os entrevistados no primeiro contacto, foram devidamente informados dos objectivos e finalidade do estudo, a utilização de gravador, tendo consentido a execução das entrevistas. Torna-se necessário esclarecer que apenas três entrevistas foram gravadas as restantes a pedido dos entrevistados não aceitaram gravação, tivemos que fazer anotações, o que não constituiu impedimento para a persecução com êxitos os objectivos pretendidos.

6.7 Análise de dados

Os dados obtidos foram alvos de tratamento dos métodos de análise, que se basearam em duas grandes áreas, a análise estatística dos dados e a análise de conteúdo.

6.7.1 Análise quantitativa

Para a análise estatística dos dados utilizamos o programa informático “*Statistical Package for the Social Sciences*”, (SPSS, versão 21 for Windows). Nem todas as perguntas do questionário foram objecto de tratamento de análise estatística, devido ao seu carácter, isto é, serem perguntas abertas.

6.7.2 Análise qualitativa

Segundo Rocha-Trindade (1995), “tanto as informações recolhidas através de entrevistas como a documentação eventualmente recolhida pelo investigador no percurso da pesquisa, poderão ser objecto de uma análise de conteúdo”. A mesma autora acrescenta dizendo que, “os domínios de aplicação desta técnica são variados, podendo assumir um carácter quantitativo ou qualitativo, dependendo dos objectivos da investigação” (p. 122).

Berelson (s.d), citado por Bardin (1977, p. 19), considera que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação”.

O autor acima referenciado por Bardin (1977), considera que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação” (p. 19).

Pormenorizando, de acordo com Carmo e Ferreira (1998) a análise de conteúdo deverá respeitar diversos critérios, como ser “objectiva, devendo ser efectuada de acordo com determinadas regras e obedecer a instruções claras e precisas, para que investigadores diferentes, trabalhando o mesmo conteúdo, possam obter os mesmos resultados” (p. 251). Ainda, segundo os mesmos autores, deverá também ser “sistemática, porque a totalidade do conteúdo deverá ser ordenado e integrado em categorias previamente escolhidas em função dos objectivos que o investigadores quer atingir”, e finalmente ser “quantitativa, uma vez que na maior parte das vezes é calculada a frequência dos elementos considerados significativos” (p. 251).

Utilizamos o método de análise de conteúdo com os resultados das entrevistas, pela “possibilidade de tratar de forma metódica informações” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 225), produzindo inferências sobre as representações dos angolanos sobre os imigrantes cubanos.

Capítulo VII. Apresentação dos Resultados

7.1 Resultados do questionário

Vamos em seguida apresentar os resultados obtidos através do questionário aplicado a 108 indivíduos.

Faixa etária

Tabela nº 1 Faixa etária

Grupo Etário	Frequência	Percentag.	Percent. Válida	Percentagem Cumulativa
18-22	2	1,9	1,9	1,9
23-27	38	35,2	35,2	37,0
28-32	26	24,1	24,1	61,1
33-37	16	14,8	14,8	75,9
38-42	7	6,5	6,5	82,4
43-52	15	13,9	13,9	96,3
mais de 53 anos	4	3,7	3,7	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Através da tabela nº 1 acima, podemos verificar que as faixas etárias dos inquiridos vão dos 18-22 anos aos mais de 53 anos de idade, sendo que encontrámos 2 pessoas na faixa etária dos 18-22 anos, 38 pessoas dos 23-27 anos, 26 pessoas dos 28-32 anos, 16 pessoas dos 33-37 anos, 7 pessoas dos 38-42 anos, 15 pessoas dos 43-52 anos e 4 pessoas com mais de 53 anos. Como se pode constatar a faixa etária mais representada é a dos 23-27 anos, que constitui a moda, a seguir vem a faixa etária dos 28-32 anos ao passo que a faixa etária menos representada é a dos 18-22 anos, seguido da faixa etária com mais de 53 anos.

Sexo

Tabela nº 2 Sexo

	Frequência	Percentagem	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Feminino	44	40,7	40,7	40,7
Masculino	64	59,3	59,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Através da tabela nº2, verificámos que a distribuição dos respondentes por sexo apresenta uma certa discrepância, que atribui uma certa vantagem aos homens, pelo facto de 64 que correspondem a 59,3% serem homens enquanto 44 que correspondem a 40.7% são mulheres.

Habilitações literárias

Tabela nº 3 Habilitações literárias

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
I ciclo	3	2,8	2,8	2,8
II ciclo	7	6,5	6,5	9,3
1 Ano universitário	2	1,9	1,9	11,1
2 Ano universitário	7	6,5	6,5	17,6
3 Ano universitário	55	50,9	50,9	68,5
4 Ano universitário	26	24,1	24,1	92,6
Licenciado	6	5,6	5,6	98,1
Mestre	1	,9	,9	99,1
Doutor	1	,9	,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Como se pode constatar da tabela acima, os níveis de escolaridade vão do Primeiro Ciclo ao Ensino Superior. Notamos que o grupo mais representado com 55 pessoas que correspondem a 50,9% são do 3º ano universitário ao passo que os grupos menos representados são os dos mestres e doutores com 1 pessoa respectivamente, correspondendo 0,9% a cada grupo.

Naturalidade

Esta foi uma pergunta colocada aos inquiridos. Em relação a questão que procurava saber sobre a naturalidade dos inquiridos, constatamos das respostas a presença de 6 províncias, sendo Huambo com 1, Luanda, Huila e Uíge com 2 respectivamente, Benguela com 7 e os restantes pertencem aos diversos municípios da província do Kwanza Sul, com principal destaque para o município do Sumbe com 40, seguido pelo município de Cassongue com 11, o município do Amboim com 9, o município do Porto Amboim com 7 e o

município da Cela também com 7, o município do Seles com 6, o município da Conda com 5, os municípios da Quibala e do Ebo com 3 respectivamente e Quilenda, Mussende e Libolo com apenas 1 respectivamente.

Grupo etnolinguístico

Tendo em conta a naturalidade dos inquiridos (município e província), encontramos três grandes grupos etnolinguísticos, nomeadamente Quimbundo, Umbundo e o Bacongo, com as suas diversas variantes para os dois primeiros.

Tempo de residência no Sumbe

O tempo de residência no município do Sumbe, ronda entre os 5 os 43 anos, o que indica que vivem ali há um tempo que consideramos suficiente para aquilo que nos interessa neste processo de investigação. De salientar que a grande maioria, tal como ficou plasmado na questão sobre a naturalidade, é constituída por pessoas naturais mesmo do município do Sumbe.

Lugares de contacto com os imigrantes cubanos

Quanto aos lugares de contacto com os imigrantes cubanos, 82 pessoas apontaram a escola como local onde têm tido mais contacto com eles; 76 pessoas apontaram o hospital como local de contacto. A casa ou residência e o restaurante foram os locais menos assinalados pelos inquiridos, pois apenas 3 apontaram a casa e 2 o restaurante. Portanto, a escola e o hospital são os locais de destaque.

Nível de conhecimento

Quanto ao nível de conhecimentos que os inquiridos têm sobre os imigrantes cubanos, nos aspectos apresentados, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela nº 4 Cultura

	Frequência	Percentagem em	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	15	13,9	15,8	15,8
Bom	58	53,7	61,1	76,8
Regular	21	19,4	22,1	98,9
Mau	1	,9	1,1	100,0
Total	95	88,0	100,0	
Não responderam	13	12,0		
Total	108	100,0		

Em relação ao nível de conhecimentos sobre a cultura dos imigrantes cubanos, de acordo com a tabela nº 5, os 95 que responderam a este aspecto fazem a seguinte avaliação; 58 inquiridos avaliam-na de bom, correspondendo a 53,7%, o que perfaz a maior frequência, ao passo que a menor corresponde a mau com 1 correspondendo a 0,9%. A média (cfr. Tabela nº 5 em anexo IX) é de 2,08, fixada em bom, o que indica que possuem um nível de conhecimento aceitável sobre a cultura dos imigrantes cubanos.

Tabela nº 6 Tradições

	Frequência	Percentagem em	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	5	4,6	5,9	5,9
Bom	47	43,5	55,3	61,2
Regular	30	27,8	35,3	96,5
Mau	3	2,8	3,5	100,0
Total	85	78,7	100,0	
Não responderam	23	21,3		
Total	108	100,0		

Em relação ao nível de conhecimentos sobre as tradições dos imigrantes cubanos, de acordo a tabela nº 6, constatamos, que a maior frequência vai para bom com 47, o que corresponde a 43,5%; 30 pessoas consideraram o regular o nível de conhecimento, o que corresponde a 27,8%, ao passo que a menor frequência vai para mau com 3 que correspondendo a 2,8%. A média (cf. Tabela nº 5 em anexo) é de 2,36 fixada entre bom e regular, com mais inclinação para regular, o que indica que possuem um nível de conhecimento regular sobre as tradições dos imigrantes cubanos.

Tabela nº 7 Religião

	Frequência	Percentagem	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	2	1,9	2,6	2,6
Bom	23	21,3	29,5	32,1
Regular	41	38,0	52,6	84,6
Mau	12	11,1	15,4	100,0
Total	78	72,2	100,0	
Não responderam	30	27,8		
Total	108	100,0		

Em relação ao nível de conhecimentos sobre a religião dos imigrantes cubanos verificamos de acordo com a tabela nº 7, que 41 inquiridos afirmaram que eram regulares ao passo que 2 afirmaram que eram muito bons. A média (cfr. Tabela nº 5 em anexo) é de 2,81, o que pressupõem que o nível de conhecimentos sobre a religião dos imigrantes é regular.

Tabela nº 8 Normas Familiares

	Frequência	Percentagem	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	13	12,0	15,9	15,9
Bom	40	37,0	48,8	64,6
Regular	26	24,1	31,7	96,3
Mau	3	2,8	3,7	100,0
Total	82	75,9	100,0	
Não responderam	26	24,1		
Total	108	100,0		

Em relação as normas familiares, obtivemos os seguintes resultados de acordo com a tabela nº 8. Das 82 respostas a maior frequência foi de 40 pessoas que assinalaram bom correspondendo a 37%, ao passo que a menor frequência é de 3, o que corresponde apenas a 2,8%. A média (cf. Tabela nº 5 em anexo) é de 2,23, que pressupõe que o nível de conhecimentos que os angolanos têm dos imigrantes cubanos sobre as normas familiares é bom.

Tabela nº 9 Causas da imigração

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		em	Valida	Cumulativa
Muito bom	18	16,7	21,2	21,2
Bom	45	41,7	52,9	74,1
Regular	20	18,5	23,5	97,6
Mau	2	1,9	2,4	100,0
Total	85	78,7	100,0	
Não responderam	23	21,3		
Total	108	100,0		

Em relação as causas da imigração, obtivemos os seguintes resultados de acordo com a tabela nº 9: Das 85 respostas, a maioria (45) assinalou na categoria bom, o que corresponde a 41,7% ao passo que a minoria (2) assinalou em mau, que corresponde a 1,9%. A média (cf. Tabela nº 5 em anexo) é de 2,07, o que indica que o nível de conhecimentos que os angolanos têm dos imigrantes cubanos sobre as causas da imigração é bom.

Tabela nº 10 Política

	Frequência	Percentagem	Percentagem	Percentagem
		em	Valida	Cumulativa
Muito bom	12	11,1	15,2	15,2
Bom	33	30,6	41,8	57,0
Regular	33	30,6	41,8	98,7
Mau	1	,9	1,3	100,0
Total	79	73,1	100,0	
Não responderam	29	26,9		
Total	108	100,0		

Em relação a política, os resultados segundo a tabela nº 10, foram os seguintes: a maior frequência coincidentemente é de 33 para os indicadores de bom e regular, correspondendo a 30,6% respectivamente, ao passo que, a menor frequência é de 1 para o indicador de mau que corresponde a 0,9%. A média (cf. Tabela nº 5 em anexo) é de 2,29, o que dá a entender que o nível de

conhecimentos que os angolanos têm dos imigrantes cubanos sobre a política é bom.

Tabela nº 11 Modo de vida

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	13	12,0	14,0	14,0
Bom	37	34,3	39,8	53,8
Regular	34	31,5	36,6	90,3
Mau	9	8,3	9,7	100,0
Total	93	86,1	100,0	
Não responderam	15	13,9		
Total	108	100,0		

Em relação ao modo de vida, segundo a tabela nº 11, tivemos os seguintes resultados: a maior frequência vai para bom com 37 respostas, o que correspondem a 34,3% ao passo que a menor frequência vai para mau com 9, correspondendo a 8,3%. A média (cf. Tabela nº5 em anexo) é de 2,42 que pressupõe que o nível de conhecimentos que os angolanos têm dos imigrantes cubanos sobre o modo de vida é bom.

Atitude dos angolanos face a influência dos valores dos imigrantes Cubanos

Tabela nº 12 Atitudes dos angolanos face a influência dos valores dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito boa	33	30,6	30,6	30,6
Boa	55	50,9	50,9	81,5
Regular	20	18,5	18,5	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Como se pode verificar na tabela nº 12, a maioria dos nossos respondentes (55) consideraram boa a atitude dos angolanos face influencia dos valores dos

imigrantes cubanos o que corresponde a 50,9%; Outros respondentes consideraram-na muito boa correspondendo a 30,6% e olhando para a tabela nº 13 (em anexo nº X), constatamos que a média é de 1,88. Podemos depreender dos resultados que a atitude dos angolanos face a influência da cultura e de valores dos imigrantes cubanos na sociedade angolana é boa, o que indica que existe uma boa e saudável convivência entre os dois grupos.

Nível de aceitação dos imigrantes cubanos

Tabela nº 14 Nível de aceitação dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Muito bom	48	44,4	44,4	44,4
Bom	55	50,9	50,9	95,4
Regular	5	4,6	4,6	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Segundo os resultados constantes na tabela nº 14 verifica-se uma correlação dos resultados nas duas primeiras opções com ligeiras vantagens para a opção de boa com 50,9%. A média (cf. Tabela nº13 em anexo nº X.) é de 1.60, o que indica que o nível de aceitação dos imigrantes cubanos está entre muito bom e bom, com ligeira tendência para bom, ou seja, os imigrantes cubanos são bem aceites na sociedade angolana.

Conteúdo das relações

Tabela nº 15 Conteúdos das relações

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Profissional	93	86,1	86,9	86,9
Familiares	1	,9	,9	87,9
Amizade	11	10,2	10,3	98,1
Colaboração	2	1,9	1,9	100,0
Total	107	99,1	100,0	
Não respondeu	1	,9		
Total	108	100,0		

Quanto aos conteúdos predominantes nas relações entre os angolanos e os imigrantes cubanos, segundo os resultados constantes na tabela nº 15, a maior

frequência vai para os profissionais com 94 respondentes o que corresponde a 86,1%, seguido da amizade com 11 respondentes o que perfaz 10,2%. Vem depois a colaboração com 2 respondentes que corresponde a 1,9% e finalmente os conteúdos familiares com 1 respondente, correspondendo a 0,9%. O resultado aqui apresentado coincide com os resultados da pergunta nº 7 sobre os locais de contactos que segundo os respondentes têm sido no de trabalho, isto é, escola e hospital.

Dificuldades nos contactos

Questionados sobre as dificuldades que têm encontrado nos contactos com os imigrantes cubanos, os respondentes apontaram para a língua com 69 respostas o que corresponde a 63,8% e a escrita com 3 respostas, que corresponde a 2,7%, os restantes 36, que corresponde a 33,3% afirmaram que não encontram dificuldades.

Tabela nº 16 Dificuldades nos contatos		
Razões	Respostas	%
Língua	69	63,8
Escrita	3	2,7
Sem dificuldades	36	33,3

Áreas de actividades onde estão inseridos

Tabela nº 17 Áreas de actividades onde estão inseridos						
	Saúde	Educação	Construção	Empresarial	Hotelaria	Outras
Assinalaram	96	86	2	3	3	0
N/Assinalaram	12	22	106	105	105	108

Questionados sobre as principais áreas onde os imigrantes cubanos estão inseridos, de acordo os resultados constantes na tabela acima, constatamos que os nossos respondentes assinalaram o sector da saúde com 96, correspondendo a 88,9%, seguido pelo sector da educação com 86, correspondendo a 79,6%, os sectores empresarial com 3 correspondendo a

2,8%, hoteleiro com 3 respondentes, correspondendo a 2,8% e o da construção que foi assinalado por 2 pessoas, correspondendo a 1,9%. Os dados percentuais podem ser conferidos nas tabelas nº 18, 19, 20, 21 e 22 (Anexo nº XI). Com base nos resultados podemos depreender que, as áreas com maior inserção de imigrantes cubanos são as da saúde e educação.

Indicadores que identificam os imigrantes cubanos

Quanto aos indicadores que mais identificam os imigrantes cubanos, nos aspectos apresentados, obtivemos os seguintes resultados:

Em relação ao primeiro indicador (conflituosos, cf. Tabela nº 23 em anexo nº XII), dos 108 respondentes apenas 1, que corresponde a 0,9% os identifica como conflituosos.

No que tange ao segundo indicador (brancos cf. Tabela nº 24 em anexo nº XII), dos 108 inqueridos 41 respondentes que corresponde a 38% os identificaram como sendo brancos.

Quanto ao terceiro indicador (racistas cf. Tabela nº 25 em anexo nº XII), dos 108 respondentes apenas 2, que correspondem a 1,9% os identificam como sendo racistas.

Em relação ao quarto indicador (mulatos cf. Tabela nº 26 em anexo nº XII), dos 108 inqueridos 19, que correspondem a 17,6% os identificaram como sendo mulatos.

No que concerne ao quinto indicados (acolhedores cf. Tabela nº 27 em anexo nº XII), dos 108 inqueridos, 67 o que corresponde a 62% os identificaram como sendo acolhedores.

Quanto ao sexto indicador (unidos cf. Tabela nº 28 em anexo nº XII), dos 108 inqueridos, 81 que correspondem a 75% consideram-nos de unidos.

No que concerne ao sétimo indicador (preconceituosos), nenhum dos nossos respondentes assinalou este indicador, o mesmo aconteceu com o décimo primeiro indicador (pouco trabalhadores).

Em relação ao oitavo indicador (negros cf. Tabela nº 29 em anexo nº XII), dos 108 inqueridos, 14 que correspondem a 13% consideram-nos de negros.

Quanto ao nono indicador (religiosos cf. Tabela nº 30 em anexo nº XII), dos 108 inquiridos, 8 que correspondem 7,4% consideram-nos de religiosos.

Em relação ao décimo indicador (solidários cf. Tabela nº 31 em anexo nº XII), dos 108 inquiridos, 75 que correspondem a 69,4% consideram-nos de solidários.

Quanto ao décimo segundo indicador (respeito à cultura angolana cf. Tabela nº 32 em anexo nº XII), dos 108 inquiridos, 88 que correspondem a 81,5% afirmaram que os imigrantes cubanos respeitam a cultura dos angolanos.

Em relação ao décimo terceiro indicador (não compartilham seus bens cf. Tabela nº 33 em anexo nº XII), dos 108 inquiridos apenas 7 que correspondem a 6,5%, disseram que os imigrantes cubanos não compartilham os seus bens.

Os resultados acima descritos, dão-nos uma ideia geral de que os angolanos atribuem aos imigrantes cubanos representações positivas, apesar de alguns apontarem para aspectos negativos. Contudo se olharmos para as percentagens que as tabelas nos apresentam dá muito bem para compreender a insignificância do número daqueles que criaram representações negativas.

Significados que atribuem aos conceitos

Para o conceito de Cuba, os inquiridos atribuíram os seguintes significados: país, nação, fraternidade, determinação, saúde, educação e unidade. Para o conceito cubano, os inquiridos atribuíram os seguintes significados: trabalhador, solidário, companheiro, patriota, honesto, amigo, camaradagem, enfermeiro, professor e pacientes.

Olhando para os significados que atribuem aos dois conceitos em causa, constatamos que existe uma simbiose com as questões anteriores, principalmente com a décima quarta questão sobre os indicadores que mais identificam os imigrantes cubanos e, a oitava sobre o nível de conhecimentos.

Inserção dos imigrantes cubanos

Tabela nº 34 Inserção dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Completa	12	11,1	11,1	11,1
Parcial	88	81,5	81,5	92,6
Incompleta	8	7,4	7,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Como podemos constatar na tabela nº 34, no que diz respeito à inserção dos imigrantes cubanos, a maior frequência vai para parcial com 88 respostas, que correspondem a 81,5% e a menor frequência vai para incompleta com 8 respostas, que correspondem 7,4%. Os resultados levam-nos a deduzir que a inserção dos cubanos na sociedade angolana é parcial, ou seja, existe uma certa influência da cultura angolana à cultura dos imigrantes cubanos.

Relações entre os angolanos e os imigrantes cubanos

Tabela nº 35 Relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito boas	36	33,3	33,3	33,3
Boas	64	59,3	59,3	92,6
Regulares	8	7,4	7,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Procuramos saber dos nossos inquiridos sobre a classificação que atribuem às relações dos angolanos com os imigrantes cubanos. A maior percentagem é de 59,3% com 64 respostas dos que consideraram “boas” as relações entre os angolanos e os cubanos, seguido de muito boas com a frequência de 36, correspondendo a 33,3%. A menor percentagem é de 7,4% com 8 respostas que corresponde a regular, como mostram os resultados pasmados na tabela nº 34. De acordo a média exposta na tabela nº 36, em anexo nº XIII, para a questão em análise ela é de 1,74, situando-se entre o muito boa e boa, com fortes tendências para boa. O que nos leva a afirmar que as relações entre os dois grupos são boas.

Influência dos imigrantes cubanos

Tabela nº 37 Influência dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito bom	22	20,4	20,4	20,4
Bom	65	60,2	60,2	80,6
Regular	21	19,4	19,4	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Quanto a questão sobre a influência que os imigrantes cubanos exercem sobre os angolanos na convivência em sociedades multiculturais, obtivemos os seguintes resultados: dos inquiridos, 60,2% consideraram-na boa, enquanto nas duas restantes opções verificou-se um certo equilíbrio, pois 20,4% apontaram para muito boa ao passo que 19,4 apontou para regular, como se pode constatar na tabela nº 36. Olhando para a média de 1,99 expressa na tabela nº 35 em anexo, podemos afirmar que a influência que os imigrantes cubanos exercem sobre os angolanos é boa e positiva para uma salutar convivência entre as pessoas, numa sociedade multicultural como é a do Sumbe, com a existência de pessoas de várias nacionalidades e de vários grupos etnolinguísticos, tal como abordamos mais acima.

Contributo dos imigrantes cubanos.

Tabela nº 38 Contributo dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Muito Bom	46	42,6	42,6	42,6
Bom	53	49,1	49,1	91,7
Regular	9	8,3	8,3	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Procuramos saber dos nossos inquiridos sobre o contributo dos imigrantes cubanos nos diversos sectores de actividades onde estão inseridos. De acordo os resultados constantes na tabela nº 38, constatamos que a maior frequência é de 53 (bom) que correspondem a 49,1%, seguido de 46 (muito bom) que corresponde a 42,6% e, 9 (regular) que corresponde a 8,3%. A média é de 1,66, de acordo os resultados constantes na tabela nº 36, o que significa que

os imigrantes cubanos têm exercido as suas tarefas e/ou profissões com zelo e dedicação para a satisfação dos angolanos.

O que as outras pessoas pensam sobre a prestação de serviços dos imigrantes cubanos

Procuramos saber na questão número vinte o que os nossos respondentes acham que as outras pessoas pensam sobre a prestação de serviços dos imigrantes cubanos. A maioria dos respondentes afirmou que era boa e outros que era muito boa, coincidindo com o resultado da questão anterior, na qual a prestação de serviços dos imigrantes cubanos foi considerada boa.

O que os outros pensam sobre comportamento dos imigrantes cubanos

Tabela nº 39 Comportamento dos imigrantes cubanos

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Positivo	107	99,1	99,1	99,1
Negativos	1	,9	,9	100,0
Total	108	100,0	100,0	

Como podemos constatar na tabela n 39, 107 respondentes consideraram positivo o que os outros pensam sobre o comportamento dos imigrantes cubanos, correspondendo a 99,1% ao passo que 1 respondente assinalou-o negativo correspondendo a 0,9%. O resultado leva-nos a concluir que as outras pessoas consideram positivo o comportamento dos imigrantes cubanos.

Principais qualidades que outras pessoas apreciam nos imigrantes cubanos

Quanto as principais qualidades que eles acham que as outras pessoas apreciam mais nos imigrantes cubanos, foram apontas as seguintes: atenção, responsabilidade, pontualidade, solidariedade, amor ao próximo, trabalhadores, simplicidade e humildade.

7.2 Resultados das entrevistas

Vamos em seguida apresentar os resultados das entrevistas aplicadas a 15 pessoas, sendo 10 do ISCED/Sumbe e 5 do Hospital Geral 17 de Setembro. Trabalhamos com o pessoal administrativo e pessoal de serviços de base, com

excepção da entrevista *E15*, que é uma técnica que auxilia os médicos nas consultas externas. As entrevistas foram transcritas e apresentadas em anexo nº XIV. A seguir apresentamos as características dos mesmos.

Faixa etária

Tabela nº 40 Faixa etária

Grupo etário	Frequência	Porcentagem
30-34	3	20%
35-39	3	20%
45-49	6	40%
50-54	3	20%
Total	15	100%

Como podemos observar, todos os nossos respondentes estão acima dos trinta anos, sendo a faixa etária mais representada a dos 45 - 49 anos de idade correspondendo a 40% e os restantes grupos etários com o mesmo número de respondentes (3) e as mesmas percentagens (20%).

Sexo

Tabela nº 41 Sexo

Sexo	Frequência	Porcentagem
Masculino	4	26,7
Feminino	11	73,3%
Total	15	100%

Como podemos constatar, a maioria dos nossos entrevistados é do sexo feminino, com frequência de 11, correspondendo a 73,3% e a minoria é do sexo masculino, com frequência de 4 correspondendo a 26,7%. Verificamos que as mulheres foram as que mais mostraram disponibilidade em relação aos homens naturalmente.

Habilitações literárias

Tabela nº 42 Habilitações literárias

	Frequência	Percentagem
4ª Classe	3	20%
6ª Classe	2	13,3%
8ª Classe	1	6,6%
11ª Classe	1	6,6%
12ª Classe	3	20%
1ª Ano Universitário	1	6,6%
2ª Ano Universitário	1	6,6%
3ª Ano Universitário	1	6,6%
Licenciatura	2	13,3%
Total	15	100%

Observando a tabela acima vemos que as habilitações literárias dos nossos entrevistados variam da 4ª classe à licenciatura, sendo a maior frequência para a 4ª classe e a 12ª classe.

Áreas de trabalho

As áreas de trabalho dos nossos entrevistados são diversas. Assim, temos os que trabalham como auxiliares de limpeza, como são os casos da E1, E3, E9 e E10; lavandaria, o caso da E2; secretaria académica os casos da E4, E7; secretaria administrativos os casos da E5, E11, E12 e E13; Risográfica o caso da E6; património o caso da E8; acção médica caso da E14 e consultas externas o caso da E15.

Grupo etnolinguístico

Os nossos entrevistados pertencem aos seguintes grupos etnolinguísticos: kimbundu E1, E2, E3, E5, E8, E9, E12, E13 e E15; umbundu E4, E6, E10 e E14 E11; Tchokwe E7. A maioria dos nossos entrevistados pertencem ao grupo etnolinguístico kimbundu e apenas um é tchokwe.

Naturalidade

Quanto a naturalidade os nossos entrevistados são as seguintes: Sumbe E1, Conda E2, E6 e E11, Seles E3 e E14, Bailundo (Huambo) E4, Mussende E5, Luena (Moxico) E7, Porto Amboim E8 e E13, Gabela E9, Kassongue E10, Ebo E12 e Cela E15.

Tempo de residência

Em relação ao tempo de residência dos nossos entrevistados obtivemos os seguintes resultados; mais de 35 anos (E1), 30 anos (E2 e 12), 20 anos (E3), 15 anos (E4, E5 e E7), 27 anos (E6, 11), 34 anos (E8), 38 anos (E9), 28 anos (E10 e E13 e E14) e 13 anos (E15). Como podemos constatar dos resultados o tempo de residência vai dos 13 anos aos mais de 35 anos.

Motivos da imigração

Os nossos entrevistados questionados sobre os motivos da imigração cubana para Angola evocaram maioritariamente a procura de melhores condições de vida, e outros disseram que era para ajudar Angola e outros ainda apontaram para o trabalho e dificuldades no país deles.

Tempo de contacto com imigrantes cubanos

Em relação ao tempo de contacto que os nossos entrevistados têm com os imigrantes cubanos, obtivemos os seguintes resultados: 11 anos (E1, E5, E11, 12 e 13), 8 anos (E2, E8, E14 e E15), 9 anos (E3, E8, E9 e E10), 3 anos (E4), 10 anos (E7). Como podemos ver o tempo mínimo de contacto com os imigrantes cubanos é de 3 anos e o tempo máximo é de 11 anos. Contudo, alguns dos nossos entrevistados disseram que já tiveram contacto com os imigrantes cubanos durante o tempo de guerra, como instrutores, professores e companheiros de trincheira, (cf. entrevistas) E4, E7, E8, 12 e E13.

Circunstâncias de contactos

Relativamente às circunstâncias em que os nossos inquiridos têm tido contacto com os imigrantes cubanos, eles apontaram para o local de trabalho, isto é, a escola e o hospital. Foi verificada uma certa reciprocidade na indicação das circunstâncias, entre os entrevistados do ISCED que também indicaram o hospital como local de contacto com os imigrantes cubanos e os do hospital que também indicaram a escola. Uma excepção apenas foi verificada com a entrevista E7, que acrescentou ter tido contacto com os imigrantes quando estava a fazer o ensino de base e na vida militar.

Conhecimento sobre os imigrantes cubanos

Em relação à questão sobre os conhecimentos que os entrevistados têm sobre os imigrantes cubanos, os nossos respondentes na sua maioria afirmaram

terem conhecimentos regulares (E1, E2, E3, E4, E6, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14 e E15) e a minoria disseram bom (E5, E7).

Impressão antes do contacto

Os nossos entrevistados, questionados sobre a impressão que tinham dos imigrantes cubanos antes do contacto com os mesmos, afirmaram que ouviam falar dos imigrantes sobre a sua participação no conflito armado, que eram bons camaradas, amigos, boas pessoas, trabalhadores e simpáticos.

Imagem que têm sobre os imigrantes

A imagem que os nossos respondentes têm quando ouvem falar dos imigrantes cubanos, associam-na a: professores, médicos, trabalhadores, simpáticos e alegres.

Qualidade das relações

De uma forma geral a qualidade das relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos é boa, de acordo as respostas dadas pelos nossos entrevistados.

Em relação à influência que essas relações exercem no contacto com outros imigrantes, consideraram-na boa, pois, na opinião deles, facilita a compreensão do “outro”, numa sociedade cada vez mais multicultural.

Principais conteúdos

Perguntados sobre os principais conteúdos que dominam os contactos entre os dois grupos, indicaram os seguintes: profissionais, culturais, familiares, experiência de vida e saúde.

Quanto às qualidades mais apreciadas nos imigrantes cubanos apontaram para o seguinte: pontualidade, maneira de ser, amizade, dedicação no trabalho, honestidade e solidariedade, ao passo que para as qualidades menos apreciadas, os nossos entrevistados não apontaram nenhuma.

Em relação a questão sobre o que as outras pessoas pensam sobre os imigrantes cubanos, a resposta vai de encontro ao que apontaram os respondentes do questionário. Segundo eles, os outros também têm uma boa apreciação dos imigrantes cubanos, ou seja, classificam-nos positivamente.

Quanto as dificuldades nos contactos com os imigrantes cubanos alguns disseram que não têm nenhuma dificuldade nos contactos (E2, E3, E7, E11, E12, E13, E14 e E15), outros disseram que têm tido algumas dificuldades na língua (E1, E4, E5, E6, E8, E9 e E10).

Os laços de amizade entre os dois grupos são considerados pelos nossos entrevistados de bons. Quanto a avaliação que fazem dos trabalhos dos imigrantes cubanos, para alguns é excelente (E7), muito bom (E1, E2, E3, E4, E5, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14 e E15) e bom (E6). De uma forma geral a avaliação que fazem é de muito bom.

Todos os nossos entrevistados foram unânimes em dizer que têm prestado o devido apoio no local de trabalho. Também foram unânimes em dizer não têm preconceitos.

Por último questionados sobre a aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos, todos eles são de opinião que os imigrantes são, de facto, bem aceites.

Capítulo VIII Discussão de resultados

Todas as interacções humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza. “O fato central sobre as interacções humanas, escreveu Asch (1953), é que elas são acontecimentos e estão psicologicamente representadas em cada um dos participantes” (como citado em Moscovici, 2009, p. 40).

Na verdade nós sabemos há muito tempo que todo o ser humano possui sua representação do mundo, que cada nação, cada esfera cultural supranacional vive, por assim dizer, em outro mundo diferente daquele que se circunda e nós sabemos que isto é assim para cada época histórica (cf. Moscovici, 2009, p. 185).

Fruto dos fluxos migratórios tem-se verificado um encontro de culturas em contextos socioculturais e históricos determinados, o que tem gerado a criação de representações sociais, que em seguida discutiremos.

Em qualquer estudo, a discussão de resultados torna-se fundamental, permitindo-nos sistematizar a informação recolhida, mas também destacar e evidenciar os resultados mais significativos e confrontá-los com todo o quadro teórico que suportou o estudo.

Esta fase permite-nos a procura de resposta à nossa questão de partida:

“Quais são as representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos”?

Bem como mobilizar os dados obtidos através das respostas dos inquiridos, para verificar as hipóteses que conduziram a pesquisa e sustentar de forma adequada os objectivos geral e específicos da própria e presente investigação. Deste modo, com a finalidade de dar resposta à nossa questão de partida de um lado e a verificação (confirmação ou não confirmação) das nossas hipóteses, utilizámos um inquérito por questionário e um inquérito por entrevista. Como afirmamos atrás a discussão será feita em torno das principais variáveis, havendo em alguns casos a possibilidade de agrupar duas ou mais variáveis, tendo em conta a relação entre elas. Segue-se a discussão dos resultados obtidos a partir dos dois instrumentos utilizados.

Grupo etnolinguístico

Ao discutirmos esta variável, torna-se necessário associa-la a outras, como naturalidade e tempo de residência.

De acordo com os resultados obtidos dos nossos inquiridos, constatamos que grande parte deles é do grupo etnolinguístico Kimbundu e umbundu, seguindo-se o grupo bakongo e tchokwe.

Quanto a naturalidade constatou-se que os inquiridos nasceram nos vários municípios da província do Kwanza - Sul, sendo o município do Sumbe o de maior representação, seguido dos outros municípios. De realçar também a presença de pessoas de outras províncias, com destaque para as províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Huila, Uíge e Moxico. Todos eles com excepção dos naturais do município do Sumbe, o tempo de residência neste município está acima dos três anos.

Os resultados indicam a existência de vários grupos etnolinguísticos, indiciando assim a existência de convivência interétnica.

Segundo Rocha-Trindade (1995), as relações interétnicas podem assumir diferentes características consoante o espaço onde se desenvolvem e são passíveis de ser analisadas ao longo de um *contínuun* que vai desde a coexistência harmoniosa (em que se verifica uma completa e aberta aceitação das diferenças) até ao conflito (que pressupõe uma mútua rejeição entre grupos étnicos diversificados) (p. 223).

Na sociedade em análise, das observações e das constatações feitas, foi possível ver que, de facto, não se tem verificado atitudes de rejeição de uns pelos outros, mas sim uma abertura, aceitação e convivência interétnica salutar.

Por sua vez George Simpson e Milton Yinger (1985), citados por Rocha-Trindade (1995), destacam seis situações - tipo que as relações interétnicas podem assumir, e que são susceptíveis de correr em determinadas sociedades numa determinada época: assimilação, pluralismo, protecção legal das minorias, transferências de população, subjugação instituída e extermínio ou genocídio, (tal como vêm citados por Rocha-Trindade, p. 223-225).

Os aspectos apontados, como foi bem referenciado pelos autores, ocorrem em circunstâncias determinadas pelo contexto de uma sociedade num período determinado. Assim, a situação - tipo que predomina nas relações interétnicas é o pluralismo.

O pluralismo na maioria das sociedades complexas existe em grupos étnicos diversos; de entre estes, as minorias possuem uma forte consciência de pertença e partilha cultural, ligada ao orgulho pelas suas origens. Cultivando a lealdade intergrupar, lutam pela manutenção da própria identidade e expressam uma grande resistência à assimilação (Rocha-Trindade, 1995, p.224).

Os autores acrescentam que, com resposta a esse posicionamento, o poder instituído pode adaptar políticas que visam o reconhecimento das diferenças e a tolerância pela diversidade dos grupos étnicos que integram a sociedade, enveredando por aquilo que se costuma denominar por pluralismo cultural. Trata-se de uma forma de conservação das identidades socioculturais, em que maiorias e minorias encontram formas de acomodação mútuas, face as diferenças dos indivíduos e dos grupos que a constituem (Rocha-Trindade, 1995, p.224).

Nível de conhecimento

Para sabermos do nível de conhecimento que os nossos inquiridos possuem sobre os imigrantes cubanos, utilizamos 7 indicadores (cultura, tradições, religião, normas familiares, causas da imigração, política e modo de vida), em que os respondentes deveriam atribuir a avaliação de muito bom, bom, regular e má. Por cada uma das opções obtivemos resultados diferentes mas com uma

certa aproximação, se olharmos na média sobre o nível de conhecimento em anexo, onde a média mínima é de 2.07, o que indica maior conhecimento da parte dos inquiridos sobre as causas da imigração cubana. Segundo os nossos entrevistados as causas mencionadas relacionam-se com a procura de melhores condições de vida, a intenção de ajudar Angola, trabalho e dificuldades no país de origem e a média máxima é de 2.83, relacionada a religião. Todas as médias situam-se entre o bom e o regular, com maior inclinação para bom.

Todas as sociedades formam a sua cosmovisão de acordo a sua realidade circundante e também das influências que recebe do exterior, ou seja, das influências que vão tendo nos contactos com o “outro”, ao mesmo tempo que nestas interações vão surgindo conhecimentos uns dos outros e neste caso conhecimentos sobre os imigrantes cubanos. Nossas faculdades individuais de percepção e de observação do mundo externo são capazes de produzir conhecimento verdadeiro.

Segundo Moscovici (1978) o senso comum é concebido como o conhecimento produzido espontaneamente pelos membros do grupo, fundado na tradição e no consenso, ou seja, é um saber constituído a partir das nossas próprias experiências e dos modelos de pensamentos recebidos e transmitidos pela comunicação social.

O mesmo autor acrescenta que as representações possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida efectivamente como pertencente ao ego (cf. Moscovici, 2009, p. 211).

Estes aspectos presentes nos discursos construídos e nas representações sociais produzidas pelos inquiridos também devem ser interpretados sob o ponto de vista das funções das representações. Os discursos evidenciam as funções identitárias de salvaguarda das características do grupo; as funções de saber, relativas à explicação da realidade vivida; as funções de orientação, guiando os comportamentos dos cidadãos; e as funções justificatórias, justificando estes comportamentos.

Nos seus estudos, Moscovici, interessou-se não apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas principalmente em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Em suas próprias palavras, interessou-se no “poder das ideias” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]” (Moscovici, *in* Duveen, 2005, p. 8).

A este respeito Moscovici (1961), afirma que a representação é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objectivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (p. 36). Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingénuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico.

Como escreveu Hocart (1987) citado por Moscovici (2009) “os homens de todas as raças e gerações estão igualmente convencidos de que eles extraem seus conhecimentos da realidade” (Moscovici, 2009, p. 182).

Os contactos que os angolanos mantêm com os imigrantes cubanos, têm produzido conhecimentos sobre ambos os grupos e, no caso do estudo em referência, verificou-se que os inquiridos têm conhecimentos aceitáveis sobre os imigrantes cubanos.

Locais de contacto e áreas de actividade

Os locais de contacto que os nossos inquiridos apontaram foram o local de trabalho (escola e hospital) e alguns em número menor indicaram o restaurante e a casa. Existe uma relação entre os locais de contacto e as áreas de actividades em que os imigrantes cubanos estão mais inseridos. A grande maioria indicou a área da saúde e da educação, seguindo-se em menor percentagem o sector empresarial e hoteleiro.

As áreas de actividades dos imigrantes cubanos, acima descritas, podemos relaciona-las às causas da imigração deste grupo, que encontram explicação nas diferentes teorias migratórias. Em seguida apresentamos algumas teorias que na sua fundamentação transparecem elementos relacionados a imigração cubana para Angola e que vão de encontro aos resultados.

A Escola Neoclássica e Push-Pull, segundo Rocha-Trindade (1995), o modelo faz a análise do comportamento economicista que ocorre num determinado contexto de mercado, referindo-se principalmente as escolhas individuais dos actores sociais (p. 76).

De acordo com os neoclássicos, um dos determinantes mais óbvios das migrações tem uma natureza económica, caracterizada pela “disparidade nos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre diferentes áreas” (cf. Castles, 2000, p. 272).

Para Sjaastad, (1962) e Todaro, (1969), os indivíduos são seres racionais, capazes de ordenar hierarquicamente suas preferências e de realizar cálculos racionais relacionados a alternativas, visando maximizar a utilidade de suas escolhas.

Quanto a teoria do Capital Humano Chiswick (2000), defendeu que um nível superior de qualificações ou de investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, de inserção e de contribuição activa para a sociedade de acolhimento.

Figueira (2005) considerou o capital humano como uma forma específica do factor produtivo capital. Desta forma, segundo esta abordagem teórica, mantém-se a coerência da lógica de actuação, isto é, o capital humano move-se dos países onde existe relativamente em maior quantidade (mais desenvolvidos), tendo conseqüentemente uma produtividade marginal mais reduzida, para aqueles onde existe em menor quantidade, de modo que terá uma produtividade, por unidade produzida, superior.

Em relação as migrações temporárias, Fátima Castro (2008), afirma que usualmente este tipo de migração respeita uma durabilidade temporal relativa, onde um imigrante pretende única e exclusivamente obter um maior rendimento económico, retornando ao seu país de origem assim que esse objectivo seja concretizado.

Em relação as migrações laborais Rocha-Trindade (1995), sustenta que as migrações internacionais devem ser entendidas em função das estruturas de oportunidades de trabalho e das motivações dos trabalhadores imigrantes, relativamente às motivações dos trabalhadores das áreas para as quais os imigrantes se deslocam.

Como mostram as teorias e os resultados da recolha de dados em que a maioria dos imigrantes cubanos ter visto de trabalho e enquadrados essencialmente em actividades que exigem um alto nível de qualificação, isto é, médicos, enfermeiros e professores.

Chiswick (2000) referiu que o investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de integração e de intervenção na sociedade de acolhimento.

Atitude dos angolanos, nível de aceitação e conteúdos nas relações

Os resultados mostram que a atitude dos angolanos em relação a influência da cultura e de valores dos imigrantes cubanos é boa, o que significa que é respeitada a cultura dos imigrantes.

Segundo Moscovici (1976), citado por Pereira de Sá (1996,32) da importância à “atitude”, na formação das representações sociais, referindo que: “a atitude é a mais frequente das três dimensões e, talvez, geneticamente a primeira. Por conseguinte, é razoável concluir que as pessoas se informam e representam alguma coisa somente depois de terem tomado uma posição e em função da posição tomada”.

Em relação ao nível de aceitação constatamos dos resultados que é “bom” e quanto a inserção dos imigrantes cubanos na cultura angolana, constatamos que ela é considerada meramente de parcial.

Tanto a aceitação dos imigrantes como a sua inserção na sociedade de acolhimento é um processo complexo e multifacetado. Demetrios Papademetriou (2003) define a integração como o processo de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado. Na mesma linha de pensamento, Rinus Penninx (2003), considera a integração como o processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade receptora, como indivíduos e como grupos. Ambos os autores enfatizam a diversidade de intervenientes no processo de integração: imigrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Deste modo, as formas de inserção dos imigrantes nas sociedades receptoras são processos dinâmicos, em permanente mudança, resultantes de influências bastante diversas ao nível da macroestrutura económica, social, política e institucional, dos países de destino no momento da migração e das especificidades dos contextos locais dos territórios onde se fixam. Daqui resulta que as formas de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento são bastante mais complexas e matizadas do que a simples oposição entre regimes nacionais assimilacionistas e multiculturalistas poderia fazer crer.

A cultura de um grupo é sempre um conjunto dinâmico, relativamente coerente e homogéneo, em que, “a aculturação é o conjunto de fenómenos que resultam de um contacto contínuo e directo entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que acarretam transformações dos modelos (patterns) culturais iniciais de um dos dois grupos” (Redfield, Linton e Herskovits, in Cuche, s/d: 85).

Os conteúdos predominantes nas relações entre os dois grupos são profissionais, o que vai de encontro ao tipo de imigrantes cubanos em Angola

que são essencialmente imigrantes com alto grau de qualificação e estarem inseridos em áreas de actividades que ainda se regista um défice em termos de quadros nacionais e por outro devido a natureza em que se registam os contactos (escolas e hospitais).

Dificuldades nos contactos

A dificuldade apontada por uma certa maioria tem a ver com a língua, referida apenas por alguns, visto que os outros que constituem a minoria não têm dificuldade nos contactos com os imigrantes cubanos. Apesar da dificuldade apontada existe compreensão na comunicação entre os dois grupos, devido a aproximação linguísticas e os contactos com imigrantes cubanos que remontam já uma longa data, tal como fizemos referência no segundo capítulo. O outro aspecto que ameniza as dificuldades é a natureza dos imigrantes, se atendermos ao nível de qualificação dos mesmos, que lhes permite melhor facilidade de adaptação.

Indicadores que identificam os imigrantes cubanos

As Representações Sociais, segundo Moscovici (2003), não são as mesmas para todos os membros da sociedade, pois elas dependem tanto do conhecimento do senso comum (popular) como do contexto sociocultural em que os indivíduos estão inseridos.

Nesta perspectiva, dos vários indicadores postos a disposição dos nossos inquiridos, eles apontaram para os positivos, tais como: unidos, acolhedores, solidários, respeito à cultura angolana.

Voltamos a reafirmar que cada individuo de acordo a sua realidade, convicções e influências forma e/ou cria as suas representações. Assim, de uma forma geral as representações que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos são positivas, tal como mostraram os resultados dos inquéritos.

Comportamento dos imigrantes cubanos

Segundo Vergani, (1995), a cultura é um sistema de comportamento:

“A cultura entendida como um sistema de comportamentos socialmente (e não geneticamente) transmitidos, apresenta-se sob forma de herança de valores tradicionais que não só são produtos da acção humana mas que condicionam o desencadear de novas actividades sociais sujeitas a processos de selecção ao longo da história” (p. 23).

Deste modo, os imigrantes cubanos, fruto do seu contexto sociocultural têm uma forma de comportamento, e quando entram em contacto com um novo contexto sociocultural, reagem de acordo as convicções pré-existentes, ou seja, a pré-representação social que possui do novo contexto social.

Os resultados mostraram que o comportamento dos imigrantes cubanos é positivo, indo de encontro com os dados fornecidos pelo SME Kwanza Sul (2013), segundo o qual, o comportamento cívico e moral dos expatriados, de uma modo geral é considerado de regular, pois dos dados estatísticos de 2011, 2012, I, II e III trimestre e 2013 I e II trimestre, apenas 256 cidadãos estrangeiros cometeram infracções migratórias, tipificados por 58 permanência ilegal, 151 exercício de actividade remunerada com visto inadequado e 47 indocumentados. Ao longo deste período e no universo dos infractores apenas 3 foram cometidos pelos imigrantes cubanos.

Relações, influências e contributo

Os contactos entre os imigrantes cubanos e angolanos, são uma realidade e cada vez mais se intensificam em virtude do aumento da presença de imigrantes cubanos em Angola. Segundo os dados apurados apontam para boas as relações e as influencias, ao passo que o contributo vai para bom.

O estudo do impacto causado pelos fluxos migratórios nos países de acolhimento pode ser feito em torno de questões como a alteração da estrutura demográfica, a partilha de empregos entre imigrantes e nacionais, os impactos fiscais e outros. Desta forma a imigração gera, na estrutura demográfica do país de acolhimento, um rejuvenescimento e diversificação populacional. A existência de processos de promoção da integração dos indivíduos pode proporcionar-lhes acções de formação cultural e linguística, melhorando, desta forma, as suas qualificações e melhorando a sua empregabilidade para

posterior acesso, em melhores condições, ao mercado de trabalho. (cf. Figueiredo, 2005).

Com base no supracitado e nos resultados dos inquéritos, podemos afirmar que a imigração cubana em Angola tem contribuído no melhoramento da promoção social, tendo em conta as principais áreas de intervenção (saúde e educação).

Os imigrantes qualificados podem constituir um ganho, em termos de acumulação de capital humano, para o país de acolhimento. Ao contrário do processo de *brain drain* que estudámos anteriormente, ocorrido nos países de emigração, os ganhos de capital humano trazido pelos imigrantes transformam-se num *brain gain* para o país de imigração (cf. Figueiredo, 2005)

As migrações, na medida em que se compõem geralmente de indivíduos com características diferentes das da população nacional (em termos demográficos, qualificacionais, culturais, etc.) alteram a estrutura social do país de acolhimento. (cf. Figueiredo, 2005, P. 75).

Hoje em dia, já nenhuma sociedade humana vive em total isolamento das outras, pois os laços económicos, sociais e políticos, que atravessam as fronteiras entre os países, condicionam, de forma decisiva, o destino daqueles que vivem nelas. (Gonçalves, 2009, p. 93).

Neste contexto a presença de imigrantes numa determinada sociedade influencia na percepção do “outro” e do “eu”, na convivência em sociedades multiculturais e como mostraram os resultados as influências que os imigrantes cubanos exercem são boas.

Assim a perspectiva interculturalista reconhece que nas sociedades, marcadas pelas diversidades étnicas e culturais, há processos de socialização complexos que extravasam o grupo étnico e que derivam dos contactos que os indivíduos estabelecem com a cultura da comunidade receptora e com outras culturas ou elementos culturais de outras culturas. Desta forma, os fenómenos migratórios são considerados, pelos interculturalistas, como fenómenos de mudança social e cultural, uma vez que as culturas das populações imigrantes, de uma forma mais evidente ou mais ténue, provocam mudanças nos padrões culturais das sociedades receptoras, introduzindo novos elementos (ex: na culinária, na

música) ou alterando elementos já existentes (ex: na língua) (cf. Martins, 2005, p. 30-31).

O desenvolvimento do ideal interculturalista tem por finalidade evitar os conflitos culturais, principalmente nas suas formas mais extremadas, do racismo e da xenofobia. Pretende-se, assim promover acções concretas destinadas a facilitar o conhecimento e a aceitação das diferentes culturas, quer sejam culturas de diferentes grupos étnicos, de populações estrangeiras, ou de subgrupos existentes nas sociedades, de forma a promover “a plenitude dos direitos, a igualdade de oportunidades e a reciprocidade de relação para todos os cidadãos, todos os grupos, todas as comunidades” (Rocha-Trindade, 1993, p. 877).

Como se pode constatar a imigração cubana gera bons contributos, boas relações e boas influências em sociedades multiculturais, o que ajuda a promover a aceitação e a tolerância da diversidade. Importa reconhecer essa diversidade como factor de enriquecimento social e cultural.

O que as outras pessoas pensam

Os resultados tanto do questionário como da entrevista, apontam para uma representação positiva dos imigrantes, visto que os nossos respondentes afirmaram de acordo com os resultados, que as outras pessoas acham que o serviço dos imigrantes cubanos é positivo, o mesmo pensam em relação ao comportamento.

Admitindo que a característica básica do ser humano seja a imersão em um mundo simbólico, as interacções que são estabelecidas com diferentes parceiros resultam em uma contínua construção de significados, conhecimentos, sentimentos e em sua própria constituição como sujeito (Vygotski, 1991). Desta forma se vai construindo a representação sobre o outro, pelos integrantes de uma dada sociedade.

As representações sociais, segundo Moscovici, são um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhe um código para nomear e

classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos do seu mundo e da sua história individual e social (Moscovici, 2009, p. 21).

Esta abordagem leva-nos a deduzir que existe uma realimentação das representações sociais numa determinada sociedade, ou seja, aqueles que têm contactos com os imigrantes que constroem uma certa representação que influenciará aqueles que não têm contacto com os imigrantes, como mostrou o resultado da entrevista, sobre o que pensavam dos imigrantes cubanos antes do contacto com os mesmos. Os resultados obtidos indicam que já tinham uma imagem positiva.

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convicções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convicções (Moscovici, 2009, p. 35).

Por outro lado as representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. (Moscovici, 2009, p. 36).

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos, em função do fim do conflito civil e consequente instauração do clima de paz, Angola tem vindo a conhecer uma nova realidade migratória. Deve-se considerar que, se ao longo do conflito o fenómeno que se viveu foi o de emigração, porque um elevado número de angolanos teve de abandonar o país, actualmente regista-se o inverso. Muitos estrangeiros afluem para o país. Angola deixa assim o estatuto de um país de emigração e passa para o estatuto de um país de imigração.

De facto, e na condição de um país de imigração, Angola regista um grande fluxo de imigrantes de diversas nacionalidades, com destaque para os imigrantes cubanos que constituem o cerne da nossa investigação. Além destes, o país também vive grandes ondas de imigração da parte de cidadãos provenientes de outras nações como China, Mauritânia, Rússia, Brasil, Portugal, Índia, Mali, Líbano, Republica Democrática do Congo, Coréia, para citar apenas alguns. Os reflexos desta inversão (da emigração para a imigração), têm provocado grandes alterações em termos de constituição da própria população angolana e consequentemente grandes alterações nos próprios processos culturais do povo angolano e da própria sociedade angolana, enquanto espaço de acolhimento. Estas alterações que fazem de Angola hoje uma sociedade em transição para a multiculturalidade, criam necessariamente as chamadas representações sociais seja da parte dos imigrantes quanto da parte dos angolanos, que acolhem os imigrantes. No presente estudo interessou-nos sobremaneira analisar as representações que os nativos da sociedade de acolhimento têm sobre os imigrantes cubanos.

A análise feita sobre as representações sociais, leva-nos a perceber, que, hoje, existe em Angola, um processo de mudança, fruto das dinâmicas sociais, como também dos processos de construção e consolidação das representações sociais, na sua complexidade e dinamicidade. De facto, podemos verificar os fenómenos da objectivação e da ancoragem, segundo as teorias de Jodelet (1990), pois não são necessárias grandes ginásticas para notar as transformações no modo de pensar, conhecer, tratar, inter-relação dos angolanos em relação aos estrangeiros, tal como, do mesmo modo, estas transformações que se dão na vida das pessoas também constituem,

efectivamente, factores de transformação do próprio modo de vida das pessoas, das relações sociais e da própria sociedade angolana. Pois como afirma Moscovici (1961) estes dois processos são, de facto, intrinsecamente ligados. Deu para constatar o quanto as representações sociais exercem um papel importante na modelação dos comportamentos grupais, pois elas ajudam na compreensão e formação de comportamentos e condutas. Isto é patente no modo como a conduta dos angolanos se está a transformar hoje, passando a terem os angolanos uma visão bastante diferente das relações interculturais e uma visão também diferente da própria vida num ambiente multicultural como aquele que se vislumbra hoje em Angola. Neste sentido, todos estes elementos reflectem um realizar-se das teorias de Cabecinhas (2009) cujos princípios tivemos a ocasião de ver ao longo do trabalho.

Todos estes progressos em termos de mudança de pensamento da parte dos angolanos foram possíveis graças a uma série de factores entre os quais podemos destacar aqueles ligados as actuais políticas adoptadas pelo Estado angolano em relação à imigração e ao tratamento que se reserva aos estrangeiros. O próprio ordenamento jurídico angolano, como é o caso da própria Constituição angolana, reserva um grande espaço em termos de garantia das liberdades fundamentais e protecção dos estrangeiros (cf. Constituição, art. 25 § 1).

Se considerarmos a nossa pergunta de partida que procurou saber das representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos (*Quais são as representações que os angolanos têm dos imigrantes cubanos?*), podemos afirmar, sem medo de errar, que o resultado de toda a pesquisa indica que ela foi respondida. Os dados dos questionários aplicados bem como as entrevistas efectuadas, confirmam que a presença dos imigrantes cubanos em Angola e o contacto com eles nos locais de trabalho, como a escola e os hospitais, criou na mente dos angolanos, representações bastante positivas, pois os angolanos não só têm impressões positivas dos cubanos, mas também os acolhem sem problemas e sem preconceitos quase nenhuns. Os angolanos ganharam boas referências dos cubanos e gostam das suas culturas e apreciam os seus trabalhos. Os angolanos classificam com atributos positivos os cubanos e consideram-nos bons camaradas, solidários, acolhedores, unidos e

respeitadores da cultura angolana. De facto, os cubanos conseguiram grandes créditos da parte dos angolanos.

A pesquisa ajudou a constatar ainda o modo como o contacto e a troca de experiencias dos angolanos com os imigrantes cubanos, exerce uma grande influência nos valores, nas opiniões, no pensamento, o que permitiu a criação de uma nova mentalidade, ideias muito positivas sobre o estrangeiro cubano, os seus valores, o seu modo de vida, a sua cultura. Tudo isto que podemos considerar, até certo ponto, uma reviravolta constitui para os angolanos, grandes instrumentos que os ajudam a viver com imigrantes de outras nacionalidades que acorrem para o país e em ambientes multiculturais. A pesquisa mostrou que os contactos permanentes levam os angolanos a criarem uma certa simpatia pelos valores de outros contextos culturais, com particular incidência para aqueles dos cubanos, pois por aquilo que os resultados dos dados empíricos apresentam, deu para notar que as pessoas não revelam comportamentos hostis aos valores dos imigrantes cubanos, como a sua religião, o seu modo de vida, etc, mas sim atitudes favoráveis aos mesmos.

Os resultados do estudo revelaram outrossim que o tipo de imigração cubana em Angola caracteriza-se essencialmente por motivos laborais, pois os imigrantes cubanos são todos maioritariamente técnicos qualificados que se inserem nos diversos sectores de trabalho, com particular ênfase para a educação e a saúde, onde exercem profissões de médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório e professores. Neste sentido, podemos ver como a imigração, sobretudo nesta vertente de cooperação, joga um papel fundamental no processo do próprio desenvolvimento do país.

Por último, podemos dizer que o estudo serviu para analisar o quanto são importantes as relações interculturais hoje, num mundo caracterizado pela globalização. As relações interculturais ajudam de facto a eliminar preconceitos que poderiam constituir obstáculos inclusive em processos laborais o que poderia criar entraves no próprio processo de desenvolvimento. As relações interculturais permitem a troca de experiencias, a circulação de conhecimentos e técnicas que passam de uns para outros, contribuindo assim para um mutuo

enriquecimento, elemento fundamental para a própria evolução cultural e das próprias sociedades. A criação de referências positivas em relação ao outro facilita o próprio enquadramento das pessoas no mundo global que, por sorte, hoje podemos encontrar graças ao progresso dos meios de comunicação ou ao progresso dos meios de transporte. Portanto, o tema das representações sociais joga este papel na vida das pessoas e das próprias sociedades.

A terminar, devemos dizer que o tema da multiculturalidade e em especial o das representações sociais constitui um mundo vastíssimo que não conseguimos exaurir com este trabalho. Muitos aspectos ficaram por abordar e outros por aprofundar. Assim, conscientes destas lacunas, queremos deixá-las como desafios para as futuras pesquisas. Portanto, os aspectos que não foram analisados neste trabalho serão objectos dos próximos estudos. A nossa intenção é continuar a pesquisar este tema das representações dos angolanos sobre os cubanos nas outras localidades de Angola. Pretendemos, de igual modo, efectuar estudos sobre as representações dos angolanos sobre os imigrantes de outras nacionalidades. Como se não bastasse, um estudo no sentido inverso poderá constituir uma grande novidade, no sentido de estudarmos as representações dos cidadãos de outras nacionalidades sobre os angolanos.

BIBLIOGRAFIA

- Abric, Jean-Claude. (1994). "L'étude expérimentale des représentations sociales". In: Jodelet, Denise (dir.), *Les représentations sociales*. Paris, PUF, pp. 187-203.
- ACP, Observatório sobre as Migrações. (2010). Resumo Geral sobre Tendências de Migração Sul-Sul e de Desenvolvimento e Necessidades de Investigação em Angola.
- Aja, Antonio. (2000). *La Emigración Cubana hacia Estados Unidos a la luz de su política inmigratoria*. CEMI.
- Almeida, Pedro Ramos. (1978). *Portugal e escravatura em África*. Editorial Estampa.
- Araujo, M. Conceição de. (2008). A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul.- dez.
- Bach, R. & Schraml, L. (1982). Migration, Crisis and Theoretical Conflict, in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Baganha Maria Loannis. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, Dezembro 2005: 29-44.
- Barroso, Lourdes de Urrutia. (1995). *Proximación a un análisis del processo migratorio cubano*. Universidad de La Habana. Cuba, 52, 49-53.
- Becker, Gary S. (1983), *Human Capital. Theoretical and Empirical Analysis, with special Reference to Education*, 2ª Ed., Chicago, The University of Chicago Press.
- Beine, M. Docquier F. & Rapoport, H. (2002). *Brain Drain and LDC's Growth: Winners and Losers*, Center for Research on Economic Development and Policy Reform, Working Paper no. 129.
- Bender, Gerald J. (1976). *Angola sob Domínio Português*, Sá da Costa, Lisboa.
- Benedict, Ruth. (2000). *Padrões de cultura*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Benemilis, Juan. F. (2003). *Las Guerras Secretas de Fidel Castro*, Miami (Florida), GAD.

- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1987). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Borjas, G. (1996). "The New Economics of Immigration", *The Atlantic Monthly*, Novembro, 72-80.
- Borjas, G. (2000). *Economics of Migration*, *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, Section nº 34, Article nº 38.
- Borstelmann, T. (1990). *Apartheid, colonialism and the Col War – The United States and Africa, 1945-1952*. Dissertação não publicada, Departamento de História, Duke University.
- Boudon, Raymond & Bourricaud, François. (2000). *Dicionário Crítico de Sociologia*, São Paulo, Editora Ática, 2ª edição.
- Brettel, C. e Hollifield J. (2000). *Migration Theory – Talking across Disciplines*;
- Brettel, C. e Hollifield, J. (2000a). *Migration Theory – Talking across Disciplines*:
- Cabral, A. (2002). *(Re)Visão das Ditaduras Europeias da Segunda Metade do Séc. XX*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Cádima, Francisco Rui, et ali. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Col. «Estudos Observatório da imigração», nº3, Lisboa: Obercom, ACIME, FCT.
- Castles, S. & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.
- Castles, S. (1993). "Migrations and Minorities in Europe, Perspectives for the 1990s: Eleven Hypotheses", in *John Wrench and John Solomos*, eds., *Racism and Migration in Western Europe*, Oxford, Berg Publishers, pp. 17-34.
- Castles, S. (1999). *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- Castles, S. (2000). *International Migration at the Beginning of the Twenty-across Disciplines*; London: Routledge.
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*, Lisboa, Edições Fim de Século.
- Castro, Fátima Velez de. (2008). *A Europa do outro – a imigração em Portugal no início do século XXI estudo do caso dos imigrantes da europa de leste no concelho de vila viçosa*. Edição Ato-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P). Lisboa.

- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Chiavacci, E. (1977). Cultura. In *Dizionario teológico interdisciplinare*, vol. I, 2 ed. Marietti, Torino, pp. 667-674.
- Chriswick, B. (2000). Are Immigrants Favourably Self-Selected? in C. Brettal e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*, London, Routledge.
- Clark, W. A. (1982). “Recent research on migration and mobility: A review and interpretation”, in *Progress and planning*, Vol. 18, pp. 1-56.
- Cornelius, Wayne A. (1998). “The Structural Embedded ness of Demand for Mexican Immigration Labor: in *Interdisciplinary Perspectives*, Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- Cuche, D. (1996). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2ª edição. Paris: La Découverte.
- Cuche, D. (s/d). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- Devis, Kingsley. (1961). *A sociedade humana*. Vol. I. Ed. Fundo de cultura.
- Di Giacomo. J. (1981) “Teoría y métodos de análisis de las representaciones sociales” En: S. Ayestaran (comp) *Ideología y representación social de la enfermedad mental*, III Curso de Verano de la Universidad del País Vasco, Bilbao, España.
- Doise, W. (1986). “Les représentations sociales: definition d’un concept”, in Doise, W., Pamonari, A. (eds.), *L’ étude des représentations sociales*, tradução livre do ISET, pp. 81-94
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales, in Jodelet, D., *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 220-238.
- Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations colectives’. *Revue de Métaphysique et Morale*, 6: 273-302.
- Duveen, J. (2005). In: *Representações Sociais, Investigação em Psicologia*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Eisenstadt, S. N. (1954). *The Absorption of Immigrants: a comparative study based mainly on Jewish community in Palestine and the state of Israel*. London: Routledge & Kegan Paul. Elgar Publishing Limited.

- Farr, R. (1994). Representações sociais: a teoria e sua história. In: Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Fichter, Joseph H. (1972). *Sociologia*. São Paulo.
- Figueiredo, J. Miranda. (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento realidades compatíveis no contexto europeu?* Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, ACIME, Lisboa.
- Gilly, M. (1989). “Les représentations sociales dans le champ éducatif”, in Jodelet, D. (ed.), *Représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 363-386.
- Glick Schiller, Nina. (1977). “Ethnic Groups are Made, Not Born: The Haitian Immigrant and American Politics”, in George Hicks and Philip Leis, eds., *Ethnic encounters: Identities and Contexts*, Belmont, Calif, Wadsworth, pp. 23-35.
- Gonçalves, O. (2009). Migrações e desenvolvimento, fronteira do caos. editores LDA., Apartado, 52028, 4202-801, Porto-Portugal.
- Gonzaga, Mello Luís. (2002). *Antropologia cultural: Iniciação teórica e temas*. 9ª ed., editora Vozes.
- Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira. (s.d). Editorial Enciclopedia, Lisboa
- Guareschi, P. (2003). Sem dinheiro não há solução: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: *Textos em representações sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 191-225.
- Harris, J. R.; Todaro, M. P. (1970). *Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis*. *The American Economic Review*, v.60, n. 1, p.126-142.
- Heimer, F. W. “Decolonisation et légitimité politique en Angola”. In *Revue Française d’Etudes politiques Africaines*, nº 126, junho de 1976.
- Heisler, B. (2000). The Sociology of Immigration – From Assimilation to Segmented Integration, from the American Experience to the Global Arena, in: C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*; London: Routledge.
- Hewstone, M. (1989). “Répresentations sociales et causalité”, in Jodelet, D., *Les représentations sociales*, Paris, PUF, pp. 252-274.

- Horton, Paul B. & Hunt, Chester. (1981). *Sociologia*, São Paulo, Editora McGraw-Hill.
- Imbamba, José Manuel. (2003). *Uma nova cultura para mulheres e homens novos. Um projecto filosófico para Angola do 3º Milénio à luz da Filosofia de Battista Mondim*. Edições Paulinas, Vila Alice – Luanda – Angola.
- Jackson, John A. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.
- Jansen, Clifford. (1969). "Some Sociological aspects of migration", in John A. Jackson (org.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73.
- Jodelet, D. (1984). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici, S. (ed.). *Psicología social*. Paris: Press Universitaires de France, pp. 31-61.
- Jodelet, D. (1986). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici, S. *Psicología social*, II – Pensamiento y vida social; Psicología social y problemas sociales. Barcelona: Paidós.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domainen expansion. In: *Les Représentations Sociales* (D. Jodelet, org.), pp. 31-61, Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1990). Répresentation social, phénomènes, concept et théorie, in Moscovici, S., *Psychologie Sociale*, Paris, PUF, pp. 357-378.
- Jodelet, D. (1994). "Représentations sociales: un domain en expansion". In: Jodelet, Denise (dir.). *Les représentations sociales*. Paris, PUF, pp. 32-61.
- Junior, C. A., Ribeiro, C. dos A. A. & Augusto, A. A. (2009). *Uma proposta metodológica, para o tratamento de categoria de tempo histórico, no estudo, da participação das forças militares cubanas, na luta de libertação nacional de Angola, no processo de aprendizagem da História da Escola do II Ciclo do Sumbe*. Tese de Licenciatura. ISCED – Sumbe.
- Keely, C. (2000). "Demography and International Migration", in C. Brettel and J. Hollifield (ed.) *Migration Theory – Talking across Disciplines*, London, Rontledge, pp.56-84.
- Keita, Boubacar N. (2009). *História da África Negra*. Editor, Texto Editores, Lda-Angola.
- Kessing, R. (1974). Theories of culture. *Annual Review of anthropogy*. California, v. 3.

- Kroeber, Alfred L., Kluckhohn, Clyde K. (1952). *Culture: a Critical Review of Concep and Definitions*. Cambridge: Harvard University Press.
- Laraia, R.B. (1986). *Cultural: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 18ª edição.
- Laria, Roque de Barros. (2001). *Cultura. Um conceito antropológico*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 14ª edição.
- Laria, Roque de Barros. (2005). Da ciência biológica à social: A trajetória da Antropologia no século XX, in *Habitus, Goiana*, v. 3, nº 2, pp. 321-345.
- Lee, E. (1996). "A Theory of Migration", in R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*, Cheltenham, Edward Elgar, Publishing Limited.
- Levit, Peggy. (1998). "Local-Level Global Religion: The Case of U.S. – Dominican Migration", *Journal for the Scientific Study of Religion*, 37, pp. 74-89. London: Routledge.
- Lúria, A.R. (1976). *Cognitive development*. Cambridge, MA: Havard University Press.
- Malheiros, Jorge. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Marco, Graciela de. (1989). "Migraciones internacion ales desde la óptica geográfica. Hacia una división lógica o clasificación desde arriba". *Revista Signos Universitários* , Ano VIII Nº15, 197-247.
- Martins, João V. (1993). *Crenças, Adivinhação e Medicinas Tropicais dos Tuchokwe, do Nordeste de Angola*, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa.
- Massey, D. S. (1987). "Do undocumented migrants earn lower wages than legal immigrants? in *International migration review*, New York, Vol. 21 (78), Summer 1987, pp. 236-274.
- Massey, D. S. (1990). *Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. Population Index*, v. 56, n. 1, spring/1996, p. 3-26.
- Massey, D. S., et al. (1994). "An Evaluation of International Migration Theory: The North American Case", *Population and Development Review*, 20, pp. 699-751.

Massey, D., Arango, J. et al. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal, *Population and Development Review*, no. 19.

Messiant, Christine. (1983). 1961. *L'Angola Colonial, Histoire et Société. Les Premisses du Mouvement Nationaliste*. Tese de Doutorado do 3º ciclo. Paris, École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Milhazes, José. (2009). *Angola - O Princípio do fim da União Soviética*. Nova Veja e Autor, 2ª edição.

Mondin, Battista. (1982). *Una nuova cultura per una nuove società*. 2ª ed., Massimo, Milano.

Montani, M. (1996). *Filosofia della cultura*. 2ª Edição. Las, Roma.

Morin, Edgar. (s/d). *O Paradigma perdido: A Natureza Humana*, Lisboa, Publicações Europa-América, 5ª edição.

Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF (2ª edição).

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (1979). "El Psicoanálisis, su imagen y su público". Edit. Huemul, Buenos Aires, Argentina.

Moscovici, S. (1988). "Notes towards a description of social representations". *European Journal of Social Psychology*, 13: 211-250.

Moscovici, S. (1994). Prefácio. In: Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2009). *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. 6ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

Neto, F. (1998). *Psicologia Social*. Volume I. Universidade Aberta.

Nikolinakos, M. (1975). Notes Towards a General Theory of Migration in Late no .67, pp.1-68.

Nóbrega, S. M. (2003). Representações Sociais: Teoria e Prática. In: Jesuíno, J.C. e Moreira, A.S.P. (org.). Editora Universitária João Pessoa. /UFPB. Paraíba. Brasil.

- Obenga, Th., & Souindoula. (1991). *Racisnes Bantu*. Paris-Libreville, Sepia et Cicibas.
- Ortiz, Renato (org.). (1983). *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática.
- Patarra, N. L. (2006). Migrações Internacionais: Teorias, Políticas e Movimentos Sociais.in *Revista Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, v.20, n.57, p.7-24, São Paulo.
- Patricio, José. (1998). *Angola e EUA, os caminhos do bom senso*, Lisboa.
- Pedraza-Bailey, Silva. (1985). *Political and Econpmic Migrants in América: Cubans and Mexicans*. Austrin. Tx: University of Texas Press.
- Peixoto, J. (1998). *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.
- Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*. Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS working papers. Lisboa
- Petersen, W. (1958). A General Typology of Migration, in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Piore, Michael J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Portes, A. & Böröcz, J. (1989). Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation, in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Portes, A. (1978). "Migration and underdevelopment", in *politics and society*, 8, pp. 1-48.
- Portes, A. (1981). Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration, in M.M Kritz et al. (Ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297.
- Portes, A. (1995). Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview
- Ramos, M. C. (1990). *Marchés du travail et migrations internationales: croissance, crise et marché unique. Cas du Portugal et de la France*, These

pour le Doctorat en Science Economique, Paris, Université de Paris I, Phanteon-Sorbonne.

Ravenstein, E. G. (1889). "The laws of migration", *Journal of the Royal Statistical Society*, Nº 52, pp. 241–301.

Rocha, Edmundo. (2002). *Angola Contribuição ao Estudo da génese do nacionalismo moderno Angolano (período 1950-1964) testemunho e estudo documental*. Volume I, Editorial Kilombelombe, Limitada, Luanda.

Rocha-Trindade, M.B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rodrigues, Almiro et al. (1986). "A representação social de 'justiça' em Portugal: uma análise psicossocial da percepção do aparelho judiciário". *Análise Psicológica*, 3/4 (IV): 377-460.

Rodríguez, C. E. (1992). «El patrón migratorio cubano: cambio y continuidad». *Cuadernos de Nuestra América*, vol. IX. La Habana: CEA.

Sá, Celso P. (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, Mary Jane P. (Org.). *O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

Sahlins, Marshall. (s.d.). "A cultura e o meio ambiente: O estudo da ecologia cultu-ral", in Sol Tax (org.) *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

Salt, J. (1986). "Internatinal labour migration: the geographical pattern of demand", in *migration in post-war Europe*, Salt, Jonh; Clout, Hugh (eds), London Oxford University Press, pp. 80-125.

Santiago, R. (1993). *Representações Sociais da Escola nos Alunos, Pais e Professores no Espaço Rural*. Tese de Doutoramento na Universidade de Aveiro.

Santos Silva, A., (1986). "A ruptura com o senso comum nas ciências sociais", in Santos Silva, A. & Pinto, J. M., *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 7ª edição.

Santos, B. S. (2001). *Um discurso sobre as ciências* (12.ª edição), Porto: Afrontamento.

- Serrano, Carlos. (2008). *Angola nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Editorial Kilombelombe, Limitada, Luanda.
- Shrestha, N. (1987). "Institutional Policies and Migration Behaviour: A Selective Review", in R. Cohen (ed.) *Theories of Migration*; Cheltenham, Edward Elgar, Publishing Limited.
- Sierra, Lázaro Cardenas. (2010). *Angola e África Austral – Apontamentos para a História do Processo Negocial para a Paz*. Mayamba Editora.
- Singer, P. (1973). "Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo", in Singer P. I. *Economia Política e Urbanização*, Cap. 2, S. Paulo, Editora Brasiliense, pp. 29-60.
- Sjaastad, L. A. (1962). "The costs and returns of human migration", *The Journal of Political Economy*, vol. 70, nº 5, Part 3 (Supplement), pp. 80-93. *Social and Behavioral Sciences*, Section no. 3.4, Article no. 38.
- Szule, Tad. (1987). *Castro - 30 ans de pouvoir absolu*, Paris, Payot
- T. O. Breman. (1987). *Uprooted Angolans: From crisis to catastrophe, issue paper*, conselho Americano para as nacionalidades (Washington, DC: Comitê Americano para os refugiados.
- Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e Poder de Estado – O MPLA perante si próprio*. Editorial Nzila, Coleção Ensaio – 3ª ed, Luanda.
- Tapinos, G. (1974). *LEconomie des migrations interntionales*, Paris, Armand Colin/Fondation Nationale des Sciences Politiques, p. 287.
- Thomas, B. (1973). *Migration and economic growth: a study of Great Britain and the Atlantic Community*, Cambridge, Cambridge University Press, XXXI, p. 498.
- Thorton, Jhon. (1998). *Africa and Afircans in the Making of the Atlantic Wold*. Cambridge.
- Todaro, M. P. (1969). A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: Moura, H. A. (org.), *Migração interna: textos selecionados*, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p. UNESCO, no. 165, pp. 269-281.
- Tylor, Edward. (1871). *Primitive culture*. Londres, John MMursay & Co. [1958, Nova York, Harper Torchbooks.]

- Vala, J. (1996). "Representações sociais - para uma psicologia social do pensamento social", in Vala, J., Monteiro, B., Psicologia social, Lisboa, F. C. Gulbenkian, pp. 353-384.
- Vala, J. (2000). Representações Sociais e Psicologia do Conhecimento do Quotidiano, in Vala J. e Monteiro, M.B. (coord.). Psicologia Social.
- Vala, J.; Brito, R.; Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vergani, Teresa. (1995). *Excrementos do Sol – a propósito de diversidades Culturais*, Lisboa, Pandora.
- Vigário, Sandra (2009). *O trabalhador estrangeiro em Angola como potencial titular de direitos fundamentais*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Agostinho Neto, Luanda.
- Weber, Alfred. (1909). *Theory of Location of Industries*, 2ª ed., Chicago, University of Chicago Press.
- Wheeler, Douglas L. & Pelissier, René. (1971). *Angola*. Praeger, New York, pp.71-76.
- Wood, Charles. (1982). "Equilibrium and Historical–Structural Perspectives on Migration," *International Migration Review*, 16 (2): 297-319.
- Wright, George. (2001). *A Destruição de um País. A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Editorial Camilo, SA, Lisboa.
- Zau, Filipe. (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (uma visão prospectiva)*. Tese de Doutoramento no ramo de Ciências da Educação Especialidade: Educação Multicultural e Intercultural. Universidade Aberta.

Webgrafia

- ACNUR. (2000). *A Situação dos Refugiados no Mundo – 50 anos de Acção Humanitária*, (consulta quanto à parte histórica). Recuperado em 05.07.2013, em <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/sowr2000/index.html>.
- ACNUR. (2010a). *A Long and Winding Road: Background Paper: Regional Conference on Refugee Protection and International Migration: Mixed Movements and Irregular Migration from the East and Horn of Africa and Great Lakes Region to Southern Africa, Dar Es Salaam, Tanzania*, recuperado

05.07.2013

em

<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&docid=4c7fa45b6&query=angolan%20refugees>.

ACNUR. (2010b). Update on UNHCR's operations in *Africa 2010*, disponível em <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search>, consultado em 05.07.2013

Alexandre, Marcos. (2004). *Representação Social: uma genealogia do conceito*, in *Comum* - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004. Disponível em <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>. consultado 5.07.2013.

Brismat, Nivia Marina. (n. d). *La Política Migratoria Cubana. Génesis, evolución y efectos en el processo migratório insular*. Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de investigacione Jurídica de la UNAM, disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/6/2960/9.pdf>, consultado em 17 de Agosto de 2013.

Cabecinhas, R. (2009). “Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise” (pp.51-66). In Baptista, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver a Verso Edições. Disponível em <http://www.ihavenet.com/?search=+&n=1380095330> consultado em 12.08.2013.

Fontes, I. E. M. T. (2010). *Imigração e Integração Social: A integração social de imigrantes no distrito de Santarém* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14584/1/Imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Social%20>- consultado aos 11 de 06 2013.

INE. (2003). “Migração”. *Instituto Nacional de Estatísticas*. Página consultada em 15 de Maio de 2013. Disponível em http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detalhe.aspx?cnc_cod=192&cnc_ini=11-04-2003

Martins, António Joaquim Sota. (2005). *A Escola e a Escolarização em Portugal: Representações dos Imigrantes da Europa de Leste*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa. Disponível

em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/628/1/LC156.pdf>
consultado aos 21.06.1013.

Mendes, M. Manuela. (2011). *Representações e estereótipos dos imigrantes russos e ucranianos na sociedade portuguesa*, pp. 269-304, in *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a13.pdf>. consultado em 20.09.2013.

Migration DRC (Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty). (2007). Global Migrant Origin Database (Version 4), University of Sussex, http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html consultado aos 06.07.013

Moreira, M. A. S. Paredes. (2007). *Situação de risco, trabalho e saúde de imigrantes brasileiros: representações sociais*. Tese de Doutorado em ciências da saúde, Universidade Federal do Rio grande do Norte. Rio de Janeiro. Disponível em <http://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/MariaASPM.pdf> consultado em 12.08.2013

Obercom. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa. Disponível em <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Estudo%20Obercom.pdf>. Consultado em 17.09.2013.

OIM. (2005). *Migration and development: New Strategic Outlooks and Practical Ways Forward –The cases of Angola and Zambia*, Migration Research Series, No. 21, IOM, Geneva, disponível em <http://publications.iom> consultado em 17.09.2013.

OIM. (2006). *Briefing Note on HIV and Labour Migration in Angola?* <http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/events/docs/B> consultado em 11.09.2013.

OIM. (2010). *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*, Migration Research Series, No. 39, IOM, Geneva, 67. Disponível em http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=5 consultado em 11.09.2013.

Perez, Maricela Perera. (1999). *A propósito de las representaciones sociales: apuntes teóricos, trayectoria y actualidad*. Centro de Investigaciones

Psicológicas y Sociológicas Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente, La Habana, disponível em, <http://pt.scribd.com/doc/25338150/O-Trabalho-como-uma-questao-antropologicavv> consultado em Abril, 2013.

Politzer, M. (2008). *China and Africa: Stronger Economic Ties Mean More Migration*, Migration Information Source, MPI, <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=690>

Rodrigues, Teresa & Ribeiro Mário. (2010). *Mobilidade facilitada: a nova imigração brasileira em Portugal*. 1206 XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles. Disponível em http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/53/06/87/PDF/AT9_Rodrigues-Ribeiro.pdf .Consultado aos 19.09.2013.

Rodriguez, Miriam. (2003). *Las relacione Cuba-Estados Unidos: Migración y conflicto*. CEMI, Centro de Estudos de Migraciones Internacionales, La Havana, Cuba.Disponívelemhttp://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuu.pdf.consultado em 19.09. 2013.

Rodriguez, Miriam. (2004). *El processo migratório cubano hacia Estados Unidos: antecedentes, actualidad e perspectivas ante posibles escenarios*. CEMI, Centro de Estudos de Migraciones Internacionales, La Havana, Cuba. Disponívelhttp://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/cuba_eeuu.pdf f. consultado em 19.09. 2013.

Spink M. J. P.(1993). *O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v9n3/17.pdf> consultado em 13.07.2013.

Convenção e Legislação

Catita, P. A. Lima. (2008). *As representações sociais dos enfermeiros do serviço de urgência face ao doente idoso*. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/701/1/LC412.pdf>. consultado 10.05.2013.

Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA), 1969 Rege os aspetos específicos dos problemas dos refugiados em África:

http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2couaapr.html

Convenção de Genebra, 1951

http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo1/conv_0.html

Decreto Presidencial n.º 108/11 de 25 de Maio Regulamento sobre o Regime Jurídico de Estrangeiros.

Lei constitucional de 1992. Disponível em: [www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao angola.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf)

Lei constitucional de 2010. Disponível em: http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf

Lei Geral do Trabalho de Angola

Lei n.º 1/05 de 1 de Julho Lei da Nacionalidade

Lei n.º 2/07 De 31 de Agosto regime jurídico dos estrangeiros na república de angola.

Memorando de entendimento entre o Governo da República de Angola e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados para o repatriamento voluntário e reintegração de Refugiados Angolanos.

Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados), disponível em http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/protoc.html

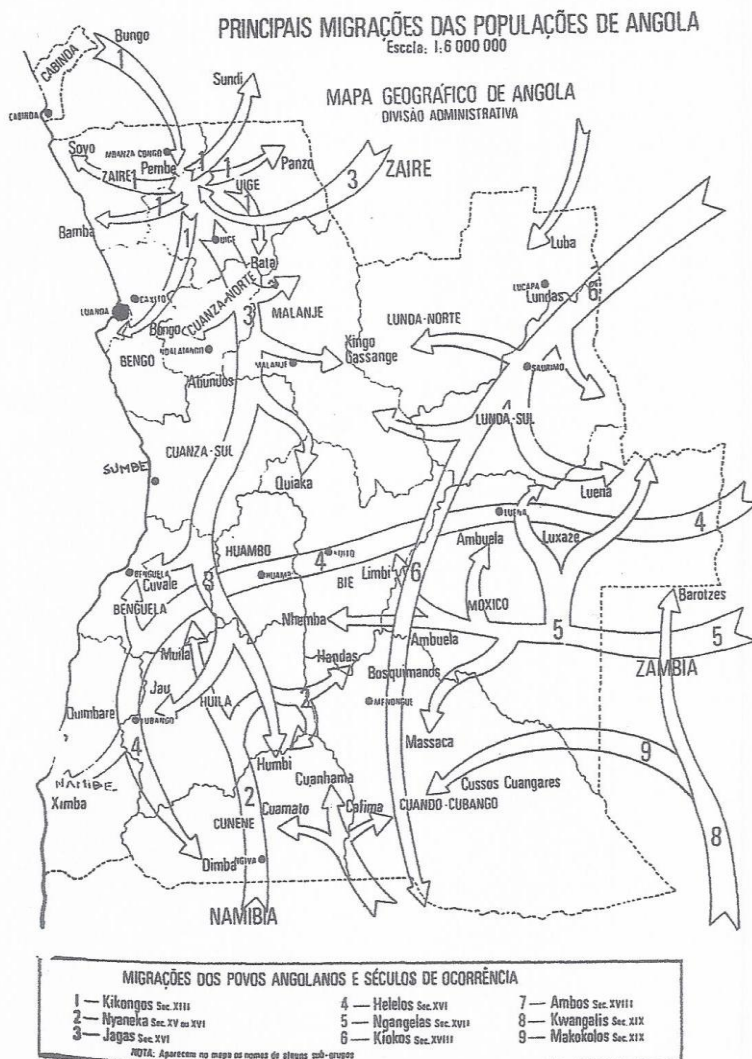
Jornal

Gaceta Oficial de la República de Cuba, 16 de Outubro de 2012.

Gaceta Oficial de la República de Cuba, 20 de Setembro de 1976.

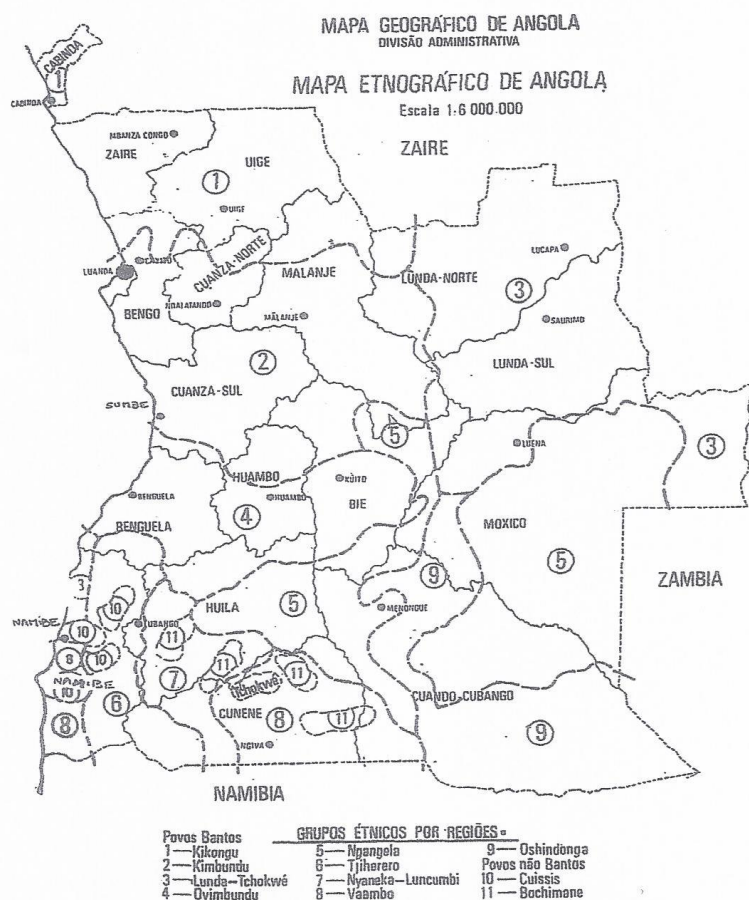
Neto, Agostinho “Discurso de cerimónia de encerramento de juramento de honra do I curso de agentes qualificados pela escola de alistados de 1976 do CPPA - 26/6/1976, *in textos políticos escolhidos*, pp. 135-143.

Anexo nº I Migrações Bantu em Angola



Fonte: João Vicente Martins *in*, Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola. ❄

Anexo nº II Principais grupos etnolinguístico



Fonte: João Vicente Martins, *In* Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tchokwe, do Nordeste de Angola

ANEXO Nº III Quadro nº 3 Cronologia da chegada e participação cubana na defesa, preservação da independência e reconstrução nacional de Angola de 1965 a 1991

Datas	Acontecimentos
1965-1967 Antecedentes Históricos da colaboração.	Começa o apoio de Cuba aos movimentos revolucionários em África Negra, com a presença de Cheguevara, quando realiza um périplo no Continente e tem contacto no Congo Brazzaville com a Direcção nascente do MPLA do qual surgem as seguintes missões: Entrada no País de centenas de Internacionalistas Cubanos que formam a 1ª coluna para treinar e lutar com os seguidores de Patricio Lumumba e contra o colonialismo Português. Esta missão é interrompida por falta de organização, mas os treinadores mantiveram. Uma segunda coluna de reserva de Cheguevara, denominado Patricio Lumumba, com tarefas diversas, entre elas, ajuda ao Governo do Congo. Um grupo de assessores para treinar os combatentes da frente do MPLA em Cabinda com a missão de unir-se a frente no interior de Angola a norte de Luanda, com Risquet e Kindelán a frente. Participação na organização e preparação de 3 colunas do MPLA (Camilo Cienfuegos, Esquadrão KAMY e Ferraz Bomboko), a frente da missão se encontrava Moracen 1966 e 1967.
1967 - 1974 Respaldo de Cuba à luta dos Angolanos.	Esta etapa se caracterizou pelo respaldo de Cuba a luta patriótica do Povo Angolano em diferentes forum da ONU e na OUA, e continuou-se o treinamento dos homens e se concedeu bolsas de estudo universitário aos Angolanos para estudarem em Cuba.
1975 Continuidade e nova etapa de colaboração Cubana com Angola.	Em 1975 quando são violados os acordos de Alvor, o MPLA solicita a colaboração militar a Cuba. No início de Agosto de 1975 chega Raul Diaz Arguelles a frente dos primeiros 480 homens e armamento desde Cuba. Em 14 de Outubro crescem os perigos com a penetração da coluna Sul Africana Zulú por Moçâmedes e o abandono das posições que o exercito Português ocupavam. Entre 2 e 3 de Novembro de 1975, instrutores Cubanos e instruendos Angolanos do C I R em Catengue a sul de Benguela, tentam deter o avanço de colunas blindadas Sul Africanos em direcção a Luanda. Foi a primeira resistência organizada que choca com os Sul Africanos.
5 de Novembro de 1975	Inicia-se a operação Carlota. O Comandante em Chefe se reuniu com os primeiros voluntários. Falou-lhes «sobretudo da invasão Sul Africana. Digo que alguns dos instrutores cubanos haviam morrido, que a situação era difícil, que devíamos deter os Sul Africanos antes que cheguem a Luanda e muitos de nós não regressaríamos.
8 de Novembro de 1975	Começo da Batalha em Cabinda que se prolonga até dia 12. O inimigo agrupa um regimento reforçado do exército regular do Zaíre mais até três batalhões da chamada Frente de Libertação de Enclave de Cabinda (FLEC), outra organização fantoche e uma companhia de mercenários brancos. Possuíam blindados AML-90, uma bateria de morteiros, abuzes e numerosas baterias de artilharia de diversos tipos. Pese a superioridade de número de homens e armas dos invasores que ataca o enclave em três direcções, depois de combates cruéis durante quatro dias, um número crescido de atacantes é aniquilado e dispersado o grosso deles e o resto se retirou desmoralizado em direcção ao Zaire, sem deixar de cometer atrocidades contra a população civil indefesa.

10 de Novembro de 1975	<u>Se produz o III assalto de Sul Africanos no Quifangondo</u> Os agressores preparam uma agrupação poderosa e heterogénea: com apoio dos batalhões de infantaria e vários blindados do exército regular do Zaire, um General e 25 oficiais do regime do apartheid bem equipados com canhões pesados, trazidos por aviões desde a África do Sul e vários oficiais paramilitares da CIA. Os defensores de Quifangondo também se reforçaram com 200 soldados de infantaria Catangueses e de baterias de artilharia de Cuba, um morteiro de 120 mm e uma bateria de cohetes reativos BM21 chegados ao porto de Luanda mesmo dia 7.
11 de Novembro de 1975	Passado um minuto das 12 horas da noite (meia noite) o Presidente Neto proclamou perante o povo Angolano, o <u>nascimento da Republica Popular de Angola</u>. Ante a situação criada a favor da estabilidade da República Popular de Angola, as tropas Cubanas por esta altura somavam 36000 homens, se reagrupavam em novas posições longe da fronteira sul e começava a executar um plano para a preservação da integridade territorial de Angola ante uma agressão do exterior, instruir e preparar as FAPLA.
23 de Novembro de 1975	<u>Combate do Ebo.</u> As FPLA em colaboração com tropas cubanas derrotam as forças sul-africanas. A acção culminou numa sangrenta derrota para os sul-africanos que perderam entre 80 e 90 homens e numerosas equipas blindadas. As forças sul-africanas fruto da derrota ficaram tão desmoralizados que detiveram sua ofensiva durante várias jornadas.
10 de Dezembro de 1975	<u>Perde a vida numa mina Raul Diaz Arguelles.</u> Enterrado no cemitério do Alto das Cruzes, em Luanda com o nome de Domingos da Silva.
27 de Março de 1976	<u>Retira-se o último reducto do exército racista Sul Africano de Angola.</u> Contudo, não renunciavam o sonho de ocupar de maneira permanente o Sul do País, para defender seus interesses geopolíticos. Isto deu lugar as inúmeras agressões e massacres perpetrados pelo exército sul-africano contra a população angolana ao longo desse período e a paralisação do processo de retirada das tropas Internacionalistas Cubanas, que havia iniciado no mês de Abril de 1976.
4 de Maio de 1978	<u>Massacre de Cassinga.</u> Pela manhã desse dia e em momento em que os seus residentes se preparavam para o início das suas actividades quotidianas, um inesperado; caem bombas de fragmentação, fogo e metralhadoras provocando a destruição e a morte de centenas de populares. Forças cubanas acantonadas em Chamutete, a 15 Kilómetros a sul de Cassinga, saíram para a área do aeroporto, no avanço foram surpreendidas pelos golpes aéreos de aviação sul africana e pelas minas colocadas no trajecto que ceifaram a vida à 16 combatentes internacionalistas enquanto 76 ficaram feridos. As tropas Cubanas avançaram em direcção ao acampamento das forças racistas que decidiram retirar-se da sua base de helicópteros para evitar o combate.
25 de Março de 1984	25 de Março desse ano, na madrugada, 1500 efectivo da UNITA, incluindo um dos seus batalhões de elite, atacaram a Cidade de Sumbe, capital da Província do Kuanza-Sul, donde se encontravam 230 cooperantes civis Cubanos de entre eles 43 majores. Entre Cubanos e angolanos os efectivos encarregados da defesa do Sumbe somavam 460, treinados e equipados com armas ligeiras de infantaria. Pese a superioridade do inimigo, o ataque foi resistido e rechaçado durante 10 horas.
15 de Novembro de 1987	O Comandante em Chefe decide enviar reforços em tropas e armas para Angola.
23 de Março de 1988	<u>Victória do Cuito Cuanavale.</u> Proeza ímpar das forças Angolano-Cubanas frente a uma potência militar que empregou poderosa força, aviação moderna, artilharia e blindados de última geração, que não pode tomar a localidade. Esta vitória, viria a trocar o curso dos acontecimentos na África Austral.

4 de Maio de 1988	Início das conversações quadripartidas Angola-Cuba EUA-Africa do Sul.
Julho de 1988	Em Cahama, frente sul ocidental, a retaguarda também brilha em apenas quatro meses, os construtores cubanos construíram um aeródromo de duas pistas e inteligente, terminado em Julho de 1988.
22 de Dezembro de 1988	<u>Assinou-se formalmente os acordos finais subscritos por Angola Cuba e África do Sul.</u> Em 22 de Dezembro de 1988, na sede das Nações Unidas, em Nova York, se assinaram os acordos finais, subscritos por Angola, Cuba e África do Sul. Os acordos visavam essencialmente: Que no dia um de Abril de 1989 se iniciasse a aplicação da Resolução 435/78, para a Independência da Namíbia. Que Angola e Cuba estabelecessem o calendário para o desdobramento para os paralelos 15 e 13 e a retirada paulatina do contingente internacionalista.
10 de Janeiro de 1989	O 10 de Janeiro de 1989 com o regresso à Cuba da Bateria feminina de Artilharia Antiaérea começou a operação Vitória.
6 de Dezembro 1989	<u>Se inicia a Operação Tributo.</u> Depois de um extraordinário trabalho em que participaram especialistas do Instituto de Medicina Legal para identificação e preparação dos cadáveres no cemitério da Missão Militar Cubano em Angola, se iniciava a "Operação Tributo, que constituiu na transladação à Pátria dos restos dos 2077 internacionalistas tombados em missões em África, para dar-lhes sepulturas nos Panteões dos mortos condicionados em cada um dos Municípios do País.
25 de Maio 1991	Se retiram de Angola os últimos 500 efectivos do contingente internacionalista cubano, cinco semanas antes da data acordada; 1 de Julho.

Fonte: Comissão de TPI Comité do Partido Antex Angola, Sierra, 2010, Junior, Ribeiro e Augusto, 2009.

Anexo nº IV Dados estatísticos do SME K. Sul – 2013

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DO KUANZA-SUL
SERVIÇO DE MIGRAÇÃO E ESTRANGEIROS

A:
UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA

=SUMBE=

ASSUNTO: RESPOSTA A SOLICITAÇÃO DE DADOS

Aos 11 de Outubro de 2013, por despacho de sua Ex^a Delegado provincial do Interior K-sul, chegou ao nosso conhecimento a necessidade expressa no credencial da Instituição acima referida, na qual crediciam o Sr. Jacob Lussento Lupata, B.Sc Docente da vossa Instituição, matriculado no curso de mestrado na Universidade Aberta de Lisboa.

Por razões expressas, vimos conveniente fornecer-vos os seguintes dados:

ESTRANGEIROS CONTROLADOS ANIVEL DA PROVINCIA EM DIVERSAS CATEGORIAS MIGRATÓRIAS E NACIONALIDADES

A nível da provincia, temos o registo e controlo de 3183 cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades e categorias migratórias como se apresenta nos quadros abaixo;

VISTO DE TRABALHO

N/O	NACIONALIDADE	CATEGORIA MIGRATORIA	TOTAL
01	Chinesa	Visto de trabalho	747
02	Mauritaniana	"	58
03	Russa	"	08
04	Uzbasquistã	"	12
05	Coreana	"	31
06	Egípcia	"	03
06	Vietnamita	"	136
07	Cubana	"	89
08	Brasileira	"	177
09	Portuguesa	"	362
10	Indiana	"	522
11	Bangladesh	"	73
12	Nepalesa	"	18

15	Ucraniana	''	11
16	Polaca	''	03
17	Maliana	''	01
18	Libanesa	''	04
19	Filipina	''	208
20	Italiana	''	01
21	Sueca	''	02
22	Peruana	''	03
23	colombiana	''	08
24	Congolesa	''	02
25	Espanhola	''	12
26	Moçambicana	''	04
27	Sul-Africana	''	37
28	Paquistanesa	''	01
29	Romena	''	02
30	Boliviana	''	01
31	Australiana	''	01
32	Britanica	''	11
33	Françesa	''	14
34	Holandesa	''	11
35	Queniana	''	01
36	Belga	''	04
37	Tunisina	''	01
38	Americana	''	01
39	Costa Marfinense	''	01
40	Namibiana	''	03
41	Camaronesa	''	02
42	Indonesia	''	01
43	Equatoriana	''	01
44	Mexicana	''	03
45	Canadiana	''	04
46	Novazelandia	''	01
47	Nigeriana	''	02
48	Zimbabueana	''	03
49	Santomense	''	01
50	Caboverdiana	''	01
51	Guinee Konacry	''	02
52	Israelita	''	07
53	Turquia	''	01
54	Bulgaro	''	01
55	Guatemalense	''	01
56	Letoania	''	01
57	Alemã	''	01
58	Irlandesa	''	01
59	Panama	''	01
		TOTAL GERAL	2628

ESTRANGEIROS RESIDENTES

N/O	NACIONALIDADE	CATEGÓRIA MIGRATORIA	TOTAL
01	Portuguesa	Residentes	48
02	Caboverdiana	"	26
03	Vietnamita	"	19
04	Espanhola	"	07
05	Brasileira	"	08
06	Mauritânica	"	07
07	R.D.C	"	02
08	Santomense	"	12
09	Moçambicana	"	01
10	Arménia	"	01
11	Italiana	"	01
12	Argentina	"	01
13	Alemã	"	01
14	Cubana	"	11
15	Filipina	"	01
16	Guineense	"	02
17	Mexicana	"	01
18	Congo Brazaville	"	01
19	Sul-Africana	"	01
21	Egípcia	"	01
22	Françesa	"	01
23	Senegalesa	"	01
24		TOTAL GERAL=	154

VISTO DE PERMANÊNCIA TEMPORÁRIA

N/O	NACIONALIDADE	CATEGORIA MIGRATÓRIA	TOTAL
01	Coreana	V/Permanência temporaria	(20)
02	Portuguesa	"	(21)
03	Vietnamita	"	(08)
04	Brasileira	"	(15)
05	Namibiana	"	(04)
06	Sul-Africana	"	(01)
07	Cubana	"	(02)
08	Congolesa	"	(02)
09	Equatoriana	"	(01)
10	Cabo-verdiana	"	(01)
11	Usbequistã	"	(01)
12	Mexicana	"	(01)
13	Russa	"	(01)
14	Peruana	"	(01)
15	Eslovenia	"	(01)
		TOTA GERAL=	(80)

N/O	NACIONALIDADE	CATEG.MIGRATÓRIA	TOTAL
01	Portuguesa	Visto Privilegiado	01
02	"	"	01
03	"	"	01
04	"	"	01
05	"	"	01
06		TOTAL GERAL =	05

VISTO DE ESTUDO

N/O	NACIONALIDADE	CATEGÓRIA MIGRATORIA	TOTAL
01	Moçambicana	V/ ESTUDO	30
		TOTAL GERAL=	30

CONTROLO DE REQUERENTES DE ASILO E REFUGIADOS

REQUERENTES DE ASILO

N/O	NACIONALIDADE	CATEGÓRIA MIGRATORIA	TOTAL
01	Mauritaniana	Requerante de asilo	134
02	Sudanesa	"	40
03	saharawi	"	18
04	Tchadianos	"	15
05	Ivorienses	"	15
06	Somali	"	09
07	Guineense(K)	"	07
08	Serralionesa	"	02
09	R.D.C	"	01
10		TOTAL=	241

REFUGIADOS

N/O	NACIONALIDADE	CATEGÓRIA MIGRATORIA	TOTAL
01	Mauritaniana	REFUGIADOS	18
02	Sudanesa	"	17
03	Tchadianos	"	07
04	R.D.C	"	01
05	Guineense(K)	"	01
06	Liberiana	"	01
07		TOTAL=	45

No que se refere ao comportamento cívico e moral dos expatriados, de um modo geral consideramos de regular na medida em que do universo acima referido e não só e tomando como base dados estatísticos de 2011, 2012, I,II e III trimestre/ 2013, apenas 256 cidadãos estrangeiros cometeram infrações migratorias em igual proporção tipificados por 58 permanência ilegal, 151 exercício actividade remunerada com visto enadequado e 47 indocumentado.

No entanto, as nacionalidades infratoras são; Chinesa com 114, Vietnamita com 42, Congoleza(R.D.C) com 33, Portuguesa com 22, Brasileira com 12, Santomense e Sul-Coreana com 04, Namibiana, Moçambicana, Mautaniana, Filipina e Cubana com 03, Americana, Indiana, Dinamarquesa, Zimbabueana com 02 e Camaronesa, Mexicana, Espanhola, Sul-Africana e Libanesa com 01 cada.

PELA LEGALIDADE E PELA INTEGRIDADE

SERVIÇO DE MIGRAÇÃO E ESTRANGEIROS DO MININT DO
KWANZA-SUL, AOS 23 / 10 / DE 2013.



CONFIDENCIAL



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DO KUANZA-SUL
SERVIÇO DE MIGRAÇÃO E ESTRANGEIROS
SECCÃO DE ESTRANGEIROS

BRIGADA DE FISCALIZAÇÃO DO SUMBE

MAPA ESTATÍSTICO DE ESTRANGEIROS COM VISTO DE TRABALHO

Nº	NACIONALIDADE	EMPRESA	QTD	MUNICIPIO
01	Chinesa	E duardo J. Figueredo	(02)	Sumbe
02	"	Jumichel	(07)	"
03	"	Glopartner	(11)	"
04	"	Omniassist	(03)	"
05	"	Sochico	(03)	"
06	"	Lunguembia	(03)	"
07	"	Francisco Camilo	(03)	"
08	"	João Manuel Da Silva	(05)	"
09	"	An-Zong/INP	(01)	"
10	"	R.B.R Lda	(03)	"
11	"	Tong Neng Lda (Control Sul)	(22)	"
12	"	HKCEG/Nova Centralidade	(30)	"
13	"	Gema construções/contrato- Sistec	(23)	"
14	"	Fei Xiang Guoji/Nova cetralidade	(60)	"
15	Mauritâniana	Letikal	(04)	"
16	"	Belela Comercial	(01)	"
17	"	Ango-Alfat Lda	(07)	"
18	"	Padaria J.F	(01)	"
19	"	Ango-Tehagel	(06)	"
20	"	Loja JF	(01)	"
21	"	Cedicom	(01)	"
22	"	Loja TD Grupo	(01)	"
23	"	Mintania	(01)	"
24	"	Josena	(01)	"
25	Russos	Hospital Municipal	(02)	"
26	"	Hospital 17 de Setembro	(03)	"
27	"	Etel	(02)	"
28	Usbequistã	Maternidade Municipal	(01)	"
29	"	Hospital 17 de Setembro	(01)	"
30	Belarus	Maternidade Municipal	(01)	"
31	Coreana	Hospital Municipal	(02)	"
32	"	Maternidade Municipal	(02)	"
33	"	Projecto Algodão Hanil Engene	(11)	"
34	Egípcia	Maternidade Municipal	(01)	"
35	Vietnamita	Hospital 17 Setembro	(11)	"
36	"	Maternidade Provincial	(01)	"

CONFIDENCIAL

37	"	Escola de Formação de Professores	(03)	"
38	"	Quissonhy Lda	(05)	"
39	"	Hainan Internacional	(01)	"
40	"	Star Technology	(06)	"
41	"	Indoboss Lda	(08)	"
42	"	Quaresjesmith comercio e construç.	(03)	"
43	"	Ezmar- Lda	(03)	"
44	Cubana	Hospital Municipal	(03)	"
45	"	Hospital 17 de Setembro	(12)	"
46	"	UKB	(10)	"
47	"	Maternidade Municipal	(04)	"
48	"	Pousada Do Wembele	(01)	"
49	"	INP	(01)	"
50	"	I.M.P. Politecnico	(02)	"
51	"	ISP	(23)	"
52	Brasileira	Capilongo	(14)	"
53	"	Arasumbe	(04)	"
54	"	Fazenda Fartura	(01)	"
55	"	Fazenda Boa venturança	((02)	"
56	"	Super Gesso	(05)	"
57	"	Odebrecht	(11)	"
58	"	M C A	(01)	"
59	"	Artil Lda.	(01)	"
60	"	Africa Sementes	(01)	"
61	"	Telcabo	(01)	"
62	Portuguesa	Obrangol	(03)	"
63	"	M.C.A	(28)	"
64	"	Odebrecht	(01)	"
65	"	I.S.P	(01)	"
66	"	Cambongo voz	(01)	"
67	"	Aquela imagem	(03)	"
68	"	Lupral cimianto	(01)	"
69	"	Opwaay-Angola	(02)	"
70	"	Motaengil	(05)	"
71	"	Pinto Cruz	(01)	"
72	"	Investangola	(02)	"
73	"	Motaengil Fab.de cimento	(12)	"
74	"	Engoxpor	(02)	"
75	"	Siaba	(02)	"
76	"	Martinox	(01)	"
77	"	Casais	(06)	"
78	"	Vista	(01)	"
79	"	Tse Sucursal	(01)	"
80	"	Tryssenkrupp Elevador	(02)	"
81	"	Novagest	(03)	"
82	"	Egivias	(04)	"
83	"	Etel	(01)	"
84	"	INP	(06)	"
85	"	Larangola	(01)	"

CONFIDENCIAL

86	"	Arasumbe	(01)	"
87	"	Capilongo	(01)	"
88	"	Jonce	(02)	"
89	"	Sá Machado	(04)	"
90	"	Organizações JCD	(01)	"
91	"	Omatapalo	(02)	"
92	"	Ferbor Ango.construtora	(01)	"
93	"	Ambergol	(03)	"
94	"	Telcabo	(13)	"
95	"	Edifox	(01)	"
96	Indiana	Ango-Zara	(02)	"
97	"	Emaxicon	(02)	"
98	"	Sanzi- Armazem	(01)	"
99	"	Fabrica De Cimento	(1.186)	"
100	Bangladesh	"	(147)	"
101	Nepalesa	"	(21)	"
102	Etiópe	"	(03)	"
103	Dinamarquesa	"	(06)	"
104	Ucraniana	"	(03)	"
105	Polaca	"	(01)	"
106	Maliana	Padaria TD Grupo	(01)	"
107	Libanesa	Angolissar	(01)	"
108	"	Ango-Estrela	(02)	"
109	Filipina	Cabire	(01)	"
110	"	Projecto Algodão	(01)	"
111	"	Fabrica De Cimento	(02)	"
112	Italiana	Etel	(01)	"
113	Espanhola	Isolux	(01)	"
114	"	Africa Sementes	(01)	"
115	Congolesa	INP	(02)	"
116	Moçambicana	Africa Sementes	(01)	"
117	Sudanesa	Ango-Alfath	(01)	"
118	Camaronesa	Africare	(01)	"
119		TOTAL	(1.874)	

MAPA DE ESTRANGEIROS COM VISTO DE PERMANENCIA TEMPORARIA

Nº	NACIONALIDADE	LOCALIZAÇÃO	MUNICIPIO	TOTAL
01	Portuguesa	Aquela Imagem	Sumbe	(01)
02	"	Particular	"	(04)
03	"	MCA	"	(01)
03	Cubana	Hospital Municipal	"	(01)
04	Coreana	"	"	(04)
05	Equatoriana	Particular	"	(01)
		TOTAL		(12)

CONFIDENCIAL

MAPA DE ESTRANGEIROS COM VISTO PRIVILEGIADO

Nº	NACIONALIDADE	LOCALIZAÇÃO/EMPRESA	MUNICIPIO	TOTAL
02	Portuguesa	Egivas	Sumbe	(01)
03	"	Investangola	"	(01)
			TOTAL	(02)

MAPA DE CONTROLE DE ESTRANGEIROS RESIDENTE

Nº	NACIONALIDADE	LOCALIZAÇÃO/EMPRESA	MUNICIPIO	TOTAL
01	Guineense	Conta Própria	Sumbe	(01)
02	Mexicana	Missionaria	"	(01)
04	Vietnamita	Maternidade	"	(01)
	"	Star Vn tecnologic	"	(01)
05	"	Hospital 17 Setembro	"	(03)
06	"	Pólo-Universitário	"	(01)
07	"	Konica Polvo	"	(03)
08	"	Loja Socorgi	"	(01)
09	Brasileira	Missionaria	"	(01)
10	"	Arasumbe	"	(01)
	"	ISP	"	(01)
11	Congo Brazzaville	Hospital 17 de Setembro	"	(01)
12	RDC	INP-Petroleos	"	(01)
13	Cubana	Bar Cimianto	"	(01)
14	"	Hospital 17 de Setembro	"	(02)
15	"	Pólo-Universitário	"	(01)
16	"	T-Angola	"	(02)
17	Portuguesa	Fazenda Lombondo	"	(01)
	"	Investangola	"	(01)
18	"	Angola Telecom	"	(01)
19	"	Missionários	"	(03)
20	"	Conta Própria	"	(09)
	"	Pensão santa Margarida	"	(01)
21	"	Maxi	"	(01)
22	"	Jonce	"	(01)
23	"	Larangola	"	(01)
24	"	Domestica	"	(01)
25	"	Assistente BPC	"	(01)
26	"	Erco Shop	"	(01)
	"	Nova gest	"	(01)
27	"	INP	"	(01)
28	Cabo-Verdiana	Conta Propria	"	(08)
29	"	Hospital 17 de Setembro	"	(01)
30	"	Loja Flor Do Sumbe	"	(04)
31	Mauritâniana	Padaria T.D	"	(01)
32	"	Nasser Comercial	"	(01)
33	"	Ango-Alfath	"	(03)
34	"	Letikal Comercial	"	(01)

CONFIDENCIAL

35	Sul-Africana	Fabrica de Cimento	"	(01)
36	Santomense	Conta Própria	"	(05)
37	"	Reformado	"	(01)
	"	INP	"	(01)
	Canadiano	INP	"	(01)
	Cubano	Rest.Bar caimanero	"	(01)
			TOTAL	(77)

MAPA DE CONTROLO DE ESTRANGEIROS COM VISTO DE ESTUDO

Nº	NACIONALIDADE	LOCALIZAÇÃO/EMPRESA	MUNICIPIO	TOTAL
01	Moçambicana	Instituto Nacional Petróleo	Sumbe	(30)
TOTAL GERAL				1.995

Anexo nº V Questionário

QUESTIONÁRIO

Estamos a realizar um trabalho de investigação, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais. O mesmo tem como objectivo conhecer as representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos residentes em Angola, em particular no Sumbe. Para isso gostaríamos de contar com a vossa colaboração respondendo a este questionário. As suas opiniões e experiências são muito importantes para nós, sendo a sua colaboração indispensável para a realização do nosso trabalho. As respostas são confidenciais e para o uso exclusivo desta investigação, pedindo que não assine o questionário.

Agradecemos desde já a sua disponibilidade em colaborar connosco.

1. Assinala com X nas opções abaixo, a sua faixa etária correspondente.

18 a 22 anos ☐

23 a 27 anos ☐

28 a 32 anos ☐

33 a 37anos ☐

38 a 42 anos ☐

43 a 52 anos ☐

Mais de 53 anos ☐

2. Assinala com X a sua opção (sexo).

Feminino ☐

Masculino ☐

3. Quais são as suas habitações literárias (assinala com X na sua opção).

I Ciclo _____ II Ciclo _____ A frequentar o ensino superior: 1º ano _____ 2º ano _____

3º _____ ano _____ 4º _____ Licenciado _____ Mestre _____ Doutor _____

4. Menciona qual é a sua naturalidade (município e província).

5. A que grupo etnolinguístico pertence.

6. Há quanto tempo reside na cidade do Sumbe.

7. Em que locais tens tido contactos com os imigrantes cubanos?

8. Como avalias o seu nível de conhecimentos sobre os imigrantes cubanos, nos aspectos abaixo indicados. (Assinale com X na sua opção).

Aspectos	Muito Bom	Bom	Regular	Mau
Cultura				
Tradições				
Religião				
Normas familiares				
Causas da imigração				
Política				
Modo de vida				

9. Qual tem sido a atitude dos angolanos em relação a influência da cultura e de valores dos imigrantes cubanos na sociedade angolana?

M Boa _____ Boa _____ Regular _____ Péssima _____

10. Do seu ponto de vista qual é o nível de aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos?

M Bom _____ Bom _____ Regular _____ Mau _____

11. Qual tem sido os conteúdos mais predominantes nas relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos. Assinale com X nas opções de acordo a predominância dos conteúdos.

Profissionais _____ Familiares _____ Amizade _____ Colaboração _____

12. Que dificuldades tem encontrado nos contactos com os imigrantes cubanos?

13. Em que áreas de actividade achas que os imigrantes cubanos estão mais inseridos?

Saúde _____ Educação _____ Construção _____ Empresarial _____
Hoteleira _____ Outras _____

14. Dos indicadores que se seguem assinala, aqueles que, do seu ponto de vista se identificam com os imigrantes cubanos.

Nº	Indicadores	
1	Conflituosos	
2	Branços	
3	Racistas	
4	Mulatos	
5	Acolhedores	
6	Unidos	
7	Preconceituosos	
8	Negros	
9	Religiosos	
10	Solidários	
11	Pouco trabalhadores	
12	Respeito à cultura angolana	
13	Não compartilham seus bens	

15. Responda em 3 palavras o que significa para si os seguintes conceitos:

Cuba, **significa**

-----; -----; -----

Cubano, significa

-----; -----; -----

16. Como tem sido a inserção dos imigrantes cubanos na cultura angolana?

Completa _____ Parcial _____ Incompleta _____

17. Como classificas a relação que existe entre os imigrantes cubanos e os angolanos?

Muito Boa _____ Boa _____ Regular _____ Péssima _____

18. A influência que os imigrantes cubanos exercem sobre os angolanos na convivência em sociedades multiculturais, pode-se considerar:

Muito Boa _____ Boa _____ Regular _____ Péssima _____

19. Como avalias o contributo dos imigrantes cubanos nos diversos sectores em que intervêm?

M Bom _____ Bom _____ Regular _____ Péssimo _____

20. O que acha que as outras pessoas pensam sobre a prestação de serviços dos imigrantes cubanos.

-
-
-
21. O que acha que as outras pessoas pensam sobre o comportamento dos imigrantes cubanos?
Positivo _____ Negativo _____
22. Quais as principais qualidades que achas que as outras pessoas apreciam mais nos imigrantes cubanos?
-
-

Obrigado pela sua participação.

Sumbe, Maio de 2013.

Anexo nº VI Guião de Entrevista

**Mestrado em
Relações Interculturais**

**Tema: Representações Sociais dos Angolanos sobre os Imigrantes Cubanos
Residentes em Angola: o Caso do Sumbe.**

Tipo de questionário: Entrevista

Amostra de indivíduos a aplicar o questionário: por entrevista	15
Dimensão	
Meio de comunicação	Um gravador áudio
Duração da aplicação	23 Minutos aproximadamente

Objectivos da Investigação

1. **Objetivo Geral:** Analisar as representações sociais que têm sobre os imigrantes cubanos residentes em Angola.
- Objetivos específicos:
- ♦ Avaliar as relações entre eles e os imigrantes.
 - ♦ Analisar a influência que exercem os imigrantes cubanos na mudança de pensamento dos angolanos sobre os imigrantes.
 - ♦ Identificar os constrangimentos e/ou dificuldades que têm tido nas relações.
 - ♦ Identificar os principais conteúdos que predominam nas relações com os imigrantes.

Objectivos	Instrumentos de recolha de dados
1. Avaliar as relações entre eles e os imigrantes.	Entrevista
2. Analisar a influência que exercem os imigrantes cubanos na mudança de pensamento dos angolanos sobre os imigrantes.	Entrevista
3. Identificar os constrangimentos e/ou dificuldades que têm tido nas relações.	Entrevista
4. Identificar os principais conteúdos que predominam nas relações com os imigrantes.	Entrevista

Guião de Entrevista

Blocos	Objectivos	Questões
A. Legitimação	- Esclarecer sobre os objectivos do trabalho de investigação; - Sensibilizar para a participação no estudo; - Garantir o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.	<i>Referir:</i> • Finalidade d questionário; • Contributo para o estudo; • Anonimato do questionário; • Confidencialidade da resposta.
B. Dados sociodemográficos	-Colher informações sobre dados pessoais -Saber algumas experiências de vida.	Referir sobre: • Idade, sexo, profissão, grau académico, naturalidade, grupo etnolinguístico
C. Motivações para imigrar	-Saber dos entrevistados algumas causas que estão na base da imigração cubana para Angola.	Referir sobre: • Quais na sua optica os motivos que leva os cubanos a virem a Angola?
D. Conhecimento, conteúdo, contexto histórico e sociocultural	-Apresentar os principais elementos que integram os conhecimentos e conteúdos nas relações entre ambos. -Apresentar as principais imagens que os angolanos têm sobre os imigrantes cubanos. -Descrever o contexto histórico-social e cultural em que ocorrem a interação.	Referir sobre: ▪ A quanto tempo tens contactos e/ou trabalhas com os cubanos? ▪ Em que circunstancias teve e/ou tens contactos com os cubanos. ▪ Que conhecimentos tens sobre os cubanos? ▪ Que impressão tinha antes sobre os cubanos? ▪ Imagem que tem quando ouve falar de Cuba e dos cubanos. ▪ Principais conteúdos que tratam.
E. Aspetos comportamentais	-Apontar algumas qualidades	Referir sobre: ▪ Qualidade das relações. ▪ Influencias nos contactos com outros imigrantes
F. Zona muda	-Saber a partir dos entrevistado o que os outros pensam sobre os imigrantes	Referir sobre: ▪ O que achas que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos. ▪ O que dizem sobre o comportamento, atitude, opiniões e expectativas.

G. Dificuldades nos contactos	Perceber as principais dificuldades nos contacto com imigrantes cubanos.	Referir sobre: ▪ As principais dificuldades que têm tido nos contactos com os cubanos
H. Convivência	Compreender as formas de convivência entre eles.	Referir sobre: ▪ Como são os laços de amizade entre os dois grupos, quando estão em ambientes de convívio, nos aspectos atinentes a amizade, aceitação, problemas e relacionamento.
I. Participação	Saber como exercem as suas atividades.	Referir sobre: ▪ Como avaliam o trabalho exercido pelos cubanos nos vários sectores e em particular na educação e saúde (Ex: reuniões, exigentes, bons profissionais etc)
J. Relacionamento com outros imigrantes	Perceber como os contactos com os cubanos influenciam nas relações com imigrantes de outras nacionalidades.	Referir-se sobre: ▪ Influencia, alteração, contributo e transformação para o melhoramento das relações intercultural dos angolanos.
K. Integração	Verificar como são aceites pelos angolanos	Referir sobre: ▪ Existe preconceitos ▪ Têm apoios dos angolanos ▪ São bem aceites

Anexo nº VII Solicitação de autorização (ISCED, Hospital Geral 17 de Setembro e Delegação Provincial do Interior)

À

Exma Senhora Decana

Do ISCED-Sumbe

Sumbe

Assunto: Solicitação.

Jacob Lussento Cupata, funcionário desta instituição, colocado no Departamento de Ciências, onde exerce as funções de Docente e o cargo de chefe de Departamento, encontrando-se a desenvolver um projecto de investigação para a preparação da dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, na Universidade Aberta, em Lisboa-Portugal, sob o tema "**Representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos em Angola: caso do Sumbe**". Necessitando da aplicação dos inquéritos (por questionário e entrevista) a alguns funcionários desta instituição.

Vem mui respeitosamente, solicitar a Exma Decana do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe, que se digne autorizar a aplicação dos referidos inquéritos.

Desde já cumpre-se garantir o total anonimato e que as informações prestadas servirão apenas para fins da presente investigação.

Respeitosos cumprimentos.

Sumbe, aos 19 de Setembro de 2013.

O Solicitante

Lic. Jacob Lussento Cupata

AO

Exmo Director do Hospital 17 de
Setembro do Sumbe
Sumbe

Assunto: Aplicação de Inquéritos.

Jacob Lussento Cupata, estudante de Mestrado em Relações Interculturais, na Universidade Aberta, em Lisboa-Portugal, sob o nº 1102768, encontrando-se a desenvolver um projecto de investigação para a preparação da dissertação sob o tema "**Representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos em Angola: caso do Sumbe**". Necessitando da aplicação dos inquéritos (por questionário e entrevista) a alguns funcionários desta instituição.

Vem mui respeitosamente, solicitar ao Exmo Director do Hospital 17 de Setembro, que se digne autorizar a aplicação dos referidos inquéritos.

Desde já cumpre-se garantir o total anonimato e que as informações prestadas servirão apenas para fins da presente investigação.

Respeitosos cumprimentos.

Sumbe, aos 30 de Setembro de 2013.

O Estudante

Lic. Jacob Lussento Cupata

AO

Exmo Senhor Delegado Provincial do
Ministério do Interior do Kuanza-Sul

Sumbe

C/c Direcção Provincial dos SME

Assunto: Recolha de Dados.

Jacob Lussento Cupata, Docente do Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe, estudante de Mestrado em Relações Interculturais, na Universidade Aberta, em Lisboa-Portugal, sob o nº 1102768, encontrando-se a desenvolver um projecto de investigação para a preparação da dissertação, conforme a Credencial em anexo. Necessitando de recolha de dados junto a Direcção Provincial dos Serviços de Migração Estrangeiro.

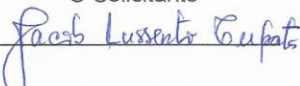
Vem mui respeitosamente, solicitar ao Exmo Senhor Delegado Provincial do Ministério do Interior do Kwanza Sul, que se digne autorizar a referida recolha de dados junto a Direcção do SME.

Desde já cumpre-se garantir que os respectivos dados, servirão apenas para fins da presente investigação.

Respeitosos cumprimentos.

Sumbe, aos 10 de Outubro de 2013.

O Solicitante


Jacob Lussento Cupata

Anexo nº VII Solicitação de autorização (ISCED/Sumbe e Hospital Geral 17 de Setembro)

T.C.
1- autorizar
2- orientar a cooperação
de todas áreas e inspec-
cionalidade envolvidas.
19-3-013

A

Exma Senhora Decana
do ISCED-Sumbe

Assunto: Solicitação.

Jacob Lussento Cupata, funcionário desta instituição, colocado no Departamento de Ciências Sociais, onde exerce as funções de Docente e o cargo de Chefe de Departamento, encontrando-se a desenvolver um projecto de investigação para a preparação da dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, na Universidade Aberta, em Lisboa-Portugal, sob o tema "*Representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos em Angola: caso do Sumbe*". Necessitando da aplicação dos inquéritos (por questionário e entrevista) a alguns estudantes e funcionários desta instituição. Vem mui respeitosamente, solicitar a Exa. Decana do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe, que se digne autorizar a aplicação dos referidos inquéritos.

Desde já cumpre-se garantir o total anonimato e que as informações prestadas servirão apenas para fins da presente investigação.

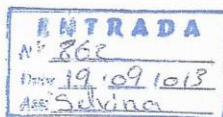
Respeitosos cumprimentos.

Sumbe, aos 19 de Setembro de 2013.

O Solicitante

Jacob Lussento Cupata

Jacob Lussento Cupata





REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
HOSPITAL GERAL 17 DE SETEMBRO DO KUANZA-SUL

DE: HOSPITAL GERAL DO K-SUL

PARA: SR. JACOB LUSSENTO CUPATA

S U M B E

N/REF Nº 269/20/34 /HGKS

04/10/2013

ASSUNTO: Inquérito

Em referência a v/solicitação datada aos 30 de Setembro de 2013, não há nenhum inconveniente na realização do inquérito.

Sendo tudo quanto se nos oferece remeter, queira aceitar as nossas;

SAUDAÇÕES LABORAIS

O DIRECTOR GERAL EM EXERCÍCIO

//MORAIS SAMBO//
= Téc. de Enfermagem =

Anexo nº IX Tabela nº 5 Média sobre o nível de conhecimentos

Aspectos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio
Cultura	95	1	4	2,08	,647
Tradições	85	1	4	2,36	,652
Religião	78	1	4	2,81	,722
Normas familiares	82	1	4	2,23	,758
Causas da imigração	85	1	4	2,07	,737
Política	79	1	4	2,29	,736
modo de vida	93	1	4	2,42	,851
Valid N (listwise)	66				

Anexo nº X Tabela nº 13 Media sobre a atitude, nível de aceitação e conteúdos.

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio
Atitudes dos angolanos respeito aos cubanos	108	1	3	1,88	,693
Nível de aceitação dos emigrantes cubanos	108	1	3	1,60	,579
Nonteúdos das relações	107	1	4	1,27	,721
Valid N (listwise)	107				

Anexo nº XI Áreas de actividades onde estão inseridos

Tabela nº 18 Saúde

	Frequência	Percentage m	Percentagem Valida	Percentagem Cumulativa
Assinalaram	96	88,9	100,0	100,0
Não assinalaram.	12	11,1		
Total	108	100,0		

Tabela nº 19 Educação

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Assinalaram	86	79,6	100,0	100,0
N/ assinalaram.	22	20,4		
Total	108	100,0		

Tabela nº 20 Construção

	Frequência	Percent.	Percent. Válida	Percent. Cumulativa
Assinalaram	2	1,9	100,0	100,0
N/assinalaram.	106	98,1		
Total	108	100,0		

Tabela nº 21 Empresarial

	Frequência	Percent.	Percent Valida	Cumulative Percent
Assinalaram	3	2,8	100,0	100,0
Não assinalaram.	105	97,2		
Total	108	100,0		

Tabela nº 22 Hotelaria

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Assinalaram	3	2,8	100,0	100,0
Não assinalaram.	105	97,2		
Total	108	100,0		

Anexo nº XII Indicadores que identificam os imigrantes cubanos

Tabela nº23 Conflituosos

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Assinalaram	1	,9	100,0	100,0
Não assinalaram.	107	99,1		
Total	108	100,0		

Tabela nº 24 Brancos

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
brancos	41	38,0	100,0	100,0
N/respond	67	62,0		
Total	108	100,0		

Tabela nº 25 Racistas

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
racistas	2	1,9	100,0	100,0
N/respond	106	98,1		
Total	108	100,0		

Tabela nº 26 Mulatos

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Mulatos	19	17,6	100,0	100,0
N/respond	89	82,4		
Total	108	100,0		

Tabela nº 27 Acolhedores

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Acolhedores	67	62,0	100,0	100,0
N/respond	41	38,0		
Total	108	100,0		

Tabela nº 28 Unidos

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Unidos	81	75,0	100,0	100,0
N/respond	27	25,0		
Total	108	100,0		

Tabela nº 29 Negros

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Negros	14	13,0	100,0	100,0
N/respond	94	87,0		
Total	108	100,0		

Tabela nº 30 Religiosos

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Religiosos	8	7,4	100,0	100,0
N/respond	100	92,6		
Total	108	100,0		

Tabela nº 31 Solidários

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Solidários	75	69,4	100,0	100,0
N/respond.	33	30,6		
Total	108	100,0		

Tabela nº 32 Respeito à cultura angolana

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Respeito à cultura angolana	88	81,5	100,0	100,0
N/responderam	20	18,5		
Total	108	100,0		

Tabela nº 33 Não compartilham seus bens

	Frequência	Percent.	Percent. Valida	Percent. Cumulativa
Não compartilham seus bens	7	6,5	100,0	100,0
N/responderam	101	93,5		
Total	108	100,0		

Anexo nºXIII Média sobre a inserção, relações, influencia e contributo

Tabela nº 36 Média sobre a inserção, relações, influencia e contributo

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio
Inserção dos emigrantes cubanos	108	1	3	1,96	,431
Relações entre os imigrantes cubanos e os angolanos	108	1	3	1,74	,586
Influência dos imigrantes cubanos	108	1	3	1,99	,634
Contributo dos imigrantes cubanos	108	1	3	1,66	,629
	108				

Anexo nº XIV Resultado das entrevistas

ENTREVISTA E1

- 1- Faixa etária - 35-39 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico - 8ª classe
- 4- Área de trabalho – limpeza (colocada na casa de passagem).
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Sumbe.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – mais de 35 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Procura de trabalho.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 11 anos.
- 10- Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho (casa de passagem) e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar dos cubanos da sua participação na guerra civil em Angola, que eram bons camadas e amigos.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – professores, trabalhadores, simpáticos.
- 14- Qualidades das relações – Muito boas, boa amizade não estranham tanto a cultura dos angolanos e querem aprender.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – a influência que exercem são boas.
- 16- Principais conteúdos – falam de cultura a maneira como vivem e vivemos, comportamento dos esposos no lar, número de filhos.
- 17- Qualidade mais apreciada – a pontualidade, a maneira de ser, de relacionamento, amizade e trabalhador.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – falam bem dos cubanos.
- 20- Dificuldades nos contactos – No princípio a língua depois adaptou-se.
- 21- Laços de amizade – são bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Muito bom.
- 23- Se tem apoiado os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – sim quando for de sua área.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito, são abertos com os angolanos.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E2

- 1- Faixa etária - 30-34 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico - 4ª classe.
- 4- Área de trabalho – Lavandeira (colocada na casa de passagem).
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Conda.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 30 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 8 anos.
- 10- Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho (casa de passagem) e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – que eram boas pessoas e trabalhadores.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – alegres, trabalhadores, simpáticos e amigos.
- 14- Qualidades das relações – Muito boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – a influência que exercem são boas.
- 16- Principais conteúdos – falam de cultura a maneira como vivem e vivemos, comportamento dos esposos no lar, número de filhos.
- 17- Qualidade mais apreciada – atendimento, a maneira de ser, de relacionamento, amizade e trabalhador.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – pensam que são bons, exemplificou que a sua avô quando vai ao hospital só quer consultar com médicos cubanos.
- 20- Dificuldades nos contactos – Nenhuma.
- 21- Laços de amizade – são bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Muito bom.
- 23- Se tem apoiado os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – sim quando for de sua área de serviço.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

.

.

ENTREVISTA E3

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo –Feminino.
- 3- Grau académico - 6ª classe.
- 4- Área de trabalho – limpeza (colocada na casa de passagem).
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Seles.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 20 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Trabalho.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 9 anos.
- 10- Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho (casa de passagem) e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons e simpáticos.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – amigos, trabalhadores, simpáticos.
- 14- Qualidades das relações – Muito boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – a influência que exercem são boas.
- 16- Principais conteúdos – falam de cultura a maneira como vivem e vivemos
- 17- Qualidade mais apreciada – atendimento, a maneira de ser, de relacionamento, amizade e trabalhador.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – pensam que são bons.
- 20- Dificuldades nos contactos – Nenhuma.
- 21- Laços de amizade – são bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Muito bom.
- 23- Se tem apoiado os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – sim quando for da minha área de serviço.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E4

- 1- Faixa etária 50-54 anos.
- 2- Sexo –Feminino.
- 3- Grau académico – 1º ano universitário.
- 4- Área de trabalho – Secretaria Académica do ISCED/Sumbe.
- 5- Grupo etnolinguístico – Umbundo.
- 6- Naturalidade – Bailundo (Huambo).
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 15 anos.
- 8- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 3 anos (1982, 1983 e 1984), no município da Cela e depois no município do Sumbe desde 2004, isto é 9 anos.
- 10-Motivos da imigração cubana – Ajudar Angola e Trabalho.
- 11-Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 12-Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons combatentes e trabalhadores.
- 13-Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – professor, médico, amigos, trabalhadores, simpáticos.
- 14-Qualidades das relações – Muito boas.
- 15-Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – a influência que exercem são boas.
- 16-Principais conteúdos – profissionais, familiares e experiencias de vida.
- 17-Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18-Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19-O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acha que as outras pessoas também consideram de positivo.
- 20-Dificuldades nos contactos – um pouco na língua.
- 21-Laços de amizade – são bons.
- 22-Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Muito bom.
- 23-Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 24-Preconceitos – não têm preconceito.
- 25-Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites, são como irmãos.

ENTREVISTA E5

- 1- Faixa etária 30-34 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico – Licenciatura.
- 4- Área de trabalho – Departamento da Administração Geral ISCED/Sumbe.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Mussende.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 15 anos.
- 8- Conhecimentos sobre os cubanos – bom.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 11 anos.
- 10- Motivos da imigração cubana – Trabalho.
- 11- Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons trabalhadores.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – professor, médico, amigos, trabalhadores, simpáticos.
- 14- Qualidades das relações – regulares.
- 15- Influência que exercem no contacto com outros imigrantes – a influência que exercem é boa, facilita na compreensão dos imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – profissionais, familiares e experiências de vida.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acha que as outras pessoas também consideram de positivo, são prestativos.
- 20- Dificuldades nos contactos – nenhuma dificuldade.
- 21- Laços de amizade – são bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Muito bom.
- 23- Preconceitos – não têm preconceito.
- 24- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites, são como irmãos.

ENTREVISTA E6

- 1- Faixa etária 35-39 anos.
- 2- Sexo –Feminino.
- 3- Grau académico – 12ª classe.
- 4- Área de trabalho – Rizográfica do ISCED/Sumbe.
- 5- Grupo etnolinguístico – Umbundo.
- 6- Naturalidade – Conda.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 27 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Trabalho.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 8 anos.
- 10- Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – Simpáticos médicos, amigos, trabalhadores.
- 14- Qualidades das relações – boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – ajuda a compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – profissionais, doença e familiares.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos e solidários.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham bem, são amigos.
- 20- Dificuldades nos contactos – um pouco na língua.
- 21- Laços de amizade – são bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – bom.
- 23- Preconceitos – não têm preconceito.
- 24- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio e ao mesmo tempo peço ajuda.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E7

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo –Masculino.
- 3- Grau académico – licenciada.
- 4- Categoria – Chefe de repartição da área académica do ISCED/Sumbe.
- 5- Grupo etnolinguístico – Tchokwe.
- 6- Naturalidade – Luena (Moxico).
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 15 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Ajudar Angola e Trabalho
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 10 anos, mas antes já teve contacto com eles nos anos 80
- 10-Conhecimentos sobre os cubanos – bom.
- 11-Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais, mas antes já teve contactos com os cubanos quando estava a fazer o ensino de base e na vida militar.
- 12-Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13-Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – Camarada, professor, médico, amigo, trabalhadores.
- 14-Qualidades das relações – boas.
- 15-Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – ajuda a compreender outros imigrantes.
- 16-Principais conteúdos – amizade, profissionais, familiares e culturais.
- 17-Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18-Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19-O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham bem, são amigos.
- 20-Dificuldades nos contactos – não tem dificuldades.
- 21-Laços de amizade – são bons.
- 22-Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – Excelente.
- 23-Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio e ao mesmo tempo pede ajuda.
- 24-Preconceitos – não têm preconceito.
- 25-Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E8

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo –Masculino.
- 3- Grau académico – 6ª classe.
- 4- Área de trabalho – património (motorista) do ISCED/Sumbe.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Porto Amboim.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 34 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – dificuldades no país deles.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 9 anos, mas antes já teve contacto com eles nos anos 80.
- 10-Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 11-Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 12-Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13-Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – Boas pessoas, ajudam, Camarada e professor.
- 14-Qualidades das relações – boas.
- 15-Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – facilita compreender outros imigrantes.
- 16-Principais conteúdos – amizade, trabalho, modo de vida e cultura.
- 17-Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18-Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19-O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são boas pessoas, amigos.
- 20-Dificuldades nos contactos – na língua.
- 21-Laços de amizade – muito bons.
- 22-Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23-Preconceitos – não têm preconceito.
- 24-Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – apoio.
- 25-Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E9

- 1- Faixa etária 50-54 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico – 4ª classe.
- 4- Área de trabalho - Auxiliar de limpeza.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Gabela.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 38 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 9 anos.
- 10- Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – Médicos e amigos.
- 14- Qualidades das relações – boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – facilita compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – amizade, trabalho, modo de vida e cultura.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são boas pessoas, amigos.
- 20- Dificuldades nos contactos – na língua.
- 21- Laços de amizade – muito bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23- Preconceitos – não têm preconceito.
- 24- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E10

- 1- Faixa etária 50-54 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico – 4ª classe.
- 4- Área de trabalho - Auxiliar de limpeza.
- 5- Grupo etnolinguístico – Umbundo.
- 6- Naturalidade – Kassongue.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 28 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 9 anos
- 10- Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e hospitais.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos Camarada, professor e médico.
- 14- Qualidades das relações – boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – facilita compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – amizade, trabalho, modo de vida e cultura.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, honestos, pontuais e prestam atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são boas pessoas, amigos.
- 20- Dificuldades nos contactos – na língua.
- 21- Laços de amizade – muito bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E11

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico – 12 classe.
- 4- Área de trabalho – Secretaria.
- 5- Grupo etnolinguístico – Umbundo.
- 6- Naturalidade – Conda.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 27anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 11 anos.
- 10-Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho.
- 11-Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12-Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons e no tempo de guerra diziam que nos hospitais amputavam as pernas.
- 13-Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – bons, acolhedores, humanos.
- 14-Qualidades das relações – boas.
- 15-Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – melhora a compreender outros imigrantes.
- 16-Principais conteúdos – amizade e trabalho.
- 17-Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, pontuais e prestam atenção.
- 18-Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19-O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – alguns acham que é negativo outros positivo.
- 20-Dificuldades nos contactos – nenhuma.
- 21-Laços de amizade – muito bons.
- 22-Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23-Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 24-Preconceitos – não têm preconceito.
- 25-Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E12

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico – 3º ano da universidade.
- 4- Área de trabalho – Secretaria administrativa.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Ebo.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 30 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – procura de melhores condições de vida, ajuda.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 11 anos, mas já teve contacto antes com os cubanos como instrutores no período de guerra.
- 10- Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e escola.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – bons amigos, ajuda, pacientes.
- 14- Qualidades das relações – muito boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – melhora a compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – profissionais e trabalho.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, pontuais e prestam atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – estão satisfeitas com o trabalho, mais alguns acham queixam-se do temperamento de alguns imigrantes cubanos.
- 20- Dificuldades nos contactos – nenhuma.
- 21- Laços de amizade – muito bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E 13

- 1- Faixa etária 35-39 anos.
- 2- Sexo – Masculino.
- 3- Grau académico – 2º ano da universidade.
- 4- Área de trabalho – Secretaria administrativa.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Porto Amboim.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 28 anos .
- 8- Motivos da imigração cubana – procura de melhores condições de vida, ajuda.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 11 anos, mas já teve contacto antes com os cubanos como professores nos anos 80.
- 10-Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho e escola.
- 11-Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12-Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13-Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – bom trabalho, dedicados e ensino.
- 14-Qualidades das relações – muito boas.
- 15-Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – melhora a compreender outros imigrantes.
- 16-Principais conteúdos – profissionais e trabalho.
- 17-Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho, pontuais e prestam atenção.
- 18-Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19-O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são irmãos e estão satisfeitos com o trabalho.
- 20-Dificuldades nos contactos – nenhuma.
- 21-Laços de amizade – muito bons.
- 22-Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23-Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio.
- 24-Preconceitos – não têm preconceito.
- 25-Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E 14

- 1- Faixa etária 45-49 anos.
- 2- Sexo – Masculino.
- 3- Grau académico – frequência 11^a classe.
- 4- Área de trabalho – Acção médica.
- 5- Grupo etnolinguístico – umbundo.
- 6- Naturalidade – Seles.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 28 anos.
- 8- Motivos da imigração cubana – Ajuda e procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 8 anos.
- 10- Circunstancias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – bom trabalho e dedicados.
- 14- Qualidades das relações – boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – ajuda compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – profissionais.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho e prestam boa atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são boas.
- 20- Dificuldades nos contactos – nenhuma.
- 21- Laços de amizade – bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio no que for possível.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.

ENTREVISTA E 15

- 1- Faixa etária 30-34 anos.
- 2- Sexo – Feminino.
- 3- Grau académico 12ª classe.
- 4- Área de trabalho – consultas externas.
- 5- Grupo etnolinguístico – Kimbundo.
- 6- Naturalidade – Ceta.
- 7- Tempo de residência no Sumbe – 13 anos
- 8- Motivos da imigração cubana – Ajuda e procura de melhores condições de vida.
- 9- Tempo de contacto com os imigrantes cubanos – 8 anos.
- 10- Circunstâncias em que tem tido contacto com os imigrantes cubanos – Local de trabalho.
- 11- Conhecimentos sobre os cubanos – regular.
- 12- Impressão que tinha dos cubanos antes do contacto – ouvia falar que eram bons.
- 13- Imagem que tem quando ouve falar dos cubanos – bom trabalho e dedicados.
- 14- Qualidades das relações – boas.
- 15- Influências que exercem no contacto com outros imigrantes – ajuda compreender outros imigrantes.
- 16- Principais conteúdos – profissionais.
- 17- Qualidade mais apreciada – Bons no trabalho e prestam boa atenção.
- 18- Qualidade menos apreciada – Não apontou nenhuma.
- 19- O que os outros pensam sobre os imigrantes cubanos – acham que são boas.
- 20- Dificuldades nos contactos – nenhuma.
- 21- Laços de amizade – bons.
- 22- Avaliação do trabalho dos imigrantes cubanos – muito bom.
- 23- Se tem apoiados os imigrantes cubanos nas suas dificuldades – presto apoio no que for possível.
- 24- Preconceitos – não têm preconceito.
- 25- Aceitação dos imigrantes cubanos pelos angolanos – são bem aceites.